

1



1

2

3

4

5

6

7

GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

**CONAMA**  
Conselho Nacional do Meio Ambiente



8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

## 101ª Reunião Ordinária do CONAMA

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

Brasília/DF.  
30 de Março de 2011.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa ProiXL Estenotipia*

**40 SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Pessoal, por favor, nós vamos dar início aos trabalhos da 101ª Reunião do CONAMA. Eu

2

42peço a todos que ocupem seus lugares. Bom, vamos lá. Nós vamos começar  
43com vocês conversando aí na frente. Queria, em nome da Ministra Izabella  
44Teixeira dar as boas vindas a todos e todas e dizer que é com muita satisfação  
45que nós hoje começamos essa sessão. Eu sou estreado, meu nome é  
46Francisco Gaetani, sou Secretário Executivo do Ministério do Planejamento  
47Orçamento anteriormente na posição de adjunto, agora vim para o Ministério  
48do Meio Ambiente, trabalhar com a Ministra Izabella Teixeira. É difícil nos  
49apresentarmos pessoalmente, peço desculpas a vocês, peço desculpas a  
50vocês, eu venho do Ministério do Planejamento, onde estive três anos e meio,  
51anteriormente coordenava o Programa das Nações Unidas para o  
52Desenvolvimento aqui no Brasil, durante quatro anos, trabalhei na escola de  
53governo de Minas Gerais, Escola Nacional de Administração Pública, sou  
54economista de formação, estudei no Reino Unido onde fiz mestrado e  
55doutorado nas áreas de políticas públicas e gestão pública e desde meados de  
56janeiro venho trabalhando com a ministra aqui no Ministério do Meio Ambiente.  
57Antes de começar, eu queria pedir a todos que ficassem de pé, nós vamos  
58fazer um minuto de silêncio em função da morte de um brasileiro muito especial  
59ontem, peço a colaboração de todos nesse momento. Muito obrigado. Eu não  
60pretendo aqui estender sobre esse assunto, é difícil para nós todos falarmos do  
61nosso ex-vice-presidente e não nos emocionarmos, a Ministra Izabella Teixeira  
62não pôde estar presente da abertura justamente porque está acompanhando o  
63funeral, o processo de despedida do Governo e dos brasilienses dele, de modo  
64que nós vamos começar nosso trabalho, acho que a melhor forma de  
65prestarmos homenagem a esse brasileiro tão especial é nos desincumbirmos  
66das nossas funções da melhor forma possível. Bom, nós também estamos  
67começando hoje com uma outra despedida muito especial, de uma outra  
68pessoa que cuja atuação aqui se confunde com a história do CONAMA nos  
69últimos seis anos e que é com muita tristeza, com um sentimento que hoje  
70observamos, nós constatamos, registramos o remanejamento do Nilo para  
71novas funções do Ministério. Nós não podíamos deixar aqui de registrar que a  
72substituição dele pela Adriana, que é uma grande aquisição, também já vem  
73trabalhando nessa área, o deslocamento dele para trabalhar na Secretaria da  
74Dr.<sup>a</sup> Samira isso vai contribuir muito para as atuações nossas aqui no Ministro,  
75do trabalho nosso, mas é também uma despedida. Então eu queria aqui prestar  
76uma homenagem ao trabalho que ele desenvolveu esses anos todos com  
77muita sabedoria, com muito discernimento e dizer que vamos sentir muito sua  
78falta, viu Nilo? Ele vai falar umas pequenas palavras, sem os constrangimentos  
79da tribuna livre e fica à vontade, você tem todo o tempo que precisa para se  
80despedir, não é bem despedir, mas para dar esse até logo.

81

82

83**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Bom dia a todos os  
84Conselheiros e Conselheiras. É um pouco estranho vir aqui na tribuna falar  
85assim em despedida, me dá um pouco uma tristeza também do que aconteceu  
86ontem com o nosso vice-presidente, José Alencar, mas acho que ele está  
87descansando, merecidamente e meu caso aqui é um pouco diferente, graças a  
88Deus, eu estou no próprio Ministério mesmo, na educação ambiental; e antes  
89de tudo quero agradecer a Deus pela oportunidade e a todos os senhores e

90senhoras aqui Conselheiros pela oportunidade que eu tive e tenho aqui de  
91aprender com este Conselho. São seis anos e quatro meses que eu trabalhei  
92aqui com vocês, no plenário, nas Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho,  
93grupos assessores e mais algumas coisas que se inventa no trabalho do  
94CONAMA, mas que têm assim sido uma escola para mim, um aprendizado  
95muito legal. Eu quero só lembrar a vocês que um dia a ministra Marina Silva,  
96estava na assessoria especial dela e a Muriel Saragossi era a diretora aqui do  
97CONAMA, realizando um bom trabalho aqui como diretora, assim como nosso  
98querido Maurício Andreas que está aqui à minha frente, também dirigiu o  
99departamento de apoio ao CONAMA, o Jair Sarmiento, lembro da primeira  
100pessoa que esteve que foi a Ana Lucia, que está aqui no IBAMA hoje. Então,  
101para mim uma honra ter ocupado esse posto aqui, da forma como eu pude  
102ocupar e naquela ocasião a ministra Marina me pediu, falou: “olha a Muriel está  
103saindo, então acho que seria bom vocês verem alguém para substituir”. Até  
104que o Bruno, chefe de gabinete dela falou comigo, “Bruno, olha acho que é  
105melhor você mesmo ir lá para o CONAMA”. E assim a Marina pediu que eu  
106viesses, eu vim e pude trabalhar aqui. Eu me perguntei, na ocasião, perguntei  
107ao mestre, como é que eu faço aqui? Eu Me dedico mesmo a esse Conselho  
108ou empurro com a barriga? Tocar o barco da melhor maneira possível sem  
109criar muita confusão, ou me dedico mesmo, me empenho no trabalho aqui? Aí  
110eu ouvi uma resposta assim, se você está lá é para trabalhar mesmo sério.  
111Então resolvi trabalhar seriamente e foi a melhor decisão que eu tomei, porque  
112eu acho que democracia e socioambientalismo são situações que caminham  
113de mãos dadas. Acho que o sócioambientalismo precisa da democracia e a  
114democracia também precisa do ambientalismo para poder ensinar a todos nós  
115que o planeta e as futuras e presentes gerações precisam de muito diálogo,  
116muita amizade e muita boa vontade, além da técnica e da política responsável.  
117Então, com essa inspiração e com a luta de gente como Lutemburg, Miguel  
118Abelar em São Paulo foi que o nosso professor Paulo Nogueira Neto em  
11981praticamente promulgou a 6.938, foi promulgada pelo Congresso, pelo  
120presidente Figueiredo, mas na verdade o Paulo Nogueira Neto; não sei se ele  
121já está aqui, deve estar chegando, foi nosso inspirador na Lei 6938. E tem um  
122professor, o Carlos Sorra, ele diz que o CONAMA foi ao mesmo tempo  
123ingrediente e produto da democratização no Brasil. Eu acho isso bem  
124interessante porque foi um período exatamente de 81, período em que  
125intensificou a luta pela democratização, tanto dos movimentos ambientalistas,  
126movimentos sociais, quanto também da classe política mais responsável e  
127democrática daquele período. Eu acho assim, se os nossos primos árabes  
128estão lutando agora pela democracia lá no Oriente Médio, é bom que eles  
129incluam ou façam com que a democracia representativa dialogue mais com a  
130democracia participativa. Um Conselho como o CONAMA e outros tantos  
131conselhos da república são fatores de renovação da democracia  
132representativa, atribui mais credibilidade ao nosso Congresso e a todos os  
133cargos que compõem o executivo também. Eu quero homenagear assim,  
134nessa despedida quero homenagear o professor Paulo Nogueira Neto e quem  
135quer saber a respeito dele, da história da política ambiental, hoje à noite tem  
136um lançamento do livro dele, do diário dele, que estou lendo, já ganhei, tive a  
137honra de ganhar e estou folheando, é muito bonito. E quero também dizer aos

138Conselheiros que nessa experiência aqui no CONAMA, quando em 2008  
139estávamos divulgando o curso da UFMG em parceria com a Secretaria Geral  
140da Presidência, está aqui o nosso Conselheiro Paulo Malts, representando a  
141Secretaria, quando nesse curso, Democracia Participativa, República e  
142Movimentos Sociais, nós estávamos divulgando em 2008 aqui, alguns  
143Conselheiros se inscreveram, eu resolvi fazer o curso também e fiz o curso,  
144gostei, tive a oportunidade de olhar o CONAMA também pela janela da  
145academia, que é muito interessante, além de olhar por aqui também, por dentro  
146do Conselho e aprendi muito. Enquanto eu estava estudando lá o CONAMA  
147aprovou o licenciamento de aterro sanitário de pequeno porte, cumprindo uma  
148Resolução da Conferência Nacional de Meio Ambiente, que inclusive a ministra  
149prevê a realização esse ano, para tratar exatamente de resíduos, também o  
150CONAMA aprovou o PROCONV, P7, L6, aprovou áreas contaminadas,  
151inspeção veicular, a Resolução sobre restinga e campos de altitude, diretrizes  
152para projetos de educação ambiental, destinação de pneus inservíveis, também  
153aprovou a Resolução sobre licenciamento de aquicultura e habitações de  
154interesse social. Interessante, o período que eu estava estudando o CONAMA,  
155o CONAMA aprovando Resoluções muito importantes. Então, eu atribuo muito  
156disso à dedicação da Ministra Izabella, a quem eu agradeço também pela  
157oportunidade que continuei tendo com ela aqui depois que ela chegou com o  
158Ministro Mink. E nesse estudo que eu realizei no curso da UFMG com a  
159secretaria da presidência, eu tive a honra de ser premiado com a publicação de  
160um artigo resumo da monografia, juntamente com outros Conselheiros,  
161Alexandra Resque do SPU também teve a dela publicada, entre outros  
162Conselheiros que fizeram o curso, vou lembrar aqui do Cléber do Ministério da  
163Agricultura e do Carlos Ozório das ONGs representando a região sudeste e  
164também do Júlio Rocha do CNRH que também fez o curso e também concluiu  
165o curso muito bem. Então eu quero dizer para vocês que hoje nosso País é  
166reconhecido pela ONU por estar evoluindo, crescendo com distribuição de  
167renda e com sinais fortes de uma busca pela sustentabilidade socioambiental.  
168Acho que o CONAMA também tem a ver com isso. Nós estamos vivendo um  
169momento de grandes desafios, além de despedir do José Alencar, nós temos  
170que lembrar aqui, estou vendo a Conselheira da CNI, nossa amiga, agora fugiu  
171aqui, a Cristina Yuan e estou me lembrando das vítimas de Fukushima que  
172também nós temos que lembrar muita tristeza, os conterrâneos dela lá no  
173Japão, alguns brasileiros também, temos que lembrar também das vítimas da  
174região serrana do Rio e do Vale do Itajaí e nós temos que também pensar  
175como vão ficar as crianças lá de Lucas do Rio Verde que estão amamentando  
176em muitas mães que têm agrotóxicos no leite materno. São desafios grandes  
177que nós estamos tendo aqui, nós somos uma geração que está encarando um  
178desafio que não é pouca coisa, mas com democracia participativa tenho certeza  
179que somos capazes, com diálogo e com negociação nós somos capazes de  
180avançar. Então, eu não quero avançar muito aqui, não quero abusar da boa  
181vontade do novo secretário executivo, a quem eu estou conhecendo já com  
182muita admiração, Chico Gaetani e quero apenas dizer que o CONAMA tem  
183muito ainda para aprimorar, assim como outros conselhos, a Ministra Izabella  
184está empenhada nisso, ela agora está dedicada, assim como todos vocês, à  
185reformulação do Regimento, mas assim como a ministra Marina Silva propôs a

186recomposição do CNRH que até hoje aguarda lá na Casa Civil, o CONAMA  
187também com certeza, depois do Regimento, deve enfrentar esse desafio, o  
188Ministério Mink assumiu esse desafio, ministra Izabella também e esse também  
189foi o meu propósito ao estudar o CONAMA. Quero me despedir sem ir embora,  
190entregando alguns exemplares então desse artigo que eu falei aqui, quero  
191entregar muito especialmente, antes de tudo à ministra Izabella, assim que ela  
192chegar, porque ela está agora numa cerimônia e, mas quero entregar ao  
193professor Paulo Nogueira Neto, assim que ele chegar quero entregar um  
194exemplar primeiramente, depois à Samira Crespo, minha nova chefe, que teve  
195a coragem de me convidar para esse desafio de ser reeducado na educação  
196ambiental lá da SAIC, ao Chico Gaetani e à Adriana Mandarino, que vai dar  
197seqüência a esse trabalho, já faz muita coisa e agora vai fazer sem eu poder  
198estar ajudando permanentemente, mas desejo a ela muita sorte e também  
199quero desejar a todos vocês muita sorte, que continuemos trabalhando, estou  
200na educação ambiental, mas vou continuar aqui junto com vocês, sempre  
201procurando o máximo que eu puder para defender o direito à vida com  
202dignidade em toda a dimensão dela, desde o nosso Código Florestal que eu  
203concordo que tem que melhorar sim, tem que aprimorar sim, mas com  
204altruísmo e com responsabilidade, o Ministério do Meio Ambiente, o Governo  
205têm proposta para isso, assim como também eu acho que nós precisamos  
206fazer um grande reexame paradigmático das nossas fontes energéticas,  
207porque o tempo e o mundo está nos alertando, é preciso mais reflexão e mais  
208responsabilidade. O Brasil é pioneiro e o mundo espera muito de nós. Muito  
209obrigado e bom trabalho a todos vocês Conselheiros e Conselheiras.

210

211

212(*Palmas!*)

213

214

215**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – É curioso que  
216nessa fala do Nilo ele já, de certa forma, passa por todos os temas que vão ser  
217tratados na reunião e a nossa agenda presente e futura. Queria agradecer aqui  
218de coração os trabalhos que ele desenvolveu nesse período e desejar que ele  
219siga os caminhos do Maurício, que na verdade continua aqui, na verdade que  
220ele se incorpore ao CONAMA, de uma forma ou de outra, acho que isso é  
221importante, é um patrimônio de democracia, é um patrimônio original, é um  
222patrimônio único, nós estamos, Dr. Paulo Nogueira chegando, na verdade é  
223uma experiência extraordinária que nós temos oportunidade de viver e que é  
224objeto de interesse, de estudo de vários acadêmicos e vários cientistas  
225políticos no Brasil e no mundo. Então Nilo, muito obrigado por tudo, espero que  
226você continue conosco nas suas novas atribuições. Vamos dar seqüências  
227nossos trabalhos. Bem vindo professor Paulo Nogueira, embaixador. Vamos  
228em frente. O segundo ponto da nossa pauta hoje, só para constar, na verdade,  
229porque como nós temos agora, voltou a estenotipia a transcrição *Ipsis Literis*,  
230perdão, *Ipsis Verbis*, da 101ª reunião ordinária. Nós estamos considerando  
231aprovada, em função da documentação estar toda disponível para todos os  
232interessados. Vou passar para a palavra para a nossa nova coordenadora, a  
233Dr.<sup>a</sup> Adriana que vai conduzir o processo de apresentação dos novos

234Conselheiros, indicados para ocupar suas posições aqui no CONAMA  
235doravante.

236

237

238**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**

239**do DCONAMA)** – Bom dia a todos. Nós temos agora uma lista um pouco

240extensa, mas é um momento muito importante, significativo de apresentação

241das pessoas que foram indicadas pelas suas respectivas pastas ou segmentos

242e que passam a compor esse nosso Conselho. Então, eu gostaria, ao ler o

243nome do titular e dos suplentes, eu gostaria que a pessoa que estivesse em

244plenário se levantasse para que todos nós pudéssemos conhecê-lo. Paulo

245Maurício Teixeira da Costa, pela Casa Civil. Sérgio de Brito Cunha. Pelo

246Ministério da Pesca, Claudinei do Nascimento. Bem vindo. José Evaldo

247Gonçalves. Luís Alberto Sabanai. Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

248Marcos Dal Fabbro. João Marcelo Intini. Relações Exteriores, Paulino Franco

249de Carvalho Neto. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

250Exterior, Gustavo Filice de Barros. Fabrício Valle Dutra, pelo Ministério do

251Trabalho. Weverton Rocha Marques de Sousa. Comando da Aeronáutica,

252Coronel Intendente José Valdo Sallum, Tenente Coronel de Aviação Ricardo

253D'Angelo, Tenente Coronel Luís Carlos Lima. Ministério do Desenvolvimento

254Agrário, José Augusto de Castro Cosato. Ministério da Cultura, Carlos

255Fernando de Moura Delphin. Justiça: Marcela Nunes de Menezes. Esses são

256os nomes novos indicados pelas suas pastas, em alguns deles permanecem os

257suplentes ou os titulares e eu estou lendo apenas os novos. Leodegar da

258Cunha Tiscoski, Ministério das Cidades. IBAMA, Curt Trennepohl. Comando da

259Marinha, Contra Almirante Edervaldo Teixeira de Abreu Filho. Planejamento,

260Maurício Muniz Barreto de Carvalho. Celso Knijnik. Verônica Saenchos da Cruz

261Rios. Agricultura, Derli Dossa, Cleber de Souza Santos. Fazenda, Claudia da

262Costa Martinelle Wehbe. Esportes, Maria Luiza Nogueira Rangel, Nadja Mara

263Killesse Carvalho, Secretaria Geral da Previdência, Paulo Roberto Martins

264Maldos, Nilton Luis Godoy Tubino. Secretaria de Relações Institucionais da

265Presidência da República, Maria Aparecida Perez, Paula Ravanelli Losada.

266Secretaria Especial de Igualdade Racial, Silvano Euclênio Silva. Direitos

267Humanos, Bruno Renato Nascimento Teixeira, Cristiana Galvão Ferreira de

268Freitas. Secretaria de Comunicação, José Antônio Menna Duarte. Segurança

269Institucional, Maria Regina Ferraz Vieweger, Fernando Loschiavo Raeder. Os

270governos estaduais que tiveram toda a sua representação modificada são

271novas pessoas indicadas. Pelo Governo do Acre, Carlos Edegard de Deus,

272Sebastião Fernando Ferreira Lima. Alagoas, Ivã de França Vilela, Anivaldo de

273Miranda Pinto. Amapá, Paulo Sérgio Sampaio Figueira, Ana Margarida Castro

274Euler, Mauricio Oliveira De Souza. Pelo Amazonas Antônio Ademir Stroski.

275Ceará, Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa, José Iraguassu Teixeira Filho,

276José Ricardo Araújo Lima, Distrito Federal, Moacir Bueno Arruda, Maria Silvia

277Rossi, Eduardo Zaratz. Espírito Santo, Paulo Ruy Valim Carnelli, Aladim

278Fernando Cerqueira, Fábio Ahnert. Goiás, Leonardo Moreira Vilela, Thiago

279Camargo, Jacqueline Vieira da Silva. Maranhão, Carlos Victor Guterres

280Mendes, José Jânio de Castro Lima. Mato Grosso, Alexander Torres Maia, Ana

281Flávia Gonçalves de Aquino, Julio Cesar Bachega. Minas Gerais, Adriano

282Magalhães Chaves, Augusto Henrique Lio Horta. Paraíba, João Azevedo Lins  
 283Filho, Fábio Agra de Medeiros Nápolis. Pará Teresa Lusía Mártires Coelho  
 284Cativo Rosa, Rubens Borges Sampaio, Francisca Lúcia Porpino Telles.  
 285Paraná, Jonel Nazareno lurk, Luiz Tarcisio Mossato Pinto, Mariese Cargnin  
 286Muchailh. Rio de Janeiro, nosso ex-ministro Carlos Minc Baumfeld. Rio Grande  
 287do Norte, Marcelo Saldanha Toscano, Manoel Jamir Fernandes Júnior, Mary  
 288Sorage Praxedes da Silva. Rio de Janeiro podia falar o nome que não está  
 289aqui comigo, Luis Firmino Martins Pereira, bem vindo. Rio Grande do Sul,  
 290Jussara Rosa Cony, Carlos Fernando Niedersberg, Arlete Yeda Pasqualetto.  
 291Rondônia, Nanci Rodrigues Da Silva, Coronel Josenildo Jacinto Nascimento,  
 292Joel Mauro Magalhães. Roraima, Joel Mauro Magalhães, Haroldo Eurico  
 293Amóras dos Santos, Luis Emi de Sousa Leitão. Uma lista um pouco longa, São  
 294Paulo, Bruno Covas Lopes, Rubens Naman Rizek Júnior, Otávio Okano.  
 295Tocantins, Divaldo José da Costa Rezende, Alexandre Tadeu de Moraes  
 296Rodrigues, Marli Terezinha dos Santos. Governos Municipais, João Júlio da  
 297Rosa Júnior, pela Região Sul. Região Sudeste, Kátia Perobelli. Da parte dos  
 298trabalhadores da sociedade civil, Antônio Ricardo Farani de Campos Matos.  
 299Instituto Direito por um Planeta Verde, André Lima. Valter Vilela Cunha pela  
 300ABES, Ellen Martha Pritsch também da ABES. Eu gostaria de, pela seqüência,  
 301pular as ONGs do cadastro nacional das sociedades, entidades ambientalistas  
 302e falar, pela lógica, CNT e CNI, estou vendo que vocês estão aí pela lista. Pela  
 303CNT, Eduardo Espíndola Vieira. Pela CNI Shelley de Souza Carneiro.  
 304Conselheiros sem direito a voto, mas convidados e participantes do nosso  
 305Conselho, Ministério Público Federal, Sônia Maria de Assunção e Oswaldo  
 306José Barbosa Silva. As ONGs do Cadastro Nacional das Entidades  
 307Ambientalistas passaram por um processo de eleição, foram 31 inscritos, 270  
 308eleitores. Então recebemos muito bem as entidades que representam duas por  
 309cada região do País e uma de âmbito nacional. Algumas reeleitas e outras  
 310novas. Então, dessas sociedades, pela região Centro-Oeste temos nosso ex-  
 311ministro, pela FUNATURA Henrique Brandão Cavalcanti, Cesar Victor do  
 312Espírito Santo, Fábio Vaz Ribeiro de Almeida. Pela ECODATA, uma entidade  
 313reeleita, Donizete José Tokarski, Julio Valente Junior, Júlio Lizárraga Ramirez  
 314Pela FURPA, reeleita, Francisco Rodrigues Soares, Solon Mauro Sales  
 315Fagundes. Pela BIOESTE, Luiz Antonio Almeida Melo, Daniel Melo Barreto,  
 316Geovana Maria Cartaxo De Arruda Freire. Pela região Norte Kanindé, Israel  
 317Correa do Vale Júnior, Edjales Benicio de Brito e Sergio Pereira Cruz. SOS  
 318Amazônia, Miguel Scarcello, Carlos José Esteves Gondim, Arthur Cezar  
 319Pinheiro Leite. Pela região Sudeste PROAM, Carlos Alberto Hailer Bocuhy,  
 320Fábio Ribeiro Dib e Mauro Frederico Wilken. Pel Ponto Terra, uma entidade  
 321reeleita, Ronaldo Vasconcellos Novais, Ronaldo Luiz Rezende Malard, Homero  
 322Brasil Filho. Pela região Sul, INGÁ, Paulo Brack. AMAR, Zuleica Nycz e Rafael  
 323Ferreira Filippin. E entidade de âmbito nacional, pela MOVER, reeleita, Antônio  
 324Eustáquio Vieira, Luiz Ernesto Borges De Mourão Sá, Lisiane Becker. Passada  
 325a nossa lista, bem vindo a todos.

326

327

328**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Antes de  
 329começar, eu queria convidar o Dr. Curt, nosso anfitrião e presidente do IBAMA,

330 para se juntar a nós na mesa, no tempo que suas responsabilidades permitirem  
331 e o Dr. Rômulo, que está ali fora, Nilo, você vai escapular? 6 anos já deu... Nós  
332 estamos convidando a compor a mesa no tempo que a sua disponibilidade  
333 permitir o presidente do Chico Mendes e o presidente do IBAMA para se  
334 integrarem aos trabalhos. Bom, vamos em frente. Então, começando com os  
335 nossos trabalhos, peça para Adriana conduzir a reunião.

336

337

338 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
339 **DCONAMA)** – Alguns encaminhamentos da Secretaria Executiva; gostaria de  
340 convidar Dr<sup>a</sup> Marília Marreco para esclarecer sobre os andamentos do nosso  
341 Regimento Interno.

342

343

344 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Bom dia a todos. Vou  
345 falar um pouco sobre a situação no nosso Regimento Interno para os novos  
346 que chegaram tomar conhecimento e para os antigos vamos fazer um breve  
347 histórico da questão da proposta de alteração do Regimento Interno. Foi criado  
348 um grupo de acompanhamento do Regimento Interno, esse grupo elaborou  
349 uma nova proposta, essa proposta ficou pronta no ano passado, esse grupo  
350 era vinculado à Comissão de Políticas Ambientais, o CIPAM, essa proposta foi  
351 encaminhada ao CIPAM, foi aprovada também ano passado e este ano foi  
352 encaminhada para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, foi aprovada na  
353 penúltima reunião da CTAJ e o próximo encaminhamento dela pelo nosso  
354 Regimento atual é ela vir ao plenário do CONAMA. Então a proposta que nós  
355 estamos encaminhando, enquanto Ministério do Meio Ambiente, como nós  
356 temos muitos membros novos que assumiram agora o CONAMA, é  
357 proporcionarmos um dia de trabalho, um dia discussão do Regimento Interno  
358 para que nós possamos explicar para esses novos Conselheiros como funciona  
359 o regimento Interno e quais são as propostas de alteração que estão sendo  
360 efetuadas no sentido de proporcionar uma maior agilidade e uma  
361 modernização nos trabalhos do CONAMA. Então a ideia nossa é entre essa  
362 nossa reunião ordinária e a próxima que está prevista para 25 e 26 de maio,  
363 nós teríamos um dia de trabalho em que o GARE, inclusive vamos convidar os  
364 membros que participaram da elaboração dessa proposta para que apresentem  
365 para os Conselheiros essa nova proposta de Regimento Interno, nós temos um  
366 dia de discussão e o Regimento seria pautado para a próxima reunião  
367 ordinária, a ideia nossa é que nós pudéssemos receber essas contribuições e  
368 vocês pudessem ir elaborando, entre essa reunião e a próxima, a partir dessa  
369 reunião do dia de trabalho, então, o Regimento seria pautado para a próxima  
370 reunião ordinária e nós teríamos então a primeira apreciação em Plenário do  
371 Regimento. Em função da dinâmica dessa reunião nós verificaríamos se ele  
372 seria pautado em função de pedido de vista ou alguma coisa para uma próxima  
373 reunião ordinária ou se nós faríamos uma reunião extraordinária  
374 especificamente para discutir o CONAMA, mas a intenção nossa no Ministério,  
375 nós estamos com o Regimento aprovado no máximo até agosto desse ano.  
376 Essa é a proposta que estamos propondo enquanto Ministério, isso já foi  
377 levado ao conhecimento dos senhores que participaram das reuniões



17

378preparatórias durante o dia de ontem. Isso fica aqui para ser submetido ao  
379plenário para apreciação.

380

381

382**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Então, o nós  
383perguntamos à plenária é se essa proposta de termos um dia de trabalho entre  
384as duas reuniões destinada exclusivamente a discutir o Regimento, se essa  
385proposta é acolhida ou se há algum reparo ou alguma necessidade de  
386esclarecimento. Os que concordam, por favor, permaneçam como estão. Então  
387nós vamos considerar essa proposta aprovada. Vamos dar sequência ao  
388próximo ponto. Eu peço para a Marília também colocá-lo, relacionado aos  
389Grupos de Trabalho. Obrigado.

390

391

392**A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Só para fazer um  
393esclarecimento, a proposta do novo Regimento já está disponível para os  
394Conselheiros no relato da última reunião da CTAJ, mas ontem nós tivemos a  
395ideia de colocar uma espécie de chamada na própria página do CONAMA para  
396todo mundo quando acessar já ver o botão lá de chamada assim e a pessoa já  
397pode acessar diretamente o Regimento, para poder verificar as alterações. Em  
398relação à nova composição das Câmaras Técnicas, nós inclusive, estamos  
399encaminhando uma proposta para o Ministério no sentido de haver uma  
400prorrogação dos atuais mandatos. O que acontece com o Regimento? Pelo  
401Regimento atual, que é uma Portaria da Ministra, não é uma Resolução do  
402próprio Conselho, as Câmaras, aqueles membros que já estão por dois  
403mandatos de dois anos consecutivos, eles teriam que ser alterados. Aí o que  
404nós teríamos? Aquele processo de composição de novas Câmaras Técnicas  
405que temos um processo meio demorado e complicado e nós tendo um novo  
406Regimento, por exemplo, aprovado em agosto desse ano, nós teríamos que  
407fazer todo o processo de nova eleição, porque a proposta nossa do Regimento  
408altera a atual composição das Câmaras Técnicas. Então a proposta que nós  
409estamos trazendo é no sentido de prorrogar os mandatos atuais, quer dizer,  
410não os Conselheiros, mas as instituições, porque as Câmaras Técnicas têm  
411composição por instituição. Então, por exemplo, os Ministérios que já compõem  
412determinadas Câmaras, aqueles Ministérios permaneceriam com os novos  
413Conselheiros que foram agora indicados e a mesma sistemática seria então  
414obedecida em também em termos da representação estadual, os Estados  
415permaneceriam nessas atuais Câmaras Técnicas, no caso dos Conselhos, dos  
416representantes municipais também e do setor empresarial. Na reunião que  
417tivemos ontem preparatória com as entidades ambientalistas e representantes  
418da sociedade civil, no caso deles há uma diferenciação, porque não  
419permanecem as mesmas instituições, na verdade houve um processo de  
420eleição, e as instituições, as entidades que participavam anteriormente, elas  
421não participam mais, nós tivemos uma nova composição em termos, vamos  
422dizer assim, desse segmento do CONAMA. Então a proposta nossa é prorrogar  
423o atual mandato para todos os outros Conselheiros, para as outras instituições,  
424com exceção então dos representantes das entidades ambientalistas e da  
425sociedade civil, que eles mesmos já fizeram uma nova composição, então essa

18

9

19

426nova composição seria incorporada às atuais Câmaras Técnicas. Então essa é  
427a proposta que nós estamos trazendo para a apreciação dos senhores.

428

429

430**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Bom, como a  
431Marília explicou, trata-se de um arranjo híbrido, nós substituiremos  
432representantes da sociedade civil em função do processo democrático já  
433ocorrido e a ideia é que seja prorrogada a permanência dos membros dos  
434demais segmentos por uma questão de expediente, porque na verdade há  
435possibilidade do novo Regimento introduzir modificações nesse sentido. Nós  
436entendemos que essa proposta híbrida, preserva a qualidade do processo  
437democrático, em especial da sociedade civil e ao mesmo tempo é uma solução  
438prática do ponto de vista de representação dos demais setores. A palavra está  
439aberta para pedidos de esclarecimentos, antes que procedamos a uma  
440decisão.

441

442

443**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
444**DCONAMA)** – Um esclarecimento em relação ao Regimento Interno, no Art.  
44546, prevê que o Regimento Interno poderá ser modificado mediante proposta  
446de um quinto dos Conselheiros, aprovada por metade mais um dos membros.  
447Então nós buscaríamos essa compreensão e essa aprovação da Plenária e a  
448Ministra baixaria uma Portaria, porque o Regimento foi aprovado por Portaria.  
449Então, há essa possibilidade jurídica, desde que haja a aprovação por parte  
450desse Plenário. O Silêncio significa aprovação?

451

452

453**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Os que  
454estiverem de acordo, por favor, permaneçam como estão e os que tiverem  
455alguma objeção, por favor, levantem o braço. Bom, então, nós vamos dar esse  
456encaminhamento como aprovado, Rômulo, você levantou o braço aí? (Risos!)  
457Estava espreguiçando. Então, vamos em frente, obrigado.

458

459

460**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
461**DCONAMA)** – Tribuna livre, nós temos inscrição, Soares, César Vitor, Ronaldo  
462Vasconcelos, Mourão e Tonhão, Donizete... Fala-me seu nome... Então eu  
463chamo agora, só um minutinho, eu chamo o Soares, primeiro inscrito. Tempo  
464de três minutos bem rigorosos.

465

466

467**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Pessoal, só  
468lembrando, a tribuna é livre, mas o tempo não, três minutos no máximo para  
469cada expositor. Nós vamos ter provavelmente algumas formas de exposição  
470não ortodoxas, há previsão de exposição de um vídeo. Peço a gentileza e  
471colaboração de todos para que possamos ouvir com atenção e qualidade  
472necessárias as falas de todos os que estão inscritos. Essa é uma parte  
473importante do CONAMA, essa discussão é importante, são mensagens

21

474relevantes, mas peço que todos prestem atenção, mas também que os  
475expositores sejam os mais objetivos possíveis. Muito obrigado.

476

477

478**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
479**DCONAMA)** – Um minutinho eu já tenho nove inscritos, pergunto se eu já  
480posso encerrar as inscrições. Ok.

481

482

483**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA – Região Nordeste) –**  
484Bom dia a todos. Francisco Rodrigues Soares, representante das ONGs do  
485Nordeste no CONAMA. Bom, estou trazendo motivos muito sérios. Um deles,  
486quero tratar sobre a questão da Serra Vermelha no sul do Piauí que está sendo  
487objeto da maior devastação de toda a história. Lá, onde as carvoarias estão  
488tomando conta de tudo, embora o Instituto Chico Mendes tenha ampliado o  
489Parque da Serra das Confusões, lamentavelmente deixou de fora a maior  
490floresta, a maior biodiversidade do Nordeste. Isso é objeto de uma outra moção  
491que nós estamos apresentando hoje, porque o Instituto Chico Mendes  
492concordou com uma indenização milionária de cento e cinquenta milhões de  
493reais para ampliar o Parque da Serra das Confusões, uma ampliação do  
494Governo do Piauí para proteger quase nada, porque deixou de fora a maior  
495floresta do Nordeste. Com isso, nós temos que fazer uma moção para que o  
496Chico Leite apresente explicações, porque repassa cento e cinquenta milhões  
497de área para o Governo do Piauí, sem nem O Governo do Estado ter  
498comprovado a titularidade dessas terras. E mais ainda, na região é vendido a  
499R\$100,00 hectares e lá o Instituto Chico Mendes e o Ministério do Meio  
500Ambiente está pagando R\$ 500,00 por hectare. Isso precisa ser esclarecido,  
501por que o Chico Mendes não incluiu a Serra vermelha na ampliação do Parque  
502da Serra das Confusões. O outro tema que eu quero colocar é a questão do  
503Programa Nuclear Brasileiro, Angra 1, Angra 2 e a futura Angra 3. Ora,  
504tomamos conhecimento há uma semana que o IBAMA não teria licenciado  
505reatores de Angra 2, o próprio Ministro de Ciência e Tecnologia teve que  
506demitir toda a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Então, precisa que o  
507CONAMA que licencia por que deixou que reatores fossem colocados sem o  
508licenciamento e por que a Comissão Nacional de Energia Nuclear, por que o  
509Ministério de Minas e Energia, por que o Ministério do Meio Ambiente, por que  
510o IBAMA e a Eletro Nuclear não apresentam ao Plenário deste Conselho a  
511cada três meses um relatório mostrando quais as medidas de segurança e de  
512proteção para a população de Angra dos Reis. Então é que nós vamos pedir  
513regime de urgência para ser aprovada hoje uma moção e recomendar esses  
514órgãos citados para apresentar a esse Plenário a cada três meses, um relatório  
515técnico, mostrando como a população foi atingida diante do que aconteceu no  
516mundo todo. O Brasil, ainda hoje deve se lembrar do triste desastre do Césio  
517137 de Goiânia, que matou dezenas de pessoas, deixou milhares de pessoas  
518contaminadas para o resto da vida. Essas são as providências, senhor  
519secretário, que eu pedi essa votação de emergência, essa moção para cobrar  
520uma recomendação ao Ministério de Minas e outros órgãos para apresentar a  
521esse Plenário a cada três meses, informação. Com relação ao Chico Mendes,

22

11

23

522gostaria que o Chico Mendes provasse, mostrasse porque os outros Estados  
523talvez não tenham recebido, uma vez que o Instituto Chico Mendes precisa de  
524dinheiro para manter os parques nacionais, precisa de fiscais, precisa de tudo e  
525libera uma indenização milionária sem ter prova e não incluir o Parque Nacional  
526da Serra Vermelha, onde está sendo hoje explorado por carvoarias. Na  
527semana passada eu recebi um telefonema da região do pólo de carvoaria sul  
528do Piauí, agora, criaram uma bolsa, não é a bolsa de Tóquio, é a bolsa do  
529carvão, cuja tonelada, sexta-feira, R\$ 480,00.

530

531

532**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Vamos passar  
533ao nosso próximo inscrito.

534

535

536**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
537**DCONAMA)** – César Victor.

538

539

540**O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO (FUNATURA – Região**  
541**Centro-Oeste)** – Bom dia a todos e a todas. Para nós, da FUNATURA é uma  
542grande honra voltar ao CONAMA, nós já representamos a região Centro-Oeste  
543em duas oportunidades, mas havia 10 anos que não representávamos e agora  
544fomos eleitos para novamente estar aqui com os senhores. Eu represento a  
545região Centro-Oeste juntamente com nosso presidente Dr. Henrique Brandão  
546Cavalcanti e o Fábio Vaz que também está junto conosco nessa  
547representação, ele é do INPN. Bom, eu gostaria de levantar dois assuntos. Um  
548deles refere-se a PEC do Cerrado. É uma ação que já tramita no Congresso  
549Nacional desde 95, nós já estamos em 2011. Portanto, há 16 anos que esse  
550assunto tramita e nós não entendemos porque não é aprovada essa PEC e  
551como aqui o CONAMA tem diversos representantes de Estado que possuem  
552cerrado, nós gostaríamos de fazer um apelo aos Conselheiros que  
553representam aqui esses Estados, que possam fazer gestões junto às suas  
554bancadas, no sentido de termos aprovado esse ano essa PEC que é tão  
555importante para o cerrado, para demonstrar o reconhecimento da Sociedade  
556Brasileira sobre a importância desse bioma. Nós não podemos mais aceitar  
557que o cerrado seja tratado como um bioma de segunda categoria, é um bioma  
558extremamente rico termos de biodiversidade, é a caixa d'água do Brasil e nós  
559somos obrigados, ainda hoje, a escutar pessoas relevantes da sociedade ou do  
560Governo declarações que só mostram desprezo, recentemente o Ministro da  
561agricultura colocou que Piauí e Maranhão não têm nada, só tem cerrado, então  
562pode ser destruído. Nós não aceitamos isso. A outra questão que eu gostaria  
563de lembrar e é uma estratégia nova que está acontecendo no Brasil, que é a  
564Gestão Integrada de Unidade de Conservação através dos mosaicos. Os  
565mosaico é um instrumento novo que está previsto na lei do SNUC, não é tão  
566novo assim, porque a lei já tem 10 anos e é uma estratégia interessante,  
567porque envolve a sociedade civil e os órgãos estaduais e federais ou  
568municipais que administram as Unidades de Conservação. Nós temos um  
569exemplo interessante em Minas Gerais, que envolve o Mosaico Sertão Veredas

24

12

570Peruassú e que nós, através de um trabalho integrado que envolve o IEF de  
571Minas, o ICMBio, órgãos municipais, prefeituras no sentido de tentar fazer uma  
572gestão integrada dessas unidades porque nós sabemos que as Unidades de  
573Conservação no Brasil, ainda precisam de muitos investimentos, tanto em  
574termos de infraestrutura como de regulação fundiária e a sociedade civil pode  
575estar contribuindo nessa questão. Então, é algo novo que gostaríamos de ver  
576ser adotado em outros Estados. No caso nosso o Governo de Minas entendeu  
577bastante e bem essa questão e juntamente com ICMBio está dando a força  
578para que essas unidades possam ser administradas de forma conjunta. Está  
579sendo criada inclusive uma rede de mosaico e que, já estou concluindo, essa  
580rede pretende realmente fortalecer esse instrumento. Muito obrigado.

581

582

583**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
584**DCONAMA) – Ronaldo.**

585

586

587**O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra – Região**  
588**Sudeste) –** Bom dia a todos, bom dia a todas, Conselheiras, Conselheiros,  
589convidadas, convidadas. Nossa mesa diretora. Falo em nome da Ponto Terra,  
590uma ONG de Belo Horizonte/Minas Gerais, eleita pela segunda vez para  
591representar a Região Sudeste neste CONAMA, neste parlamento ambiental. Eu  
592queria dizer que na minha já extensa vida terrena, a minha vida política  
593também extensa, tem hora que você precisa elogiar, criticar, defender seus  
594interesses, seus pensamentos com muita firmeza, tem hora que precisa de  
595abrandar, tem hora que precisa de conversar, mas tem que se fazer sempre  
596justiça e reconhecer as coisas boas que acontecem. Eu quero dizer para os  
597senhores e senhoras, até porque não levem em menor consideração o que eu  
598vou colocar, que eu não sou do partido do presidente Lula, sou do Partido  
599Verde como meu terno está dizendo aqui, mas é preciso dizer com clareza que  
600nós conseguimos avançar muito na legislação federal brasileira nesse Governo  
601do presidente Lula. Quero terminar dizendo só a última lei que foi votada, lei da  
602Política Nacional de Resíduos Sólidos, prezado Dr. Francisco. Fiquei anos e  
603anos no Congresso Nacional, toda semana reunião para debater a Política  
604Nacional de Resíduos Sólidos e não se votava, e não se votava. Por dois  
605mandatos e na Comissão Especial debatendo a Política Nacional de Resíduos  
606Sólidos. Uma das frustrações da minha vida política. Agora, presidente Lula  
607sancionou, ainda no Governo dele, promulgou o Decreto a tempo do nosso  
608Ministério do Meio Ambiente, Dr. Francisco, e aí eu quero compartilhar com a  
609mesa toda essa felicidade, tanto do mandato passado quanto do atual. Quem  
610já estudou um pouquinho essa lei, ela vai mexer com a Sociedade Brasileira, a  
611sociedade brasileira tem a oportunidade de dizer se é uma sociedade de  
612primeiro mundo ou se é subumana, uma sociedade de terceiro mundo, com  
613todas as coisas que estão lá colocadas, inclusive na questão da separação do  
614lixo, da reciclagem, dos resíduos sólidos urbanos, na questão da coleta  
615seletiva, mas não é só a questão humana, não é só a questão residencial, é  
616também Dr. Paulo, a questão comercial, a questão industrial, a questão  
617empresarial porque muita gente, Dr. Francisco, pode e deve ganhar dinheiro

618com o trabalho que essa Política Nacional de Resíduos Sólidos vai gerar para  
619esse país. Então é importante fazer esse reconhecimento dessa lei  
620importantíssima para todos nós. E quero dizer, por fim, e para terminar mesmo,  
621que nós todos que estamos no CONAMA para esse mandato de mais dois  
622anos, que Deus nos ilumine, que tenhamos juízo, bom senso e equilíbrio para  
623que possamos dar ao fim dos dois anos, resultados concretos para a sociedade  
624brasileira que merece esse nosso trabalho, que merece essa nossa dedicação,  
625um pouco da nossa inteligência, mas muito do nosso trabalho, muito da nossa  
626paciência. Tenhamos, façamos um bom mandato.

627

628

629**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA) – Obrigado.**

630

631

632**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
633**DCONAMA) – Mourão.**

634

635

636**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER) – Bom dia**  
637senhores, estamos aqui de volta a esse Plenário e gostaria de tocar em um  
638assunto que já foi tocado aqui, mas chamar atenção dos órgãos públicos, dos  
639Conselheiros, Comissão Nacional de Energia Nuclear para um aspecto que é  
640um pouco menos formal daquele que já foi apresentado aqui como uma moção,  
641recomendando que as medidas de segurança sejam apresentadas, mas por  
642uma questão que foi pouco debatida e jogada nos meios de imprensa, mas  
643muito pouco debatida que é a questão do armazenamento dos dejetos, dos  
644resíduos de energia nuclear, de baixa rotatividade, baixa entre aspas, que  
645estão armazenados na usina, em um galpão, não aqueles que estão dentro do  
646interior do reator, nas piscinas que ainda estão lá que ainda vão ter que ser  
647destinados. Por que eu faço esse alerta a todos que estão aqui? Ao Ministério  
648do Meio Ambiente, ao IBAMA, todos aqueles que se debruçam sobre esse  
649problema? Porque esses resíduos estão colocados nesse galpão, em tonéis,  
650quem pode examinar, já estive lá pessoalmente e nesse galpão que  
651teoricamente seria seguro. Nós temos observado no Brasil pelo fenômeno de  
652mudanças temáticas inclusive, a possibilidade de furacões. Tivemos o Furacão  
653Catarina lá no Rio Grande do Sul, com ventos de alta intensidade e por ocasião  
654agora recente, nós presenciamos ameaça de um ciclone no Rio de Janeiro,  
655que felizmente se afastou da cidade e nós não temos a menor expertise ou a  
656condição de saber se esses resíduos que estão ali nesse galpão, se eles  
657teriam a capacidade de responder a que tipo de intempérie. Acho que seria  
658uma medida que nós teríamos que saber, nós teríamos que tomar  
659conhecimento, antes disso para que, antes que nós equacionássemos o  
660problema da dificuldade que todos sabem, o principal problema do local de  
661armazenamento definitivo, desses resíduos, mas que esses resíduos  
662imediatamente que estão lá não possam em uma eventualidade que cada vez  
663mais nos parece mais provável, mais possível, que seja... Aconteça um  
664problema sério naquela região. Então eu gostaria de alertar a todos e pedir que  
665nós pudéssemos fazer as gestões em cada nível para que nós

29

666equacionássemos esse problema de uma maneira muito mais imediata do que  
667a solução definitiva que nós sabemos que tem que ser dada a mais longo  
668prazo. Muito obrigado.

669

670

671**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Muito obrigado.

672

673

674**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
675**DCONAMA)** – Miguel.

676

677

678**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Tem alguma  
679coisa errada, está todo mundo respeitando o tempo. (Risos!)

680

681

682**O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia – Região Norte)** – Bom dia  
683senhoras e senhores. Eu sou Miguel Scarcello, represento a SOS Amazônia,  
684uma das ONGs que tem assento como representação da região Norte aqui no  
685CONAMA. Eu trago aqui três questões para que nós possamos refletir e ao  
686longo desse ano, se for possível, se coloque em pauta ou os órgãos  
687responsáveis se manifestem a respeito. Um é quando às Unidades de  
688Conservação do País. Especificamente na região amazônica, que significam  
689quase que 20% do território, um pouco mais, nós temos o entendimento que  
690tem havido um grande esforço e um significativo avanço na sua gestão, temos  
691o Programa Harpa, que dedica uma boa parte de recursos para que essas  
692unidades funcionem, mas apesar disso tudo, infelizmente ainda não se  
693avançou em questões básicas estabelecidas no SNUC e eu chamo atenção  
694aqui para dois aspectos, que são a gestão compartilhada dessas Unidades de  
695Conservação, e também o investimento no estabelecimento dos termos de  
696compromisso do órgão gestor, no caso do ICMBio com as famílias que residem  
697em unidades de proteção integral. Nós consideramos esses caminhos  
698importantíssimos para solucionar problemas graves que hoje estão  
699acontecendo em boa parte das Unidades de Conservação e que na maioria  
700delas tem população morando e também para tentar superar as dificuldades de  
701gestão que essas unidades estão passando, unidades que ainda podem ser  
702crescido o número de funcionários atuando em cada uma delas, mas tem  
703situações como lá no Acre que um Parque Nacional, na fronteira com o Peru,  
704de 800.000 hectares, duas pessoas tomando conta dessa unidade. E passados  
705mais de 10 anos do seu plano de manejo, até hoje nenhuma dessas famílias,  
706quase 500 famílias que residem no parque, tem um termo de compromisso  
707assinado com o ICMBio e que isso possa lhes garantir uma permanência  
708enquanto eles não têm a regulação fundiária resolvida, com a permanência  
709com segurança. Esse é um ponto. O segundo é a respeito do Código Florestal.  
710Eu considero que o Governo Brasileiro através do Ministério, Ministério do Meio  
711Ambiente, tenha que se manifestar a respeito. Nós gostaríamos de ouvir qual a  
712posição a respeito dessa proposta do relator do projeto que está em discussão  
713agora na Câmara dos Deputados, que provavelmente vai à votação, para que

30

15

714 possa entender e ver até onde podemos nos aliar, termos, como aliado o  
715 Governo Brasileiro para enfrentar essa proposição, que ameaça diretamente a  
716 floresta amazônica e coloca em cheque todo um programa de desenvolvimento  
717 que no caso do Estado do Acre está sendo implantado há 12 anos, que prioriza  
718 o uso sustentável da floresta e o pagamento de serviços ambientais. E da  
719 maneira que está estabelecida esta proposta de alteração do código, toda essa  
720 política vai por água abaixo, todo o investimento de 12 anos de trabalho. E por  
721 último quero também chamar atenção aqui, ressaltar, quanto à questão de Belo  
722 Monte. Isso é uma polêmica que já vem há anos e agora cada vez mais  
723 acirrada e recomendo que nós trouxéssemos esse ponto para discussão aqui e  
724 o IBAMA apresente esclarecimentos sobre o processo de licenciamento. No dia  
725 25/03 o Bispo de Xingu e presidente do CIMI, Dom Ervin Calter, lançou uma  
726 carta pública revelando toda a situação que está acontecendo lá e um  
727 contando um processo histórico bastante desagradável, que não foi adiante  
728 junto à Presidência da República e devido aos problemas ambientais e sociais  
729 que essa obra deverá causar, poderá causar, eu acho que isso deva ser  
730 tratado aqui também e os órgãos responsáveis possam se esclarecer e nos  
731 informar melhor sobre essa situação. Muito obrigado.

732

733

734 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA) – Obrigado.**

735

736

737 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
738 **DCONAMA) – Obrigada. Lisiane. Vou dizer o próximo na sequência para já se**  
739 **aproximar é o Tonhão.**

740

741

742 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MOVER) – Trouxe até escrito para não me alongar.**  
743 **Tem sido veiculado pela mídia, principalmente nesse mês, que houve uma**  
744 **reunião com autarquias e secretaria do Ministério do Meio Ambiente propondo**  
745 **transformação do serviço brasileiro florestal, aliás, serviço florestal brasileiro**  
746 **em autarquia. Hoje esse órgão está ligado diretamente ao Ministério. O**  
747 **objetivo, segundo relatos da mídia, seria fortalecê-lo dando maiores poderes e**  
748 **autonomia, principalmente no que diz respeito às concessões de áreas de**  
749 **exploração em Unidade de Conservação de uso sustentável. Então, com a**  
750 **transformação desse órgão em autarquia independente, algumas categorias**  
751 **previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como as**  
752 **reservas de desenvolvimento sustentável, florestas extrativistas, florestas**  
753 **nacionais, seriam transferidas do Instituto Chico Mendes de Conservação da**  
754 **Biodiversidade e passariam a ser dirigidas pelo Sistema Brasileiro Florestal.**  
755 **Essa seria uma ideia antiga, ainda segundo a mídia, para viabilizar de forma**  
756 **mais rápida e fácil a exploração em áreas de conservação de uso sustentável,**  
757 **sob o argumento de que o Instituto Chico Mendes, órgãos que gere todas as**  
758 **demais categorias, são 12, levaria muito tempo para liberar as concessões. É**  
759 **bom ressaltar que o Serviço Florestal Brasileiro que foi instituído em 2006, até**  
760 **agora não proveu suas vagas com nenhum tipo de concurso público. Então**  
761 **desde 2006, sendo que todos eles são funcionários do Instituto Chico Mendes,**



do IBAMA, servidores comissionados, temporários, terceirizados. Então desse modo, nós aqui estamos vindo manifestar totalmente contrários à preparação de um documento legal que estaria sendo veiculado, já tem algumas associações ligadas ao setor se manifestando. Então nós estamos subscrevendo isso aqui nessa plenária, no repasse da gestão das florestas nacionais, as reservas extrativistas, as reservas de desenvolvimento sustentável, que sejam transferidas do Instituto Chico Mendes para o Serviço Florestal Brasileiro. O que isso inclusive significa a quebra do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, já que está fora dos objetivos do Sistema Florestal Brasileiro. Por lei, inclusive, o Instituto Chico Mendes é o órgão responsável pela execução desse Sistema Nacional de Unidade de Conservação, então não caberia outro, a não ser o IBAMA que divide a tarefa, quando em caráter suplementar, na ausência de agente ambiental estadual. Então viemos manifestar total repúdio à tentativa de transferir competência do Instituto Chico Mendes, a gestão de algumas categorias, cabe lembrar que algumas reservas extrativistas são marinhas e ficariam a cargo do Serviço Florestal Brasileiro. Então é um total absurdo. Então o que nós colocamos aqui em Plenária, que fique registrado nosso total repúdio a essa tentativa.

780

781

**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA) – Obrigado.**

783

784

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do DCONAMA) – Tonhão.**

787

788

**O SR. TONHÃO –** Bom dia a todos, no lugar da minha fala, eu pediria à técnica para apresentar para vocês um filmete que é aos 3 minutos seja interrompido. Está bom? Obrigado.

792

793

*794(Palmas)*

795

796

**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA) –** Muito obrigado. Acho que cada vez mais nós temos que lidar com formas de comunicação diferentes. A mensagem é muito clara. Vamos em frente.

800

801

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do DCONAMA) –** A imagem fala muito mais que as palavras, mas nós ainda temos inscrições, Dalton, Secretário de Meio Ambiente do Piauí.

805

806

**O SR. DALTON EMO MACAMBIRA (Governo do Piauí) –** Bom dia a todos. A minha inscrição, inicialmente, era feita para desejar sucesso à nova equipe que está conduzindo o CONAMA, Dr. Francisco Gaetani, mas infelizmente, pela

810fala do colega lá da FURPA, eu preciso fazer alguns... Eu sou obrigado a fazer  
811alguns esclarecimentos em função das denúncias que foram aqui feitas.  
812Primeiro, me solidarizar com as acusações que são feitas ao Instituto Chico  
813Mendes, são acusações muito fortes, todas elas inverídicas, não têm qualquer  
814suporte legal essas afirmações, essas denúncias em que há o maior  
815desmatamento na Serra Vermelha é uma mentira e nós temos como comprovar  
816isso, porque tem no Piauí Instituto Chico Mendes e tem o IBAMA que  
817trabalham junto com a Secretaria na fiscalização. Divulgou-se cartazes de  
818árvores que não são da Serra Vermelha, fotografias de animais que não estão  
819na Serra Vermelha para tentar confundir a opinião pública no meu Estado e  
820também no País inteiro, porque esse cartaz percorreu o Brasil. E agora tenta-  
821se confundir os Conselheiros e Conselheiras do CONAMA com essa mentira.  
822Talvez, como o Projeto Energia Verde foi cancelado pelo IBAMA desde 2007,  
823de lá para cá nada funcionou mais, porque o projeto que está sendo dito que  
824está funcionando e promovendo o maior desmatamento, como está dito na  
825moção aqui, foi cancelado pelo IBAMA em 2007, portanto, não prossegue, não  
826continua, mesmo assim, essa mentira vem sendo repetida desde 2007. Talvez  
827por aquela tese da máxima nazista de dizer uma mentira mil vezes para que  
828ela vire verdade. Infelizmente muitas vezes acreditam nisso que foi dito. Por  
829isso, como representante do Governo do Estado do Piauí, nós estamos  
830encaminhando um ofício à presidente do CONAMA, ministra Izabella Teixeira,  
831esclarecendo a verdade dos fatos, desmascarando as inverdades que foram  
832colocadas aqui e que estão ditas, escritas na moção que vai ser apresentada  
833no momento oportuno, eu imaginei que só iria me reportar a isso no momento  
834oportuno, nós encaminhando à presidente do CONAMA, Ministra Izabella  
835Teixeira um ofício esclarecendo essas questões para que no momento  
836oportuno, e eu gostaria de solicitar, como a moção com essas inverdades está  
837na pauta e todos os Conselheiros e Conselheiras puderam ler a moção, eu  
838gostaria que os esclarecimentos do Governo do Estado do Piauí também  
839fossem disponibilizados aos Conselheiros e Conselheiras até para que as  
840informações pudessem restaurar a verdade dos fatos. É isso que eu gostaria  
841de dizer, infelizmente nesse momento em nome do Governo do Estado do  
842Piauí. Muito obrigado.

843

844

845**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
846**DCONAMA)** – Ainda tenho inscrições, Daniel, Donizete e Rômulo, eu pergunto  
847ao Donizete e ao Daniel se eu poderia pedir licença para inverter o Rômulo  
848antes, em razão da fala, ficariam os dois na seqüência, pode ser assim?

849

850

851**O SR. RÔMULO MELLO (ICMBio)** – Rômulo Mello, Instituto Chico Mendes  
852bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de primeiro, chamar atenção que se  
853olharmos aqui a ata da reunião que nós aprovamos, vamos observar que na  
854última reunião deste Conselho este assunto foi discutido, o Instituto Chico  
855Mendes apresentou, fez os seus esclarecimentos e este Conselho rejeitou a  
856moção apresentada naquela oportunidade. Entretanto nós, enquanto gestores  
857públicos, sempre estamos à disposição da sociedade para quaisquer

858 esclarecimentos, e qualquer solicitação que este Conselho faça formalmente  
859 nós estaremos sempre à disposição para esclarecê-los. Gostaria, entretanto de  
860 chamar atenção que essas demandas devem sempre se constituir e ser  
861 elaboradas de forma a que se respeite a integridade das instituições e das  
862 pessoas. Eu tenho uma notícia na folha do meio que qualquer um de vocês que  
863 lêem, vão entender porque o instituto Chico Mendes se entende no caso o  
864 gestor e a instituição com a sua integridade abalada pelas afirmações, em  
865 razão disso eu gostaria de comunicar ao Conselho que nós estamos  
866 mobilizando ações judiciais no que diz respeito a demonstrar a veracidade das  
867 informações do instituto e processando efetivamente as instituições por calúnia,  
868 difamação e buscando a reparação de danos. Informar ainda que qualquer  
869 ônus ou recursos que nós venhamos a auferir pela reparação de danos será  
870 colocado à disposição de organizações não governamentais que efetivamente  
871 tenham compromisso ético com a verdade e com a conservação da Mata  
872 Atlântica e da caatinga brasileira. Obrigado. Desculpe, ale disso Miguel que fez  
873 uma referência ao Chico Mendes com relação aos Conselhos o processo de  
874 gestão compartilhada. Nós estamos avançando, avançamos de forma  
875 significativa nisso, mais de 70% das unidades já têm Conselho, mais  
876 importante fazê-los funcionar e com relação ao termo de compromisso nós  
877 estamos ultimando isso, era um absurdo que se tinha deixar um gestor e a  
878 sociedade que estava dentro da unidade ao leu, sem ter um instrumento que  
879 ordenasse essa relação. Então o termo de compromisso já referenciado na lei  
880 9985 vai estar deve ainda esse mês estar pronto, e esse são um instrumento  
881 que vai ordenar a relação entre os gestores das Unidades de Conservação e  
882 as pessoas que ocupam temporariamente ou permanentemente Unidades de  
883 Conservação onde é possível sua ocupação. Com relação ainda ao Piauí, nós  
884 vamos preparar um documento escrito também ao CONAMA, reiterando tudo  
885 que nós já afirmamos aqui na reunião anterior e colocando a todas as  
886 instituições de forma escrita, todo processo que foi e a forma que foi  
887 constituído. Ainda informar aos senhores que me sinto, tenho orgulho muito  
888 grande de ter incorporado mais 300 mil hectares de caatinga ao Parque  
889 Nacional da serra das confusões, sou obrigatoriamente pela função que exerço  
890 um negociador com todos os representantes que tenho legitimidade para  
891 negociar e o meu negócio é a expansão da conservação da biodiversidade do  
892 Brasil. É isso que norteia as nossas discussões e tenho que sim hoje no Estado  
893 democrático que impõem pela lei 9985 que nós, na criação e implantação de  
894 Unidade de Conservação, que nós sim negociemos com todos os atores da  
895 sociedade que têm envolvimento, que gostem ou não de conservação, estarão  
896 e as portas do instituto estarão sempre abertas para negociar e ampliar a  
897 conservação da biodiversidade no Brasil.

898

899

900 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Obrigado.  
901 Donizete, Daniel perdão.

902

903

904 **SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Bom dia a todos. Meu nome é  
905 Daniel Melo Barreto, Represento o instituto Bioeste, uma ONG ambiental

906monsip perdão, sediada no oeste da Bahia. Primeiramente, parabenizar  
907também a mesa pelo evento. Estamos vindos somos novatos aqui no  
908CONAMA, é nosso primeiro mandato, com muito orgulho estamos aqui e  
909estamos vindos com duas propostas de moções para essa plenária, uma  
910recomendando ao Governo do Estado da Bahia, bem como ao secretário de  
911meio ambiente do Estado da Bahia que mantenha o processo de análise de  
912licença ambiental dentro do CEPRAN. CEPRAN é o Conselho Estadual de  
913meio Ambiente mais antigo do Brasil, fundado em 74 e ele, na reforma da  
914política estadual de meio ambiente estão querendo retirar. Viemos pedir uma  
915recomendação para que se mantenha esse processo de licenciamento lá  
916sendo que é um dos poucos Conselhos que ainda delibera um licenciamento  
917ambiental. Nossa segunda proposta é uma proposta de moção de repúdio  
918quanto à declaração do Ministro da agricultura, Wagner Rossi na reunião do  
919Conselhão, onde diz que a expansão da fronteira agrícola para o Maranhão,  
920Tocantins, Piauí e oeste da Bahia não tem impacto ambiental nenhum, isso  
921porque, segundo o Ministro, lá não tem nada, só tem cerrado. Então, é uma  
922declaração muito forte do Ministro da agricultura. Então estamos pedindo uma  
923moção de repúdio e que ele se retrate de tal declaração. Gostaria de  
924aproveitar, referendando a fala do amigo da FUNATURA quando a PEC do  
925cerrado e apresentar para vocês um slide sobre o futuro do cerrado brasileiro.  
926Ali temos o que é o cerrado em 1500. Em 1990 essa já era a devastação do  
927cerrado, 2002, 2008, agora para 2014 as prospecções que vão ter de acordo  
928com o nível que está indo em 2014, 2020, 2030, 2040, 2050, então se não nos  
929preocuparmos com o cerrado hoje, ele vai desaparecer, como a Mata Atlântica  
930está também desaparecendo. Então eu Peço para todos os companheiros aqui  
931da plenária e para a mesa, para termos um olhar com mais carinho, procurar  
932votar essa PEC do cerrado, porque está acabando, a expansão agrícola é  
933assim muito grande no cerrado. Eu agradeço a todos, muito obrigado.

934

935

936**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
937**DCONAMA)** – Obrigada Daniel e Donizete últimos inscritos. Algumas das  
938pessoas que estão em pé atrás se quiserem sentar nós observamos uma serie  
939de lugares aqui na frente.

940

941

942**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA Centro-Oeste)**– Senhor  
943presidente, senhora diretora, senhoras e senhores Conselheiros, prazer  
944estarmos mais uma vez aqui a ECODATA, representando a região Centro  
945Oeste, foi reeleita quero cumprimentar aqui também os nossos demais  
946Conselheiros, Júlio valente e Júlio Ramires e a nossa colaboradora da  
947ECODATA Eliza. Senhoras e senhores, nós, primeiramente ficamos até  
948aliviados com as manifestações que aconteceram aqui por parte dos colegas,  
949que antecederam defendendo o cerrado, nós entendemos que essa força está  
950tomando dimensões e demonstrando para muitos que desconhecem que não  
951tiveram a competência de que sequer estudar um pouco sobre esse bioma que  
952é o principal bioma brasileiro, totalmente brasileiro, que ocupa 25% do território  
953nacional, com mais de 13 mil espécies de plantas e que é a verdadeira

954 produção de água de todo o Brasil está dentro do cerrado, falarem,  
955 manifestações como essa que foi a pouco, que é motivo até de riso e chacota  
956 de algumas pessoas aí quando o indivíduo diz que lá não tem nada, só tem  
957 cerrado, o que na realidade tem é a falta de conhecimento desse cidadão que  
958 ocupa um cargo de destaque nacional, entretanto está aí falando, debochando  
959 desse patrimônio nacional que infelizmente não foi reconhecido ainda na  
960 Constituição, mas haverá de ser votado esse ano para sermos considerados  
961 patrimônio nacional e, conseqüentemente, ter uma política pública voltada à  
962 questão do cerrado. Solidarizamos-nos então com essa manifestação e  
963 colocamos a necessidade imediata da manutenção no máximo possível do  
964 Código Florestal para que ele não sofra alterações como está sendo proposto,  
965 para que o cerrado seja mais violentamente ainda agredido como foi muito bem  
966 colocado pelo nosso colega. Então exigimos a aprovação da APEC do cerrado  
967 solicitamos a todos os Conselheiros que se manifestem nos seus Estados para  
968 a aprovação da APEC do cerrado, e conseqüentemente também ao mínimo de  
969 alteração do Código Florestal. Eu queria dizer, em função até dessas  
970 manifestações estão tendo congresso redução das atribuições do CONAMA,  
971 nós fizemos uma articulação junto com a frente parlamentar ambientalista e foi  
972 publicado na agenda que foi distribuída pela frente parlamentar ambientalista  
973 praticamente para todos os deputados federais, as comissões, os senadores  
974 etc. com o texto destacando o CONAMA. Eu gostaria que todos os senhoras e  
975 senhores fizessem isso também nos seus Estados, manifestando a  
976 preocupação no COANAMA e quais suas atribuições para que os  
977 parlamentares possam cada vez mais compreender e como nós uma  
978 renovação grande dos parlamentares é importante que tratemos com os  
979 parlamentares da importância do CONAMA para que não seja alterado. Por  
980 isso eu quero deixar aqui a diretora já deixei ao nosso secretário e a secretaria  
981 Samira um exemplar da agenda para que possam utilizar, fazendo com que  
982 essa nossa manifestação também seja das senhoras e dos senhores e em  
983 outras oportunidades que tenham obrigado.

984

985

986 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
987 **DCONAMA)** – Obrigada, Donizete. Encerrando então a nossa tribuna livre, a  
988 mesa recebeu 3 novas moções, além daquelas já colocadas pelo Daniel. Eu  
989 passo só a leitura da emenda do assunto dessas novas moções lembrando que  
990 elas são objetos de pauta no final da plenária, temos as moções já pautadas e  
991 não apreciadas da reunião anterior e caso haja tempo e quorum, nós  
992 passaremos depois à votação dessas novas. Então agora só leio o assunto  
993 para conhecimento da plenária. A primeira moção requer do instituto Chico  
994 Mendes explicações a respeito da ampliação da área de 299 mil e 600 hectares  
995 no Parque Nacional da serra das confusões no sul do Piauí sem a inclusão da  
996 serra vermelha, considerada mais rica em biodiversidade da região. A outra  
997 moção pede ao plenário do CONAMA a nomeação emergencial de analistas  
998 ambientais do concurso de 2008, cujo prazo vence em 16 de abril de 2011, tem  
999 um pedido de urgência nessa moção e a urgência pode ser apreciada quando  
1000 entrarmos no ponto de pauta de moção aí ela pode entrar na frente em razão  
1001 do prazo que se expira, se o plenário entender assim. E a outra diz respeito,

1002recomenda ao Governo Brasileiro reavaliar o programa nuclear e ao Ministério  
1003das minas e energia, Comissão Nacional de Energia Nuclear, Eletronuclear,  
1004IBAMA e Ministério do Meio Ambiente para que apresente trimestralmente ao  
1005plenário do CONAMA relatório técnico conjunto das angras 1, 2 e da angra 3  
1006futura. Se houver mais algum pedido de moção, peço que seja apresentado  
1007aqui agora. Essas você já falou então eu vou pular. Passando para o outro  
1008ponto de pauta, apresentação à mesa... Isso é proposta de resolução para  
1009constar, a mover e dar entrada em duas propostas de resolução então nós  
1010vamos pedir pelos termos do regimento. Parecer técnico do Ministério e das  
1011suas vinculadas vamos ver para qual Câmara Técnica que o assunto é  
1012correlacionado ela começa a tramitar no CONAMA. Apresentação à mesa por  
1013escrito requerimento de urgência, inversão de pauta e retirada de matéria.  
1014Chamo aqui o João de Deus Medeiros que vai falar em nome do Ministério do  
1015Meio Ambiente.

1016

1017

1018**SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** - Conselheiras e conselheiros,  
1019bom dia. João de Deus Medeiros MMA, esclarecimento essa matéria trata de  
1020uma proposta de revisão da resolução 303 2002, que é uma resolução que traz  
1021uma série de definições relativas às áreas de Preservação Permanente. O  
1022Ministério do Meio Ambiente promoveu, no contexto desse processo de revisão  
1023do Código Florestal, uma série de medidas que tencionava reduzir esse grau  
1024de pressão. Nesse conjunto de medidas se inclui uma proposta de revisão da  
1025resolução 303, especificamente no que tange ao aprimoramento do conceito de  
1026nível mais alto que tem um reflexo direto sobre a medição das faixas de  
1027vegetação ciliar, sobre a metodologia e o parâmetro para definição de base de  
1028morro, a partir do qual se faz a mensuração do topo e a aplicação, portanto do  
1029que está previsto no artigo segundo do código, e adicionalmente ainda o tópico  
1030da resolução que trata da criação da faixa de 300 metros nos ambientes de  
1031restinga como preservação permanente. Essa proposta ela ainda não veio à  
1032plenária ela está tramitando nas câmaras e na reunião última da Câmara  
1033Técnica de Assuntos Jurídicos, após um pedido inicial de vistas, veio à  
1034sugestão na Câmara da retirada da discussão e o próprio Ministério entende  
1035que é oportuno encaminhar a apreciação do Conselho esse pedido de retirada,  
1036por conta da forma como evoluiu essa discussão no âmbito do Congresso. Já  
1037tivemos um avanço da discussão no âmbito da Comissão especial, o texto  
1038aprovado na Comissão diretamente trata desses 3 pontos, não entramos aqui  
1039no mérito de como isso ficou se melhor ou pior, mas o fato é que já há uma  
1040mudança no texto aprovado, há também uma indicação clara de que esse tema  
1041entra na discussão da pauta do Congresso Nacional agora no primeiro  
1042semestre. Então há um entendimento que é corroborado pelo Ministério, de  
1043que nesse momento seria oportuno retirar a matéria de tramitação,  
1044suspenderíamos essa discussão até para evitar que o plenário venha a tomar  
1045alguma deliberação que se mostre eloquo para depois em função das decisões  
1046que vierem a ser tomadas no âmbito da revisão do Código Florestal, então  
1047sobre essa argumentação nós trazemos aqui a solicitação da retirada de pauta  
1048dessa matéria, suspendendo então essa discussão nesse momento.

1049

45

1050

1051 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Alguma  
1052 solicitação de esclarecimento adicional? Bom, nós vamos então encaminhar à  
1053 votação.

1054

1055

1056 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1057 **DCONAMA)** – Nesse caso não é necessário porque o próprio autor da matéria  
1058 pede a retirada. Perfeito? Ainda sobre as moções, se algum dos proponentes  
1059 tiver isso digitado, o departamento de apoio aqui está solicitando que passe  
1060 para o João porque já facilita enormemente o nosso trabalho. Passamos para o  
1061 ponto de pauta seguinte então, entramos na ordem do dia, só que como  
1062 Secretaria Executiva, nós vimos que seria conveniente anteciparmos o informe  
1063 que está pautado lá para trás, no item 8.2, que é um informe do Silvano sobre a  
1064 Política Nacional de resíduos sólidos, os seus desdobramentos e a  
1065 repercussão que isso tem no CONAMA. Então pediria agora o informe do  
1066 Silvano.

1067

1068

1069 **O SR. SILVANO SILVÉRIO (Secretário SRHU/MMA)** – Bom dia a todos os  
1070 conselheiros e conselheiras, secretário Chico Etane, secretária Samira Cute,  
1071 Rômulo e Adriana. Eu vou tentar fazer rapidamente uma abordagem sobre a  
1072 Política Nacional de Resíduos Sólidos que foi aprovada no Congresso em  
1073 2010, dia 2 de agosto. Essa política ela foi regulamentada dia 23 de dezembro.  
1074 Então, o governo agiu com bastante celeridade em relação à regulamentação  
1075 só para fazer um paralelo, a lei de saneamento ela foi aprovada em janeiro de  
1076 2007 e foi regulamentada no ano passado então gastou por volta de 3 anos. A  
1077 Política Nacional de resíduos é uma política com um nível de complexidade  
1078 similar e ela foi regulamentada num prazo de 4 meses e meio. Foi um momento  
1079 de muito diálogo no âmbito do Governo Federal, foram em torno de 10  
1080 Ministérios que se juntou para discutir essa regulamentação, o processo de  
1081 discussão permitiu o diálogo com o setor produtivo com os Estados, com os  
1082 municípios, com a sociedade civil e até o momento nós não tivemos informação  
1083 de críticas ao que saiu da regulamentação da lei. Portanto, a avaliação do  
1084 Ministério do Meio Ambiente a ministra Izabella se empenhou muito nos dois  
1085 momentos tanto no momento da aprovação da política, quanto no momento da  
1086 regulamentação e o resultado que nós temos é um resultado importante e um  
1087 decreto detalha e aprofunda bastante o que tem, a forma de implementar a  
1088 política e como resultado do decreto foram criados 2 instrumentos que estavam  
1089 na lei que vai permitir a implementação de alguns dos princípios da lei. Eu faço  
1090 referência ao comitê orientador da logística reversa e ao comitê interministerial  
1091 que vai implementar e acompanhar a implementação da Política Nacional de  
1092 Resíduos Sólidos. Esses dois espaços de diálogo, o primeiro, comitê orientador  
1093 da logística reversa é um comitê criado por 5 ministros, Ministério do Meio  
1094 Ambiente, Ministério da Agricultura pesca abastecimento, Ministério de  
1095 Desenvolvimento Indústria e Comércio, Fazenda e Ministério da Saúde, são 5  
1096 ministros, esse comitê orientador a ele é dada toda atribuição para definição de  
1097 diretrizes e para a implementação da logística reversa, que nada mais é do

46

23

1098que fazer um caminho de volta dos resíduos e dos produtos que são colocados  
1099no mercado e o pós consumo essa devolução. A lei definiu a obrigatoriedade  
1100de quais são os produtos e resíduos que tem que ter a logística reversa, são  
1101seis cadeias e além disso deu a possibilidade de estender essa logística  
1102reversa para outros produtos e resíduos em função do impacto ambiental e a  
1103saúde pública, o obviamente analisando a viabilidade econômica e técnica.  
1104Então veja o Governo Federal e não somente o Ministério do Meio Ambiente,  
1105mas o Governo Federal está trabalhando de forma muito celebre na  
1106implementação da política. No dia 17 de fevereiro o comitê orientador já se  
1107instalou na reunião de instalação do comitê orientador já aprovou o Regimento  
1108do seu funcionamento, aprovou o plano de trabalho para o ano de 2011, plano  
1109de trabalho baseado em datas, portanto o comitê orientador vai ter que aprovar  
1110alguns produtos na reunião de 16 de junho, na reunião de 20 de outubro que  
1111são mais duas reuniões ordinárias do comitê orientador e esse plano de  
1112trabalho permite a que ao longo do ano de 2011 questões importantes vão  
1113sendo definidas e sendo implementadas em relação à logística reversa. Abaixo  
1114do comitê orientador da logística reversa está o grupo técnico assessor, o  
1115grupo técnico assessor é indicado pelos representantes desses 5 Ministérios e  
1116esse grupo técnico assessor ele pode criar tantos grupos de trabalhos  
1117temáticos quantos forem necessários, e aí é possível estender o convite ao  
1118setor produtivo, à sociedade civil para detalhar pontos que são importantes  
1119serem detalhados. O grupo técnico de assessor já se reuniu por 3 vezes, já  
1120tiveram 3 reuniões e o grupo técnico assessor, e o grupo técnico de assessor  
1121na verdade, reúne, delibera e depois o comitê orientador delibera informal pelo  
1122grupo técnico assessor. O grupo técnico assessor nessas 3 reuniões já discutiu  
1123as prioridades para implementação da logística reversa é importante informar  
1124para todos os conselheiros e conselheiras. As prioridades que foram definidas  
1125pelo grupo técnico assessor, de que aquilo que é obrigatório por lei da logística  
1126reversa vai ser priorizado, deixando para priorizar a logística reversa daquilo  
1127que não tem nenhum processo de logística reversa. Portanto daquelas 6  
1128cadeias o grupo técnico assessor priorizou para ser discutida a logística  
1129reversa de eletro eletrônicos e de lâmpadas mercuriais que é o que está como  
1130obrigatoriedade da lei. Outro critério diz respeito a priorizar a logística reversa  
1131daquilo que tem mais impacto ambiental e a saúde pública observada a  
1132viabilidade técnica econômica, o outro critério diz respeito às propostas  
1133voluntárias do setor que vão ser analisadas pelo comitê orientador, e o último  
1134critério é o comitê orientador vai analisar o processo das logísticas que estão  
1135vigentes e priorizar a logística reversa dos 4 setores que já tem que é de pilhas  
1136e baterias, pneus, agrotóxicos, embalagens e óleos lubrificantes que na  
1137verdade já se manifestou. Então, com esse critério de aprovação o grupo  
1138técnico assessor já definiu a instalação de 5 grupos de trabalho temáticos, e  
1139esse grupo de trabalho temático esses 5 grupos já se instalam agora dia 5 de  
1140maio que foi outra deliberação do grupo técnico assessor, os grupos de  
1141trabalho têm a função de elaborar, eles têm prazo inclusive de elaboração de  
1142produtos, eles têm a função de elaborar até o prazo máximo de 6 meses a  
1143proposta da modelagem da logística reversa e ainda os subsídios para o edital  
1144que vai dar início ao acordo setorial das logísticas reversas. Então o grupo de  
1145trabalho o grupo técnico assessor deliberou pela criação de 5 grupos de



1146trabalho temáticos para discutir a modelagem da logística reversa e definir os  
1147subsídios para o acordo setorial onde edital que vai chamar o acordo setorial.  
1148Então foi criado um grupo de trabalho temático de lâmpadas de vapores  
1149mercuriais que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente,  
1150eletroeletrônicos que é coordenado pelo MDIC, embalagens que é um grande  
1151problema ambiental então foi constituído um grupo de trabalho temático de  
1152embalagens, um grupo de trabalho temático que chegou até nós como  
1153proposta do setor querendo fazer, que é de óleos lubrificantes e embalagens  
1154que foi entregue ao Ministério do Meio Ambiente a proposta e o quinto grupo  
1155que é o de medicamentos, descarte de medicamentos porque a ANVISA tinha  
1156setor saúde a Janaina está aqui também, a ANVISA tinha já discutido uma  
1157resolução e essa resolução a ANVISA e o Ministério da Saúde quis  
1158compartilhar dentro da Política Nacional de Resíduos então se criou esse tipo  
1159de trabalho temático. Estou dizendo isso para mostrar o seguinte, a lei foi  
1160aprovada, foi regulamentada, já foi instalado o comitê orientador, os grupos  
1161técnicos, o Grupo de Trabalho assessor já se reuniu por 3 vezes, constituiu já  
1162esses grupos de trabalho eles vão se instalar agora dia 5 de maio, numa  
1163reunião de trabalho para instalação desses grupos de trabalho e nós já temos o  
1164termo de referência para Constituição desses 5 Grupos de Trabalho, cada  
1165coordenador, esqueci de dizer, mas de óleos lubrificantes e embalagens até o  
1166momento está com a coordenação do MAPA ainda estamos discutindo e o  
1167descarte de medicamentos está sob coordenação do Ministério da Saúde. Mas  
1168já tem a proposta do grupo de trabalho temático e nesse grupo de trabalho  
1169temático a ideia é que consideremos toda a participação de Estados,  
1170municípios, sociedade civil, setor produtivo, importadores, fabricantes, os  
1171distribuidores, comerciantes, a sociedade civil e também os municípios  
1172enquanto titulares dos serviços. Então, veja que cada grupo de trabalho desses  
1173que foi constituído ele tem aí um prazo máximo até outubro para entregar uma  
1174proposta ao grupo técnico assessor que submete ao comitê orientador, então  
1175provavelmente no segundo semestre de 2011 já teremos os editais para a  
1176logística reversa desses que foram priorizados. Isso é importa que foi mandada  
1177para o Congresso Nacional, foi discutida por este Conselho e o resultado é que  
1178a política está a pleno vapor. Por último, foi constituído também o comitê  
1179interministerial, o comitê interministerial é composto por 12 Ministérios, ele  
1180pode também ter a participação em algum momento do setor produtivo, de  
1181Estados e de municípios também. Esse comitê interministerial foi instalado pela  
1182ministra Izabela no dia 17 de março, na primeira reunião já se aprovou o  
1183Estatuto o Regimento do comitê interministerial e já foram aprovada a  
1184constituição de 5 grupos técnicos aí nesse comitê orientador são grupos  
1185técnicos, para colocar em funcionamento o Plano de Trabalho que foi aprovado  
1186também na reunião de 17 de março. Então, foram constituídos 5 grupos de  
1187trabalho, o primeiro que vai coordenar o Plano Nacional de resíduos sólidos é  
1188importante frisar que o Plano Nacional de resíduos sólidos pelo regulamento da  
1189lei a versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos já tem que estar  
1190elaborada até o dia 21 de junho de 2011, para depois ser colocada em consulta  
1191pública. Então o primeiro grupo técnico vai coordenar a elaboração da versão  
1192preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos que o IPEA é quem já está  
1193elaborando, o IPEA tem 18 consultores contratados para elaborar essa versão

1194preliminar, o acompanhamento dos planos estaduais, planos municipais de  
1195Resíduos Sólidos, os investimentos para conseguir cumprir as metas  
1196estabelecidas pelo decreto e pela lei e esse basicamente é o escopo do grupo  
1197de trabalho 1. O grupo de trabalho 2 vai se dedicar para elaborar o ato que foi  
1198estabelecido pelo decreto, tem que ser criado um ato conjunto de Ministério de  
1199Minas em energia, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente para  
1200disciplinar a recuperação energética dos Resíduos Sólidos urbanos. Esse  
1201ponto não foi regulamentado chamou-se um ato conjunto desses 3 ministérios  
1202e foi criado, portanto um grupo de trabalho, um grupo técnico com a finalidade  
1203de aprofundar e apresentar ao comitê interministerial uma proposta de ato  
1204conjunto. O terceiro grupo, o primeiro grupo é coordenado pelo Ministério do  
1205Meio Ambiente, o segundo pelo Ministério de Minas e Energia e o terceiro  
1206grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Saúde, vai estabelecer os  
1207critérios mínimos para os planos de gerenciamento de Resíduos Sólidos da  
1208parte de resíduos perigosos e vai cuidar também do mapeamento ou das ações  
1209para mapeamento e solução de áreas contaminadas órfãs. E o quinto e último  
1210grupo vai cuidar da implantação e implementação do sistema nacional de  
1211informação de Resíduos que pelo decreto está previsto para ser elaborado,  
1212concebido e elaborado, implantado e implementado até o final de 2012. Então  
1213esses grupos de trabalho também já estão em andamento, à ministra está  
1214trabalhando uma proposta de grupo de trabalho que vai coordenar o Governo  
1215Federal, as entidades que representam Estados e municípios para  
1216internalização e implementação dessa política no sistema nacional de Meio  
1217Ambiente, esse grupo de trabalho está sendo criado nos próximos dias e,  
1218portanto eu trago aqui para vocês as informações mais importantes que dizem  
1219respeito à implementação da política, e para que vocês saibam que a ideia  
1220dessas informações é que elas possam ser compartilhadas dos conselheiros,  
1221das conselheiras com os outros membros, até porque a nossa preocupação é  
1222que o país possa ter um arcabouço nacional, acordos setoriais nacionais e nós  
1223não corramos para que Estados tenham seu acordo setorial com uma  
1224determinada cadeia, e temos aí uma grande mudança na ordem das coisas.  
1225Então a ideia é que nós tenhamos um grupo de trabalho comitê orientador,  
1226elabora proposta de acordos setoriais de âmbito nacional, eventualmente com  
1227metas regionais diferenciadas para depois os Estados e os municípios  
1228poderem implementar. Então acho que é isso, estou à disposição para  
1229eventuais perguntas.

1230

1231

1232**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1233**DCONAMA)** – Temos já a inscrição do Saint Clair. Antes um esclarecimento  
1234ainda em relação à repercussão disso tudo no CONAMA. O CONAMA tem  
1235alguns grupos de trabalho ligados à câmara técnica de saúde ambiental e  
1236saneamento. Esses grupos nós vamos convocar uma reunião da Câmara,  
1237porque é uma deliberação específica da Câmara e todo o acúmulo de  
1238discussões e todo o trabalho já realizado migra de uma instância para essa  
1239instância prevista no decreto que regulamentou a Política Nacional de resíduos.  
1240Então todo o trabalho será aproveitado e dado continuidade, só que em outra  
1241instância que não o CONAMA.

53

1242

1243

1244O **SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (Ministérios Públicos)** –

1245Agradeço a presidência bom dia a todos, Saint Clair do Ministério Público dos  
1246Estados. Esse tema dos Resíduos Sólidos nos preocupa sobre maneira,  
1247Estado do Paraná não é diferente nós temos aí dados da secretária que nos diz  
1248que temos de 399 municípios, pelo menos 200 que são lixões. Naturalmente a  
1249política não veio com toda aquela força que nós gostaríamos, mas ela nos  
1250ajuda a encaminhar melhor a situação dos Resíduos Sólidos no nosso país.  
1251Nós temos um modelo que está sendo praticado no Estado do Paraná nós  
1252gostaríamos de talvez o comitê se interessasse, porque nós já estamos  
1253praticando a logística reversa a fruto de uma discussão de 2 anos, um ano de  
1254implementação com as empresas lá de determinados setores basicamente  
1255voltado à reciclagem, recuperação dos materiais frutos da separação voluntária  
1256e obrigatória nas empresas. Nós estamos apoiando decisão decisivamente os  
1257catadores de materiais reciclados que é o objeto principal da lei de Resíduos  
1258Sólidos fazendo com que nós tenhamos aí um processo e um projeto dentro do  
1259Estadual, que podemos atingir em praticamente todos os quadrantes dos  
1260Estados. Essas empresas estão se associando, se cotizando dentro desse  
1261projeto já compramos diversos materiais para que as cooperativas possam  
1262funcionar, pretendemos que as cooperativas funcionem em rede em todo o  
1263Estado para que possam comercializar melhor seus materiais e assim  
1264possamos ter até o final do ano dados para que todos conheçam aí a respeito  
1265de metas etc. elas possam as próprias empresas e o Ministério do Meio  
1266Ambiente possam analisar aí os frutos e o resultado desse trabalho. Então  
1267imagino que estamos dando um mínimo de atenção a essa legislação, porque  
1268nós sabemos o tamanho do problema e os interesses que envolvem a questão  
1269do lixo no país. Muito obrigado.

1270

1271

1272**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (AMAR/PR)** – Bom dia a todos, meu nome é Zuleica  
1273sou recém-eleita para pela AMAR. Associação de Defesa do Meio Ambiente de  
1274Araucária, e a nossa preocupação é que queria fazer uma perguntar a você,  
1275porque a questão dos resíduos perigosos e produtos, por exemplo, lâmpadas  
1276com mercúrio, eletro eletrônicos, que são foco inclusive de discussões  
1277internacionais mundo inteiro está se preparando para fazer uma grande ação  
1278global contra a contaminação de mercúrio, o Brasil também assina o SAIQUE  
1279(...) enfoque estratégico de gestão internacional de substâncias químicas, e a  
1280nossa luta no CONAMA a questão das lâmpadas, por exemplo, foi o foi fruto de  
1281uma moção aprovada no CONAMA que solicitou a criação de um GT para que  
1282o Brasil tivesse no mínimo uma resolução para a lâmpada, embora existam  
1283dezenas de outros produtos no mercado que precisam de uma resolução que  
1284esclareça qual é a cadeia e quem tem as obrigações nessa cadeia. Nós não  
1285estamos entendendo como é que fica esse acordo setorial que me parece um  
1286acordo voluntário que não substitui uma resolução CONAMA nunca. Então, ao  
1287terem sido interrompidos esses importantes grupos de trabalho, como eletro  
1288eletrônicos, embalagens de óleo e lâmpadas, como exemplo, deveríamos ter  
1289muito mais outros GTs em andamento, como é que fica essa obrigatoriedade

54

27

1290para todos os cidadãos brasileiro no território nacional, quando a coisa vai ser  
1291ingerida por um contrato de algumas partes onde milhares de pessoas são  
1292responsáveis, consumidores são responsáveis, então não ficou claro para nós  
1293como é que vai se substituir a lei por um contrato. Obrigada.

1294

1295

1296**O SR. SILVANO SILVÉRIO (Secretário SRHU/MMA)** – Bom, só para  
1297esclarecer. Saint Clair nós queríamos depois ter oportunidade de conversar,  
1298nós vamos tentar trabalhar também como Ministério Público no âmbito do país,  
1299acho que o Ministério Público pode nos ajudar muito na implementação da lei,  
1300os instrumentos de fiscalização são importantes, temos penalidades que o  
1301decreto já definiu, nós vamos querer fazer um diálogo com vocês Saint Clair  
1302com o Ministério Público sei que vocês têm uma Associação Nacional de  
1303promotores de meio ambiente, porque é importante que façamos essa parceria  
1304e que possamos ter um desenho nacional e garantir que esse desenho  
1305nacional seja implementado no país como um todo. Acho que vocês podem  
1306nos ajudar muito em relação a isso. Em relação à Zuleica, a sua dúvida é uma  
1307dúvida importante. O que acontece agora com a logística reversa? Os acordos  
1308setoriais? A lei definiu a possibilidade de a logística reversa acontecer de 3  
1309formas, acordos setoriais, regulamento e termo de compromisso. Acordo  
1310setorial é um instrumento contratual e entre particular e o poder público, o  
1311regulamento é um decreto e o termo de compromisso é uma possibilidade que  
1312pelo decreto já está definida também que ele pode ser mais abrangente, ou  
1313melhor, mais restritivo do que o regulamento o acordo setorial e ele pode ser e  
1314será feito com o órgão ambiental da instância que o instituir. Agora o acordo  
1315setorial na verdade, essas propostas que eu falei que foram priorizadas pelos  
1316grupos técnicos de assessores, a ideia é fazer acordos setoriais com a máxima  
1317abrangência de representatividade. Vou dar um exemplo, nós vamos discutir  
1318embalagens. Primeiro objeto do grupo de trabalho é discutir quais embalagens  
1319que vão fazer parte do acordo setorial, e depois discutir quais são, quem deve  
1320fazer parte do acordo setorial, aí são os fabricantes, os importadores, os  
1321distribuidores, os comerciantes e nós vamos trabalhar essa discussão de tal  
1322forma que depois do acordo setorial feito temos a certeza que a proposta de  
1323acordo setorial ela é a mais abrangente possível. Depois do acordo setorial  
1324então ele vale para aqueles que assinaram o acordo setorial, é claro que a  
1325proposta que façamos com o setorial com garantia de que aquele acordo  
1326setorial ele tem uma grande representatividade no país e daquela cadeia. Se o  
1327governo entender, como ele poderia fazer a logística reversa por regulamento  
1328poderia fazer por decreto a nossa aposta foi começar o processo do acordo  
1329setorial, dar a possibilidade de consultas públicas, diálogo, o setor produtivo  
1330que vai assinar o acordo setorial ele vai ter que também fazer sua análise ao  
1331longo do tempo, então abre o processo para o acordo setorial nós temos um  
1332acordo setorial com a possibilidade de ser assinado com abrangência e acordo  
1333setorial de âmbito nacional. Pode ter metas regionais, então nós vamos ter  
1334acordos setoriais que podem depois se transformar em decreto, e  
1335transformados em decreto ele vale para todo o Brasil. Então vamos trabalhar  
1336nesse processo foi o melhor processo que nós descobrimos para poder fazer o  
1337diálogo com o setor produtivo, com importadores, com fabricantes, com

1338titulares e ele impacta também o cidadão, porque a lei e o decreto definem que  
1339o acordo setorial, a logística reversa estabelece aonde o cidadão vai ter que  
1340devolver o produto depois do consumo. Sendo definido o local de devolução ao  
1341cidadão não é dado à possibilidade de não respeitar sujeito inclusive a multas.  
1342Então nós vamos ter a regra para logística reversa definindo a  
1343responsabilidade de cada um em todas as cadeias, inclusive o cidadão  
1344sabendo aonde ele vai destinar, caso de embalagens pode ser que isso seja  
1345feito com a participação dos municípios com os catadores de materiais  
1346recicláveis e aí podemos ter uma vinculação entre a logística reversa e a coleta  
1347seletiva que é de fato bastante saudável. Então acho que é um pouco isso, A  
1348tendência é que de fato o acordo setorial eles vinculam quem assina, mas na  
1349perspectiva de ser abrangente tanto do ponto de vista de representatividade do  
1350país quanto das cadeias, e é possível que esses acordos setoriais sejam  
1351também transformados em decreto e aí tem a validade para o país inteiro.

1352

1353

1354**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1355**DCONAMA)** – Obrigada Silvano. Mais alguém? Então entrando na primeira  
1356resolução pautada para plenária hoje, exatamente o assunto que tem toda a  
1357interface com esse informe e com os esclarecimentos dados e por isso nós  
1358antecipamos, que é a movimentação interestadual de resíduos perigosos, esta  
1359matéria já estava pautada essa é a terceira plenária em que ela entra na pauta.  
1360Da plenária 99, houve um pedido de retirada da matéria pelo presidente da  
1361Câmara Técnica exatamente porque já se esperava a regulamentação da  
1362política. Na plenária 100 o próprio Ministério do Meio Ambiente pediu vistas  
1363Também aguardando um prazo para que esse decreto fosse publicado e foi  
1364publicado às vésperas do Natal. Então eu peço a Zilda Veloso Para dar um  
1365informe como relatora do pedido de vistas feito pelo Ministério do Meio  
1366Ambiente.

1367

1368

1369**A SR<sup>a</sup> ZILDA VELOSO (MMA)** – Bom dia a todos e a todas. Não vou ler o  
1370nosso parecer, mas basicamente é um pedido de arquivamento por perda de  
1371objeto. A lei nós já aguardávamos inclusive tivemos oportunidade de discutir  
1372isso na reunião da Câmara de Assuntos Jurídicos em agosto do ano passado  
1373que ocorreu assim concomitantemente com a assinatura da lei, e nós tínhamos  
1374uma expectativa um pedido do Presidente da República Silvano já falou aqui  
1375em 4 meses o decreto foi feito. Então o pedido diz respeito a o objeto vai ser  
1376contemplado na lei, nos capítulos de resíduos perigosos que são os artigos 37  
1377a 41. Nosso entendimento é de que essas comunicações existem no decreto  
13787404, do artigo 64 aos 70, que corresponde à regulamentação da parte do  
1379plano dos assuntos relacionados aos resíduos perigosos, existe todo um  
1380trabalho de se fazer o cadastro nacional de operadores de resíduos perigosos  
1381vinculados em cooperação com o cadastro técnico federal do IBAMA, então é o  
1382nosso sentimento de que essas questões estão sendo tratadas na  
1383regulamentação do decreto. Coloco-me à disposição para outro,  
1384resumidamente era isso para qualquer esclarecimento necessário.

1385

59

1386

1387 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Só para  
1388 esclarecer, a proposta então é de arquivamento?

1389

1390

1391 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1392 **DCONAMA)** – O que significa uma votação pela plenária, porque o  
1393 arquivamento equivale a uma rejeição. Então é preciso haver uma votação.  
1394 Então...

1395

1396

1397 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (AMAR/PR)** – Bem, acho que ninguém é contra, isso  
1398 porque está muito claro mesmo que a proposta que chegou na plenária ela é  
1399 tão vazia mesmo de conteúdo que essa situação fica resolvida pela política,  
1400 pelo cadastro nacional de operadores de resíduos perigosos. Nós entendemos  
1401 que esse cadastro tenha, com esse cadastro temos a oportunidade de integrar  
1402 diferentes setores, mais uma vez, na criação de um sistema base que permita  
1403 a realização dessas ações. Porém, queria chamar atenção que esse grupo ele  
1404 existiu desde 2002, e hoje é que ele chega à plenária e nesse mesmo  
1405 momento ele é retirado, tirado de pauta e porque perdeu seu objeto, mas isso é  
1406 porque a resolução ao longo do tempo foi perdendo conteúdo, conteúdos  
1407 importantes para gestão não sei se chama assim da movimentação  
1408 interestadual de resíduos perigosos no Brasil. Para a gestão do sistema. Então  
1409 achamos o seguinte que esse cadastro embora seja importante ele é um  
1410 instrumento, nada mais, e não garante que todas as informações pertinentes a  
1411 essa atividade sejam de fato utilizadas num sistema, ele é apenas um cadastro.  
1412 Então nós sugerimos que voltemos a discutir isso num futuro breve, que seja  
1413 novamente discutida a questão de movimentação interestadual de resíduos  
1414 perigosos no Brasil no CONAMA, porque tem alguns pontos aqui que eu  
1415 gostaria de levantar são importantes e que naturalmente não estão no cadastro  
1416 porque o cadastro é um cadastro, e não existe resolução, que é a necessidade  
1417 de criar um sistema único declaratório sobre o transporte de cargas, a  
1418 necessidade de chamar a participação dos municípios, Corpos de Bombeiros,  
1419 empresas de atendimento emergencial no acesso e nos imputes desse  
1420 sistema. Exigência de seguro transporte, não há criação de rotas preferenciais  
1421 de trânsito de veículo, uma legislação que estabeleça isso, veículo que  
1422 transportam resíduos perigosos precisam em alguns casos tem que estar  
1423 previsto isso em algum lugar. Fiscalização das informações pelos órgãos  
1424 ambientais licenciadores, a Polícia Rodoviária também, a Defesa Civil e Corpo  
1425 de Bombeiros; base de dados contendo informações sobre o atendimento  
1426 emergencial e periculosidade de cada uma das substâncias, ou seja, dar  
1427 dinamismo a esse cadastro. Uso do sistema pelos órgãos federais como ANTT,  
1428 IBAMA, ANTAC, Polícia Federal, Receita Federal, para avaliação e melhoria da  
1429 legislação no setor de movimentação de cargas perigosas. Então achamos que  
1430 esse assunto não está esgotado agora com a Política Nacional de resíduos  
1431 sólidos é isso que queremos dizer. Obrigada.

1432

1433

1434 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – Bom dia a todos. Eu  
1435 só gostaria de dizer que realmente esse assunto é um assunto muito sensível à  
1436 nossa confederação. Então eu gostaria de reforçar aqui a ideia de que  
1437 possamos dedicar esse tema retirando de pauta, mas dedicando esse tema no  
1438 âmbito correto que a competência legal estabelece, apenas para deixar aqui o  
1439 registro. Eu tenho um empresário que denunciou certa vez que para uma única  
1440 carga dele ele teve que tirar 236 autorizações. Nem de caminhão o país  
1441 consegue andar dessa forma, então precisamos realmente achar alguma coisa  
1442 que seja eficaz para o meio ambiente, mas que não seja burocrática e tão  
1443 cartorial. Obrigada.

1444

1445

1446 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Bom, então nós  
1447 precisamos colocar em votação o arquivamento. Eu pediria que aqueles que  
1448 são contrários ao arquivamento ergam o braço. Pediria que os que se abstém  
1449 da proposta do arquivamento ergam o braço. Então estou considerando então  
1450 que a proposta foi aprovada por consenso. Bom... O arquivamento perdão, não  
1451 existe a figura de retirada nesse caso, estamos falando do arquivamento. O  
1452 que significa, na prática e rejeição em função da perda do objeto. Estamos com  
1453 uma pequena sugestão aqui de inversão da ordem das resoluções, nós temos  
1454 um ponto que é mais entendemos que seja mais simples que se refere à  
1455 proposta de revisão da resolução do CONAMA relacionada à reclassificação  
1456 dos resíduos de gesso estava previsto como terceiro ponto, nós estamos  
1457 propondo antecipá-lo para agora em lugar do segundo esperamos uma  
1458 discussão maior para que possamos reservar mais tempo para essa discussão  
1459 na parte da tarde, quando inclusive devemos aguardar a presença da ministra.  
1460 Então, vamos encaminhar agora a discussão da proposta de revisão de  
1461 resolução do CONAMA 3072002, no que diz respeito à reclassificação dos  
1462 resíduos de gesso, tudo bem?

1463

1464

1465 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1466 **DCONAMA)** – Podemos fazer essa inversão? Então, eu pergunto se alguém se  
1467 essa foi uma proposta da CNI eu pergunto se o Wanderlei ou se outras  
1468 pessoas da CNI estão aqui para fazer a apresentação da proposta? Esta sendo  
1469 informado a mesa que o setor do gesso gostaria de fazer uma breve  
1470 apresentação a plenária explicando porque dessa proposta de resolução.

1471

1472

1473 **O SR. WANDERLEI MIRO RABELO (Governo Municipal da Região Norte)** –  
1474 Bom dia a todos. Eu convido o pessoal do setor do gesso para estar presente  
1475 aqui para fazermos a apresentação sobre os motivos da revisão da resolução  
1476 307, no que trata da reclassificação do gesso.

1477

1478

1479 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1480 **DCONAMA)** – Um pedido da mesa que essa apresentação seja realmente

1481breve. Danilo você poderia abrir a proposta? Já deixa aberta. Wanderley eles  
1482estão chegando?

1483

1484

1485**O SR. WANDERLEI MIRO RABELO (Governo Municipal da Região Norte) –**

1486É que eles trouxeram uma apresentação em Power point é breve, agora se  
1487você acharem mais conveniente eles podem apresentar diretamente aqui no  
1488parlamento.

1489

1490

1491**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1492**DCONAMA) –** Em *PowerPoint* então, é só porque como houve essa inversão

1493você estão se organizando tem que passar para aí está bem, pediria a  
1494compreensão para não esvaziar porque essa é uma matéria que tem que ser  
1495votada.

1496

1497

1498**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA) –** Wanderley e

1499Zilda, enquanto a logística da apresentação é introduzida eu pediria que você  
1500começassem a apresentação, e no futuro tratassem com a presidência dos  
1501trabalhos esse tipo de proposição antes, por favor, Zilda e Wanderley. Nós não  
1502podemos ficar aqui esperando. É um ponto simples, interessante, vamos em  
1503frente.

1504

1505

1506**A SR<sup>a</sup> ÂNGELA –** Boa tarde a todos meu nome é Ângela, sou representante

1507do setor drywall de forma a tentar dar celeridade ao assunto, vamos evitar a  
1508apresentação de *PowerPoint* para dar melhor encaminhamento ao assunto. O  
1509objetivo maior dessa solicitação feita pela Associação drywall e eu aqui estou

1510muito contente de estar representando a associação temos os 2 representantes  
1511Secretários Executivos da Associação, e representa todas as empresas do  
1512setor e a proposta foi amplamente debatida durante um ano e meio, seja no  
1513Grupo de Trabalho, seja na Câmara Técnica de saneamento e a solicitação do

1514setor é para que seja possível a alteração conceitual de como está, acho que  
1515sumiu a apresentação que estava ali, a proposta anterior de como estava  
1516postada na resolução anterior o conceito de gesso onde estava escrito na

1517resolução do CONAMA que não havia tecnologias ambientalmente viáveis para  
1518que o gesso pudesse ser reciclado e acho que com o crescimento e a evolução  
1519da reciclagem no Brasil o próprio setor veio, através das possibilidades

1520existentes no CONAMA, junto ao Grupo de Trabalho, junto a Câmara Técnica  
1521sendo encabeçado esse pedido pela CNI para que se fosse feita a análise  
1522dessa possibilidade de alteração, para que o gesso pudesse sim ser reciclado.

1523Então acho que é esse o resumo da história toda desse ano e meio de todas as  
1524discussões que aconteceram na Câmara Técnica, nos Grupos de Trabalho,  
1525foram verificadas, tanto pela equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente

1526que elaborou e deu um parecer favorável nos autos do nosso processo, onde  
1527foram estudadas as efetivas e reais alternativas de reciclagem do gesso no  
1528Brasil. Isso foi aprovado tanto pelo Ministério, quanto pelo Grupo de Trabalho,



1529quanto pela Câmara Técnica e no último dia 14 também a nossa proposta de  
1530alteração foi aprovada na Câmara de Assuntos Jurídicos e agora aguardamos  
1531ansiosamente, o meio ambiente agradece e nós também, que o gesso possa  
1532vir a ser reciclado. Vocês podem perguntar aço que é uma questão bem rápida.  
1533O artigo 10º dessa resolução ele permite que de acordo com a classificação  
1534anterior do gesso que a reciclagem exista, só que a questão é o porquê desse  
1535pedido, ele se atem em especificamente sobre as questões conceituais do  
1536artigo terceiro, onde restou descrito em 2002 que não havia tecnologia  
1537ambientalmente viável para que essa reciclagem acontecesse. Então esse é o  
1538motivo conceitual do porque da alteração, que vem de encontro eu acho a tudo  
1539que está acontecendo que já foi falado aqui inclusive da própria Política  
1540Nacional de resíduos sólidos que foi aprovada. Muito obrigada, bom trabalho  
1541para todos.

1542

1543

1544**A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1545**DCONAMA)** – João pode colocar na tela a própria resolução.

1546

1547

1548**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Alguém deseja  
1549fazer algum comentário a respeito, alguma solução de esclarecimento? Esse  
1550foi um tema exaustivamente discutido. Vamos disponibilizar depois para que se  
1551estiverem interessados a apresentação acho que é uma memória interessante,  
1552um também de um processo de discussão e de mudança de tecnologia, foi  
1553proporcionando que aprimorássemos o nosso processo decisório em relação  
1554ao tema. Bom, nós vamos trabalhar na direção de encaminhar a votação, eu  
1555pediria aqueles que...

1556

1557

1558**A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1559**DCONAMA)** – Essa proposta é simplesmente uma alteração de inciso, quanto  
1560à modificação da condição de reciclagem desses resíduos de gesso. A Zilda  
1561pediu a palavra.

1562

1563

1564**A SRª ZILDA VELOSO (MMA)** – Sobre o emento, nós temos uma proposta de  
1565emenda da ementa dessa proposta de alteração da resolução 307, de 2002.  
1566Onde se lê, estabelece diretriz, critérios e procedimentos para gestão dos  
1567resíduos da CONSTRUCIL da construção civil se alteram para, altera os  
1568incisos 2 e 3 do artigo 3º da resolução CONAMA 307 de 17 de julho de 2002,  
1569estabelecendo nova classificação para o gesso. A ementa é bem explicativa e  
1570pontual nas alterações dos incisos 2 e 3 do artigo 3º.

1571

1572

1573**A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1574**DCONAMA)** – Perfeito essa era uma resolução que tinha outras coisas  
1575agregadas, elas foram saindo ao longo das discussões tanto da Câmara  
1576Técnica quanto de assuntos jurídicos, e aí a ementa ficou uma ementa que não

1577corresponde ao corpo do texto, então por isso essa proposta de emenda a  
1578ementa.

1579

1580

1581**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Bom aqueles  
1582que se opõem a proposta de alteração, por favor, ergam os braços, aqueles  
1583que se abstém em relação à proposta de alteração, por favor, ergam os braços.

1584

1585

1586**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1587**DCONAMA)** – Aqui secretário, o João está me lembrando que tem o  
1588procedimento que como nós dois somos novatos aqui é que é o de aprovar  
1589primeiro o texto base. Então primeiro se aprova formalmente o texto base para  
1590depois começar a apreciação das emendas, nós pulamos essa primeira etapa.  
1591Então precisamos votar porque aí é um procedimento formal.

1592

1593

1594**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Para não ficar  
1595também sempre o ônus de levantar, ficando uma coisa que favorece todo  
1596mundo ficar na zona de conforto nós pedimos que todos que concordem com a  
1597aprovação do texto base que ergam os braços, os crachás perdão. Aqueles  
1598que se abstém em relação ao texto base, por favor, ergam os crachás, um,  
1599aqueles que são contrários a aprovação do texto base, por favor, ergam seus  
1600crachás, está bom, então vou considerar aprovado o texto base. Em relação  
1601agora as alterações de propostas, aqueles que são a favor das alterações de  
1602propostas, por favor, ergam seus crachás, aqueles que se abstém em relação  
1603ao texto base, por favor, ergam seus crachás, e aqueles que são contrários a  
1604alteração proposta do texto base, por favor, ergam seus crachás, então está  
1605considerada aprovada por unanimidade. Nós vamos fazer o seguinte agora  
1606pessoal, nós temos mais algumas resoluções e temos a sequencia dos  
1607trabalhos nós vamos fazer uma interrupção agora retornaremos após o almoço  
1608a partir das 14h30min, quando deveremos receber a visita da ministra no  
1609evento. Eu pergunto apenas se há alguma coisa com maior urgência? Perdão a  
1610Ângela quer falar.

1611

1612

1613**A SR<sup>a</sup>. ÂNGELA** – Rapidamente, eu me esqueci de citar uma coisa aqui que é  
1614super importante eu sai daqui, várias pessoas de governos estaduais vieram  
1615nos perguntar como se faz a reciclagem de gesso, diversos foram os debates  
1616feitos da Câmara Técnica e nós elaboramos e distribuimos um panfleto, uma  
1617cartilha desenvolvida pela a associação drywall onde há explicações técnicas  
1618de como isso pode ser feito na prática que eu acho que é o ponto mais  
1619importante, então nós temos aqui alguns exemplares quem tiver interesse pode  
1620nos procurar e tem disponível também a cartilha para lood no site da  
1621associação da drywall. Muito obrigada até logo.

1622

1623

69

1624 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Retomamos às  
1625 14h30min, com a presença da Ministra Izabella Teixeira. Muito obrigado.

1626

1627

1628

1629 *(Intervalo para almoço)*

1630

1631

1632 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1633 **DCONAMA)** – Boa tarde, senhores conselheiros. Vamos retomar a nossa  
1634 Plenária, eu pediria a todos para tomarem os seus assentos.

1635

1636

1637 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo CONAMA)** – Este é o  
1638 único conselho que eu conheço que depois do almoço o pessoal está  
1639 acordado. É com muita alegria que eu vejo que está todo mundo acordado aqui  
1640 depois do almoço, vamos retomar os trabalhos. Bom, a presença da ministra é  
1641 aguardada a partir das 15h, mas para não atrasarmos os trabalhos, nós vamos  
1642 fazer o seguinte, nós vamos tocar a reunião. A ministra chegando, nós  
1643 suspendemos os trabalhos, a acolhemos e depois retomamos, após a  
1644 intervenção dela. Então, nós vamos conduzir dessa maneira. Nós vamos parar,  
1645 interrompemos no final da manhã, no tópico 7. 2, processo n° 02000.  
1646 00876/2008-64 que traz as propostas complementares, Resoluções 357/2005 e  
1647 397/2008, que por sua vez dispõe sobre a classificação dos corpos de água e  
1648 diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as  
1649 condições e padrões de lançamento de efluentes. Esse processo vai ser  
1650 apresentado pelo CONAMA. Eu passo para a Adriana, para conduzir os  
1651 trabalhos.

1652

1653

1654 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1655 **DCONAMA)** – Esse processo tramitou no CONAMA, Grupo de Trabalho da  
1656 Câmara Técnica controle e qualidade ambiental. Então, a mesa chama a  
1657 Zuleika Torketti, que foi a coordenadora desse Grupo de Trabalho, ele é do  
1658 órgão ambiental de Minas Gerais.

1659

1660

1661 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA TORKETTI (diretora de Qualidade e Gestão Ambiental**  
1662 **FEAM/MG)** – Boa tarde a todos e a todas. Bem, esse Grupo de Trabalho,  
1663 chamado GT de Efluentes, ele foi demandado pela Câmara Técnica de  
1664 Controle e Qualidade Ambiental em julho de 2008 e iniciou as suas reuniões no  
1665 mês de outubro de 2008 com o objetivo de rever os padrões de lançamento  
1666 fixados na Resolução 357/2005 e também incluir padrões para o lançamento  
1667 de esgotos sanitários e orientações para análise da capacidade de suporte dos  
1668 corpos de água receptores, bem como critérios para definição da ecotoxicidade  
1669 dos efluentes. Também na demanda da Câmara Técnica havia uma solicitação  
1670 para que esse grupo analisasse parâmetros para descarte contínuo de água de  
1671 processo ou de produção em plataformas marítimas de petróleo e gás natural.

1672Então, a coordenação do grupo ficou à cargo do Estado de Minas Gerais, a  
1673relatoria pelo IBAMA, nós iniciamos as discussões em outubro de 2008,  
1674fizemos 11 reuniões, até novembro de 2009, quando foi consolidada uma  
1675minuta. Participaram do Grupo de Trabalho representantes de várias  
1676instituições e entidades envolvidas na questão, órgãos ambientais do Estado  
1677de Minas, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, além dos  
1678representantes de várias concessionárias de tratamento de esgotos sanitários  
1679do País, tais como a COPASA, SABESP, Sanepar, alguns conselhos regionais  
1680profissionais, como o Conselho de Química, o Conselho de Odontologia,  
1681Agência Nacional das Águas, Ministério da Saúde, ANVISA, além de  
1682representantes da Associação Mineira de Hospitais e outros, mas, além dos  
1683representantes dos setores produtivos, da própria CNI, de algumas empresas e  
1684considerando que as reuniões tinham uma média de participação entre 45 e 50  
1685pessoas, para organizar os trabalhos, nós resolvemos dividi-los em cinco  
1686subgrupos para otimizar a discussão. Um grupo chamado novos parâmetros,  
1687que ficou responsável pela análise dos parâmetros contidos na Resolução 357,  
1688estudo, revisão ou incorporação de novos parâmetros, um grupo chamado  
1689esgotos sanitários, que ficou responsável por definir parâmetros de lançamento  
1690para esgotos sanitários tratados, sistemas de esgoto sanitário, um grupo  
1691chamado efluentes de sistemas de saúde, por isso os representantes do setor  
1692saúde nesse subgrupo para avaliar parâmetros e condições para os efluentes  
1693dos sistemas de serviço de saúde, um subgrupo denominado ecotoxicidade,  
1694formado por especialistas de órgãos ambientais e de laboratórios de análise,  
1695para estabelecer esses critérios para esses ensaios e o outro subgrupo  
1696chamado gestão de efluentes, já que na demanda da Câmara Técnica também  
1697foi destacado que o grupo deveria ter uma abordagem inovadora voltada à  
1698melhoria da gestão de efluentes. Então, nós fizemos 11 reuniões, todos os  
1699assuntos foram discutidos, a dinâmica era sempre dar liberdade aos subgrupos  
1700para discussão, elegendo-se coordenadores e a cada reunião do GT os  
1701coordenadores relatavam as discussões nos subgrupos, até que nós  
1702conseguimos avançar na redação da própria minuta. A minuta, então, foi  
1703apresentada ao final do ano de 2009 para a Câmara Técnica de Controle e  
1704Qualidade e foi discutida durante quatro reuniões seguidas. Depois, ela foi,  
1705então, para a Câmara Jurídica, em duas reuniões. A minuta que os senhores  
1706receberam é uma minuta já que contém uma avaliação jurídica e eu vou falar  
1707rapidamente sobre o escopo dela. Primeiramente, ela traz aí uma disposição  
1708geral, porque ela define condições, parâmetros e padrões para a gestão e o  
1709lançamento de efluentes, alterando a 357 de 2005. Ela não se aplica, portanto,  
1710ao lançamento indireto de efluentes, quando verificada a inexistência, ela se  
1711aplica ao lançamento indireto somente quando verificada a inexistência de  
1712legislação ou norma específica para tal fim. Então, esses parâmetros são para  
1713o lançamento direto de efluentes para nos corpos de água. O artigo terceiro  
1714traz uma série de definições técnicas pertinentes ao tema desta resolução e a  
1715resolução, para efeitos de melhor entendimento, foi dividida em capítulos,  
1716sendo que o capítulo 2 trata das condições e padrões de lançamento, sendo  
1717que a sessão um traz algumas disposições gerais. Algumas coisas vêm já da  
1718própria Resolução 357. Numa tentativa de aprimorar o texto já existente na  
1719357, incorporando algumas atualizações necessárias e detalhando a questão

1720da zona de mistura, que também foi uma demanda do GT e consta como um  
1721item dentro das definições contidas no artigo terceiro. A sessão dois, desse  
1722capítulo 2, então, trata das condições e padrões de efluentes propriamente  
1723ditos, algumas condições e padrões são as mesmas contidas na resolução  
1724original, 357, mas a tabela um que consta dessa proposta altera e  
1725complementa a tabela isso dessa antiga resolução 357, onde foram  
1726incorporados os parâmetros para o lançamento de compostos orgânicos,  
1727exemplo, benzeno, clorofórmio, tolueno, etilbenzeno e outros. Também o  
1728próprio art. 16 destaca que os efluentes oriundos de Sistemas de Disposição  
1729Final de Resíduos Sólidos estão sujeitos a esses parâmetros, os efluentes  
1730oriundos do Sistema de Tratamento de Esgotos Sanitários estão sujeitos aos  
1731padrões estabelecidos na sessão três e os efluentes dos serviços de saúde  
1732estão sujeitos às mesmas regras estabelecidas para os esgotos sanitários. Isso  
1733é uma inovação, porque na 357 havia um dispositivo que dizia que os efluentes  
1734dos serviços de saúde deveriam receber tratamento especial, sem, no entanto,  
1735especificar o que seria um tratamento especial. Nessa proposta, a partir de um  
1736estudo pela Associação Mineira de Hospitais, que foi amplamente discutida no  
1737GT, os efluentes do serviço de saúde são equiparados aos esgotos sanitários.  
1738O art. 17 trata do detalhamento de alguns critérios para os ensaios de  
1739ecotoxicidade, estabelecendo alguns conceitos importantes, o grupo entendeu  
1740que isso é um avanço, porque nem todos os estados possuem regras já  
1741definidas para esses ensaios, então é um acréscimo, uma inovação, que vem  
1742aperfeiçoar o controle do impacto ecotoxicológico de efluentes e o art. 19 trata  
1743da questão do lançamento de efluentes realizado por emissários submarinos.  
1744Essa foi uma demanda que surgiu durante as discussões do GT, tendo em  
1745vista que a 357 não abrangia essa questão. Então, também é uma novidade do  
1746ponto de vista da norma. Aproveitando aqui, me lembrei, durante as discussões  
1747do GT também, a questão dos efluentes das plataformas de petróleo foi  
1748discutida e foi consenso que esse assunto requer um GT específico, que  
1749requer conhecimentos específicos, tanto da produção de petróleo em  
1750plataformas, como da situação do ambiente marinho. Então foi decidido, foi  
1751encaminhado à Câmara Técnica uma argumentação, sugerindo a criação de  
1752um outro Grupo de Trabalho, por isso essa norma não abrange essa questão.  
1753A sessão dois, então, continuando, trata dos padrões de lançamento para os  
1754efluentes do sistema de tratamento de esgotos sanitários, com algumas  
1755questões específicas para esse fim, isso é novidade, isso não havia na 357 e  
1756cumpre a demanda do GT. Também inclui algumas questões relativas ao  
1757lançamento de esgotos sanitários por meio de emissários submarinos, fazendo  
1758uma distinção, já que a norma também abrange essas condições para o  
1759lançamento no mar e a norma também define, no art. 22, que os teste de  
1760ecotoxicidade, as atividades ou os efluentes dos sistemas de tratamento de  
1761esgoto sanitários, fazendo aí uma distinção já que norma também abrange  
1762essas condições para o lançamento no mar e norma também defini no art. 22,  
1763que os teste de ecotoxicidade, as atividades, ou os efluentes do Sistema de  
1764Tratamento de Esgotos Sanitários, a exigência da realização desses testes  
1765nesses efluentes deverá ficar de acordo com o disposto pelo órgão ambiental  
1766competente, dependendo do local de lançamento. O capítulo 3 trata, então, das  
1767diretrizes para gestão de efluentes, conservando dois pontos importantes da

1768357, que é a realização do alto monitoramento dos efluentes pelos geradores e  
1769da apresentação da declaração de carga poluidora anualmente ao órgão  
1770ambiental, mas traz, no art. 25, uma exigência sobre a questão dos laboratórios  
1771responsáveis pelas análises dos efluentes e, no art. 26, enfatiza a necessidade  
1772da busca por boas práticas de gestão de efluentes, voltadas ao uso eficiente da  
1773água, aplicação de técnicas de redução da geração e melhoria da qualidade  
1774dos efluentes e, sempre que possível, a reutilização dos mesmos. Isso também  
1775é uma inovação, não havia na Resolução 357, já mesmo com o intuito de  
1776promover uma melhoria, um reuso dos efluentes. O capítulo, 4, então, trata das  
1777disposições finais, são aquelas disposições transitórias, que são comuns em  
1778todas as regras e estabelece um prazo de até 3 anos a ser negociado com o  
1779órgão ambiental para adequação dos sistemas de tratamento de efluentes já  
1780em operação aos novos critérios estabelecidos nessa norma. Então, em linhas  
1781gerais essa é a proposta. Estou à disposição para maiores esclarecimentos.

1782

1783

1784**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1785**DCONAMA)** – Obrigada Zuleika. Essa matéria já esteve pautada na Plenária  
1786100, ocasião que recebeu pedido de vistas e esses pedidos, sete apresentaram  
1787os seus pareceres. Ministério do Planejamento, Minas e Energia, Saúde,  
1788Secretaria Especial de Portos e o próprio MME, além da CNI, houve uma  
1789convergências, foram reuniões entre a data da entrega dos pareceres e a  
1790plenária, todos os pareceristas se reuniram, a fim de tentar fazer uma  
1791confluência maior das emendas e trazer para plenária alguma coisa um pouco  
1792mais consensuada ou naquilo que for divergente, apresentar divergência  
1793efetiva e não aquilo que fosse de mera redação. Então, consultados todos os  
1794pareceristas, todos, inclusive a CNI, abriram mão de ler seus relatórios,  
1795pareceres e etc. para possamos entrar direto nas emendas. Então, nós vamos  
1796apresentar o texto base e pedir a votação e aprovação do texto base, como  
1797apresentado na pauta dos senhores. Quem aprova, Zuleika tem alguma  
1798observação? Pedido de esclarecimento, claro, pode fazer. Então, é um pedido  
1799de esclarecimento a dinâmica dessa resolução, é isso que foi apresentado pela  
1800Zuleika.

1801

1802

1803**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – A Zuleika disse que estava aberta aos  
1804esclarecimentos e eu tenho um pedido de esclarecimento a fazer, já que ela  
1805talvez possa nos ajudar. No art. 23, da proposta de resolução, tem o parágrafo  
1806único que fala que o órgão ambiental competente poderá estabelecer critérios e  
1807procedimentos para a execução e averiguação do automonitoramento de  
1808efluentes e avaliação da qualidade do corpo receptor ou dispensá-los mediante  
1809fundamentação técnica para fontes de baixo potencial poluidor. Bom, eu  
1810gostaria que esclarecesse como que funciona o automonitoramento de  
1811efluentes, num País onde o cumprimento das leis é uma das coisas mais  
1812difíceis de atingir e o que significa "baixo potencial poluidor", é quantidade, é  
1813que? Sabemos que um micro grama de uma determinada substância pode  
1814matar ou a fauna ou as pessoas. Então, eu não entendo qual é o conceito de  
1815"baixo potencial poluidor" e a questão do automonitoramento.

1816

1817

1818 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA TORKETTI (diretora de Qualidade e Gestão Ambiental**  
1819 **FEAM/MG)** – Bem, primeiramente eu gostaria de ressaltar que essa redação,  
1820 ela é bastante similar ao que já consta na resolução 357, não há nenhuma  
1821 inovação nesse sentido. O automonitoramento é um procedimento que é  
1822 realmente definido por cada Estado no licenciamento das fontes poluidoras.  
1823 Existem estados que possuem normas específicas aprovadas que definem os  
1824 termos do automonitoramento, parâmetros, frequência de amostragem,  
1825 critérios de amostragem. Isso depende de Estado para Estado. Na maioria das  
1826 vezes, eu acredito que esse automonitoramento seja vinculado à licença de  
1827 operação do empreendimento gerador de efluentes e o controle do  
1828 automonitoramento é feito pelo próprio órgão ambiental. Havendo alguma não  
1829 conformidade, o órgão ambiental também é responsável por convocar o  
1830 empreendimento para as devidas adequações. Por que dispensá-lo mediante  
1831 fundamentação técnica para fonte de baixo potencial poluidor, porque às vezes  
1832 o efluente gerado não justifica análises de controle, porque as características  
1833 dele já estão abaixo dos parâmetros definidos como padrões de lançamento.  
1834 Então, fica a critério do órgão ambiental dispensar a obrigação de fazer o  
1835 automonitoramento. Isso depende de Estado para Estado. Algumas legislações  
1836 estaduais definem o que é baixo impacto ambiental, outras não, mas é o poder  
1837 discricionário de cada órgão ambiental.

1838

1839

1840 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
1841 **DCONAMA)** – Podemos passar então para aprovação do texto. Querem ainda  
1842 esclarecimento? Roberto.

1843

1844

1845 **O SR. ROBERTO (MPSP/SP)** – Eu queria colocar duas questões para o  
1846 pedido de esclarecimento e fazendo até uma comparação. No item que diz  
1847 respeito, no art. 16 da proposta, no item que diz respeito à carga poluidora, em  
1848 termos de DBO, cinco dias, no art.16, fala da exigência de remoção mínima de  
1849 60% da carga orgânica. Então, eu queria colocar a informação que, por  
1850 exemplo, em São Paulo tem um decreto estadual que estabelece redução de  
1851 80%, mais restritivo do que está proposto, numa legislação estadual, no nosso  
1852 caso, queria perguntar, as justificativas, o porquê disso, se seria a proposta, a  
1853 ideia de se tentar aumentar essa remoção para um valor, por exemplo, como  
1854 80% da carga. Essa é a primeira questão. A segunda é que pelo que eu  
1855 entendi, em relação aos emissários de esgoto, há uma proposta de tratamento,  
1856 mas nós entendemos, tem defendido como adequado que seja feito, antes de  
1857 lançar o esgoto ao mar, fazer um tratamento primário. Também é uma  
1858 justificativa e sustentação de porque isso não fica explicitado na proposta e não  
1859 poderia ser acatado nessa discussão. Então, basicamente são essas duas  
1860 questões que eu coloco para questionamento e contribuição para discussão.  
1861 Obrigado.

1862

1863

1864 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA TORKETTI (diretora de Qualidade e Gestão Ambiental**  
1865 **FEAM/MG)** – Bem, com relação ao percentual de remoção da carga orgânica  
1866 definida no art. 16, esse foi um dos pontos mais discutidos no GT e nós  
1867 chegamos, depois de muita discussão, muitas ponderações a esse valor de  
1868 60%, considerando que era um valor factível de ser estabelecido para todo o  
1869 território nacional, considerando aí as grandes diferenças que nós temos de  
1870 controle no Brasil. Obviamente que a prerrogativa do órgão ambiental estadual  
1871 de estabelecer padrões mais restritivos continua válida, sempre. Então, foi um  
1872 consenso dos técnicos que participaram do GT que 60% seria um valor viável,  
1873 aplicável. Com relação aos emissários submarinos, também foi outro ponto  
1874 bastante discutido, existem até pessoas que participaram do GT aqui presentes  
1875 que têm um pouco mais de conhecimento do assunto, lembrando que eu sou  
1876 técnica do órgão ambiental de Minas Gerais, com relação, o que ficou  
1877 estabelecido aí é um critério mínimo, um critério macro, o lançamento efetuado  
1878 por emissários submarinos deve atender, após tratamento aos padrões e  
1879 condições de lançamento previsto nessa resolução, aos padrões da classe e  
1880 do corpo receptor após o limite da zona de mistura e ao padrão de  
1881 balneabilidade, de acordo com as normas e legislações vigentes. E a  
1882 disposição por emissário, em desacordo com essas condições estabelecidas  
1883 aqui nessa resolução poderá ser admitida desde que seja feito um estudo pelo  
1884 interessado contendo aí as condições e padrões específicos na entrada do  
1885 emissário, o estudo de dispersão do efluente na zona de mistura em dois  
1886 cenários e o programa de monitoramento. Ou seja, foi pensada a possibilidade  
1887 de se estabelecer o grau de tratamento para lançamento por emissários, mas  
1888 chegou-se à conclusão que isso não deveria constar da norma geral, porque  
1889 depende de cada caso, depende da característica do efluente, depende do  
1890 local onde esse emissário vai ser construído e das condições do meio. Se não  
1891 foi suficiente, talvez os colegas aqui do GT possam complementar.

1892

1893

1894 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Nós vamos fazer uma coisa agora que é o  
1895 seguinte, nós vamos ouvir todos os pedidos de esclarecimentos e depois a  
1896 Zuleika volta e responde todos de uma vez só para tentarmos ganhar um  
1897 pouco de tempo. Por favor.

1898

1899

1900 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Instituto do Direito por um Planeta**  
1901 **Verde)** – Eu sou promotor de justiça em São Paulo, estou aqui representando o  
1902 Instituto o Direito por um Planeta Verde. Eu gostaria de indagar, obter mais  
1903 esclarecimentos no que diz respeito ao índice que foi proposto pelo Ministério  
1904 da Saúde e o que está sendo adotado. Por que não 99,99% com relação aos  
1905 microorganismos? Isso aí não é só uma questão ambiental, como o próprio  
1906 colocou, trata-se de uma questão de saúde pública, São Paulo, que  
1907 presumivelmente está mais adiantado, eu tenho sérios problemas com a  
1908 SABESP, lá, apesar de ter uma tecnologia mais avançada que pelo menos a  
1909 SABESP diz, nós temos problemas sérios na distribuição de água, na  
1910 qualidade de distribuição de água, isso considerando os 80%. Qual é a  
1911 diferença, então, de se estabelecer 80% num Estado e no Nordeste, por



1912 exemplo, 60%? Qual é a diferença da população de um e de outro? Outro  
1913 ponto que eu gostaria que fosse esclarecido é com respeito ao que consta do  
1914 item 2, do § único, do art. 2, que diz que seria uma proposta de tecnologia  
1915 ambientalmente adequada. A tecnologia ambientalmente adequada é muito  
1916 diferente da tecnologia mais avançada. Isso aí vai permitir que as  
1917 concessionárias utilizem subterfúgios para não instalar a tecnologia mais  
1918 avançada existente. Essa é a grande questão e eu gostaria que fosse mais  
1919 bem esclarecido por que adotar um e não outro?

1920

1921

1922 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Associação SOS Amazônia)** – É um  
1923 esclarecimento a respeito do artigo quinto, em que autoriza o órgão ambiental  
1924 competente, ele fica excepcionalmente autorizado o lançamento de efluente e  
1925 desculpem aqui, mas eu não sou especialista na área, mas eu acredito que  
1926 seria importante aqui, além de definir o prazo, como se estabelece no item 5,  
1927 no quinto item, item 5, que estabelece, ele tem que fixar o prazo para  
1928 lançamento prorrogável a critério do órgão ambiental competente e a respeito  
1929 da quantidade desses efluentes. Eu não estou conseguindo perceber aqui  
1930 aonde o órgão ambiental também fixa quantidade possível de ser despejada  
1931 nesse rio ou nesse receptor. Aqui se diz, o órgão ambiental está liberado a  
1932 excepcionalmente autorizar, mas a quantidade parece que não tem um limite,  
1933 eu não estou vendo aqui.

1934

1935

1936 **A SRª. ZULEIKA TORKETTI (diretora de Qualidade e Gestão Ambiental  
1937 FEAM/MG)** – Bem, eu gostaria de ressaltar que os índices citados na primeira  
1938 pergunta, referem-se a parâmetros de controle diferentes. Os 60% diz respeito  
1939 à redução mínima de DBO, Demanda Bioquímica de Oxigênio, que é um  
1940 parâmetro amplamente utilizado para o controle do lançamento de efluentes, é  
1941 relativamente fácil de ser coletado, de ser analisado em laboratório, é um  
1942 parâmetro já definido extensamente na literatura técnica. Para esse parâmetro,  
1943 DBO, a proposta é que a redução mínima seja de 60%, no caso, dos 99,99%  
1944 que foi citado, isso diz respeito a uma proposta encaminhada pelo Ministério da  
1945 Saúde para os efluentes oriundos de serviço de saúde, que poderiam ser  
1946 encaminhados estação de tratamento de esgoto, desde que essa estação  
1947 tivesse uma eficiência mínima de remoção de coliformes fecais, deixa eu me  
1948 lembrar como está escrito aqui, remoção de coliformes, superior a 99,9%. Ou  
1949 seja, são dois parâmetros diferentes. No caso da DBO, como eu já expliquei,  
1950 os 60% teve uma lógica dentro da discussão técnica. No caso aqui dos  
1951 sistemas para remoção de organismos, de microorganismos, é possível  
1952 chegar-se a uma eficiência nesse valor. Então são dois parâmetros de controle  
1953 diferenciados, por isso os índices de remoção diferenciados. A segunda  
1954 pergunta diz respeito ao que está estabelecido no artigo quinto, que vem já  
1955 com algumas pequenas adequações no texto, quase igual ao que está hoje em  
1956 vigor na resolução 357, no caso, a pessoa destacou a fixação do prazo máximo  
1957 para lançamento. É importante esclarecer que o artigo quinto cria  
1958 excepcionalidade, ou seja, os padrões a serem atendidos são esses  
1959 estabelecidos no art. 16, porém, nem sempre em condições especiais,

1960 específicas, nem sempre isso é possível. Então, aqui dá margem para que o  
 1961 órgão ambiental possa autorizar, por um tempo determinado, sobre condições  
 1962 especiais, subsidiado pela realização de um estudo ambiental, o lançamento de  
 1963 um efluente, em desacordo com esses padrões. Ou seja, é uma  
 1964 excepcionalidade, por que não há fixação de tempo máximo aqui? Porque  
 1965 depende da circunstância, depende do caso. Pode ser que seja por um curto  
 1966 período de tempo, para, por exemplo, reduzir o risco inerente a uma  
 1967 determinada estrutura de tratamento, de contensão de efluentes, como pode  
 1968 ser por um prazo um pouco mais alongado, em função de uma circunstância de  
 1969 um processo produtivo, por exemplo. Então, o prazo tem que ser adequado ao  
 1970 caso específico, cada um é um. E a outra pergunta dele foi com relação à  
 1971 quantidade do lançamento. Obviamente que a resolução não teria como  
 1972 quantificar esse volume a ser lançado, porque da mesma forma depende do  
 1973 caso específico que está sendo estudado e da capacidade de suporte do corpo  
 1974 receptor, ou seja, para cada efluente, para cada corpo receptor, eu vou ter uma  
 1975 vazão permitida durante um determinado prazo a ser acordado com o órgão  
 1976 ambiental, sobre determinadas condições, ressaltando que nessas condições  
 1977 os padrões de lançamentos estabelecidos aqui estarão descumpridos, mas  
 1978 sempre subsidiado pelo estudo técnico, que é o estudo ambiental citado aqui  
 1979 no inciso terceiro.

1980

1981

1982 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
 1983 **DCONAMA)** – Algum outro pedido de esclarecimento. Sobre a tecnologia que  
 1984 foi a pergunta do Instituto Planeta Verde. Ele perguntou por que não se utilizar  
 1985 a tecnologia mais avançada e sim a previsão da tecnologia ambientalmente  
 1986 adequada.

1987

1988

1989 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA TORKETTI (diretora de Qualidade e Gestão Ambiental**  
 1990 **FEAM/MG)** – É bastante relativo esses conceitos de tecnologia. Há pouco  
 1991 tempo atrás usava-se o termo, melhor tecnologia de tratamento disponível. São  
 1992 conceitos um tanto quanto abstratos. A tecnologia mais avançada, hoje em dia  
 1993 fica muito difícil de dizermos o que é mais avançado, sempre há possibilidade  
 1994 de se avançar mais. Então, essa definição de tecnologia ambientalmente mais  
 1995 adequada, é aquela tecnologia que é proposta pelo empreendedor, pelo  
 1996 gerador do efluente e que é aceita pelo órgão ambiental como adequada para  
 1997 tratar o efluente, naquelas condições de vazão e de capacidade de suporte do  
 1998 corpo receptor, por isso que ela ambientalmente adequada. Ou seja, o que está  
 1999 se preservando são os padrões de qualidade do curso de água. Sempre o foco  
 2000 tem que ser esse, que é traduzido na expressão capacidade de suporte. Se eu  
 2001 tenho um rio cuja capacidade de suporte já está saturada, eu tenho que ser  
 2002 mais exigente com relação ao nível de tratamento do efluente, o que não  
 2003 ocorrerem num curso de água que ainda não está nem próximo da situação de  
 2004 saturação, ou seja, eu tenho pouco lançamento de efluentes nele, então, ele  
 2005 consegue absorver uma carga maior do que já está mais saturado por  
 2006 outras contribuições. Então, não dá para generalizar, cada situação é uma e

2007deve ser analisada individualmente pelo órgão ambiental, com o subsídio de  
2008estudos técnicos apresentados pelo gerador do efluente.

2009

2010

2011**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
2012**DCONAMA)** – Pedido de esclarecimento ainda Soares, é isso?Alguém mais  
2013porque aí nós faríamos blocos de dois para Zuleika fazer a resposta.

2014

2015

2016**O SR. FRANCISCO SOARES (FURPA)** – Você passou pelo quinto e passou  
2017pelo outro, eu gostaria de fazer uma referência ao quinto. Eu acho que nós  
2018estamos aqui regulamentando o que não está certo. Nós temos que  
2019regulamentar o que está certo e não o que está errado. Aqui, nós estamos  
2020abrindo exceção e utilidade pública. O que vem sendo utilidade pública lançar  
2021inadequadamente ou isso cabe o que, o órgão licenciador verificar se aquele  
2022lançamento ocorreu por falta de condições do órgão licenciador ou por motivos  
2023superiores? Eu vejo com muita preocupação, como se nós tivéssemos  
2024autorizando a coisa errada. Eu acho que não cabe na resolução do CONAMA  
2025licenciar aquilo que não está correto, lançamento excepcional, então, eu vejo  
2026isso com muita preocupação. Eu acho que temos que nós preocuparmos em  
2027regulamentar as coisas que estão certas, as coisas que podem estar erradas,  
2028eu acho que quem tem que justificar é quem fez o lançamento inadequado ou  
2029justificadas razões pelas quais. Não o órgão competente licenciador autorizar  
2030em nome de interesse social. Eu vejo isso com muita preocupação.

2031

2032

2033**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
2034**DCONAMA)** – Pergunto se ainda tem pedido de esclarecimento porque para  
2035no meu entendimento isso seria uma questão do mérito desse artigo, nós  
2036entrariamos depois. Esclarecimento?

2037

2038

2039**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM/SP)** – É sobre a  
2040questão de se outorgar aos órgãos ambientais estabelecimento de critérios  
2041para determinadas situações de tratamento de efluentes que me parece que o  
2042próprio CONAMA poderia, no exercício maior, um pouco mais de trabalho,  
2043estabelecer esses critérios de forma a não remeter isso para o órgão local, que  
2044este vai cair, naquela lacuna que o Dr. Lutti chama atenção, por que as (...) são  
2045diferentes e porque consideramos que o tratamento deve ser diferenciado em  
2046vários estados. Então, porque essa questão não foi considerada? É possível  
2047considerar isso, é possível remeter isso de novo a CT para que isso seja  
2048complementado? Enfim, compreender o motivo dessas imprecisões da  
2049resolução.

2050

2051

2052**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom, eu acho muito interessante  
2053e importante essa intervenção que o professor Bocuhy fez aqui, porque ela traz  
2054a tono aqui toda uma discussão que nós fizemos no âmbito dessa revisão da

2055357 e que ela não aparece pela primeira vez. Nós temos uma resolução  
2056extremamente complexa em que nós estamos fazendo sucessivos avanços  
2057desde 1986, desde a CONAMA 20, ela é uma resolução que parte, vamos dizer  
2058assim, de dois grandes conceitos, um conceito mais ligado a gestão de  
2059recursos hídricos, tem um foco mais economicista e um conceito mais da área  
2060de meio ambiente que tem uma visão um pouco mais, justamente essa questão  
2061da melhor tecnologia, da precaução que são conceitos que necessariamente  
2062não se reconciliam facilmente. É uma resolução que tem que fazer uma ponte  
2063entre esses dois conceitos, e de outra forma é uma resolução também que  
2064trabalha com indicações gerais. Então, tentar prever tudo dentro dessa  
2065resolução, olha, fizemos um esforço razoável, estamos avançando na questão  
2066da ecotoxicologia e nos parece que essa direção que nós adotamos aqui,  
2067que ainda não é uma questão pacífica ainda no âmbito geral de começar  
2068especializar em algumas tipologias, que é o caso de saneamento, que estamos  
2069fazendo aqui, talvez seja o caminho para poder dar um pouco mais precisão  
2070para determinadas indicações que resoluções nossas possam fazer, mas nos  
2071parece que essa resolução, nós chegamos, vamos dizer assim, ao limite do  
2072possível nesse momento no âmbito da Câmara Técnica, eu acho que isso é  
2073amplamente reconhecido por vários setores que nós conversamos, estamos  
2074fazendo avanços em relação à resolução atual, estamos agregando novos  
2075parâmetros, estamos agregando conceitos de gestão, estamos agregando  
2076questões relacionadas à avaliação e monitoramento, como é a questão da  
2077ecotoxicidade, que tem uma visão integrada, mas uma visão de parâmetros.  
2078Então, esse é o trabalho que se fez, eu acho que é um trabalho que tem muito  
2079mérito. Agora, sabemos que não estamos trabalhando aqui com a aplicação  
2080para gestão, não com um exercício acadêmico científico. Então, ia ter uma  
2081grande distância entre isso porque o que nós temos hoje na mão é uma  
2082resolução que tem que vir para resolver problema, não para desenvolver teses.  
2083E esse foi um pouco do trabalho conduzido pela doutora Zuleika, que foi  
2084consubiado, foi subsidiado por mais cinco subgrupos e que envolveu,  
2085durante 11 reuniões, mais de 1 ano e meio, depois de quatro reuniões da  
2086Câmara Técnica, uma energia razoável. O que nós podemos oferecer hoje eu  
2087acho que é um trabalho de boa qualidade, que procura atender essas questões  
2088que foram o objetivo. Agora, me parece que tem até uma discussão para ser  
2089feita ainda, se nós vamos continuar especializar, que tipos de novas  
2090informações vão agregar dentro desse processo, mas me parece que existem  
2091hoje questões da própria gestão que nós temos que aperfeiçoar também, não é  
2092só uma questão de ficar criando novas resoluções. Então, eu gostaria de fazer  
2093essas observações porque me parece que a minha obrigação como presidente  
2094da CT é defender o trabalho que foi feito, um trabalho que foi feito com muito  
2095esforço e que sabia das limitações e definiu o mandato, a Câmara Técnica,  
2096sobre quais as questões que deveriam ser trabalhadas e nós trazemos hoje  
2097aqui para apreciação dessa Plenária o resultado desse trabalho. Obrigado. Só  
2098queria depois fazer uma sugestão, nós estamos avançando em questões de  
2099mérito, a minha sugestão fosse que nós entrássemos logo na aprovação do  
2100texto base e aí sim, questões objetivas, quem tiver proposições tragam  
2101emendas para podermos aperfeiçoar o trabalho que foi feito no âmbito da  
2102Câmara Técnica. Obrigado.

2103

2104

2105 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo CONAMA)** – Não vamos  
2106 encaminhar nesse sentido a proposta. Dr. Volney, primeiro, nós gostaríamos de  
2107 ter um posicionamento em relação ao texto conjunto para depois trabalharmos  
2108 nos pontos específicos. Bom, em relação ao conjunto do texto, aqueles que  
2109 estão de acordo, por favor, levantem seus crachás. Os que são contrários à  
2110 aprovação do texto. Três. As abstenções? Dois. Ficamos assim então, vamos  
2111 trabalhar o conjunto do texto, está aprovado, vamos para os pontos específicos  
2112 que são objetos de divergências. Bom, vamos lá, há um primeiro ponto em  
2113 relação ao artigo primeiro, uma proposta de reformulação da redação. Todos  
2114 têm o texto à disposição? Nós vamos, à primeira proposta, é relativa ao artigo  
2115 primeiro, se nós mantemos a redação original ou nós se votamos pela nova  
2116 redação proposta, envolvendo o texto que está em vermelho na proposta, do  
2117 próprio Ministério, da Ana e do Ministério da Saúde.

2118

2119

2120 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
2121 **DCONAMA)** – Podia alguém fazer a defesa dessa proposta, alguém dos  
2122 Ministérios que compõem essa.

2123

2124

2125 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo CONAMA)** – É uma  
2126 questão de forma, é basicamente melhorar a forma. Os que estão de acordo  
2127 com a nova redação em vermelho, por favor, levantem seus crachás. Os que  
2128 são contrários à nova redação? Então, consideramos aprovada a nova redação  
2129 do primeiro parágrafo. Pessoal, por favor, segundo ponto em vermelho.  
2130 Também é uma questão de forma. Alguém é contrário? Vamos lá, por favor.  
2131 Proposta de complementação da redação do inciso XIV, zona de mistura. Nova  
2132 redação. A proposta de redação obedeça ao texto que está regravado em  
2133 vermelho, zona de mistura, região do corpo receptor estimada com base em  
2134 modelos teóricos aceitos pelo órgão ambiental competente, que se estende do  
2135 ponto de lançamento de efluente delimitada pela superfície em que é atingido o  
2136 equilíbrio de mistura entre os parâmetros físicos, químicos e biológicos, do  
2137 efluente, e os do corpo receptor, sendo específica para cada parâmetro. É  
2138 uma redação técnica, entendo que possa haver algum tipo de necessidade de  
2139 esclarecimento. Os que estão a favor da nova redação, por gentileza, se  
2140 manifestem. Bom, os que são contrários à nova redação? 1. Você gostaria de  
2141 justificar Ellen, colocar algum problema.

2142

2143

2144 **A SR<sup>a</sup>. ELLEN MATHA PRITSCH (ABES)** – Eu entendo que nós perdemos a  
2145 coisa mais importante que nós temos construído nos últimos anos, que é  
2146 atrelar toda a nossa legislação a padrão de qualidade e essa palavra sumiu e  
2147 nós colocamos critérios técnicos sobre alguns outros parâmetros e perdemos a  
2148 questão mais importante do controle ambiental, atrelar todo o nosso  
2149 licenciamento em cima de padrão qualidade, por isso que eu não consigo  
2150 entender isso.

91

2151

2152

2153 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo CONAMA)** – Perfeito, só  
2154 para recapitular, a redação procura dar um detalhamento mais específico, mas  
2155 perde-se essa referência. Alguém é contrário? Então, registra-se apenas o voto  
2156 contrário da Ellen. Abstenções? Não. Vamos para o próximo ponto. Bom,  
2157 realização de estudo ambiental, às expensas do empreendedor, a sugestão  
2158 aqui relaciona-se a supressão do tecnicamente adequado, é a proposta do  
2159 Ministério do Meio Ambiente, acompanhando a proposta da FEAM de Minas  
2160 Gerais. Os que se manifestarem a favor, por favor, levantem seus crachás. Os  
2161 que são contrários? Abstenções? Vamos adiante. Proposta FEAM, nova  
2162 redação ao § 3°. O empreendedor no processo de licenciamento informará ao  
2163 órgão ambiental às substâncias que poderão estar contidas no efluente gerado,  
2164 entre aquelas listadas ou na resolução CONAMA 357/05, para padrões de  
2165 qualidade da água sob pena de suspensão ou cancelamento da licença  
2166 expedida. É basicamente uma reformulação da redação. Aqueles que se  
2167 manifestarem a favor, por favor, levantem seus crachás. Contrários? 1.  
2168 Abstenções. Vamos em frente.

2169

2170

2171 **A SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – Eu só gostaria de um  
2172 esclarecimento, porque está se passando aí uma leitura rápida, o que eu  
2173 entendi vocês estão analisando as emendas do grupo que se reuniu, depois  
2174 vão voltar todos os artigos. É só isso, só para limpar o texto base, é isso?

2175

2176

2177 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
2178 **DCONAMA)** – Depois volta com todo mundo que tiver outras emendas de  
2179 plenário.

2180

2181

2182 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo CONAMA)** – Bom, § 4°, a  
2183 proposta do Ministério, da ANA, do Ministério de Saúde, do IBAMA e da SEPI.  
2184 O disposto no inciso III não se aplica aos casos que o empreendedor comprove  
2185 que não dispunha de condições de saber da existência de uma ou mais  
2186 substância dos efluentes gerados pelos empreendimentos ou atividades.  
2187 Aqueles que estão a favor dessa redação, por favor, manifestem-se. Os que  
2188 são contrários à redação? 1. Os que se abstém? 4. Vamos em frente.

2189

2190

2191 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
2192 **DCONAMA)** – Então, secretário só para perguntar para a Plenária se está claro  
2193 o encaminhamento. Nós estamos passando do começo ao fim aquelas  
2194 emendas que já estão digitadas e que estão consensuadas no grupo de  
2195 pareceristas. Depois nós vamos voltar para toda a proposta e aí ver quais são  
2196 as emendas de plenário.

2197

2198

92

46

2199A **SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – Desculpa, Adriana, mas o  
2200que nós estamos fazendo aqui, nós estamos votando para depois votar de  
2201novo outras emendas, isso não faz muito sentido para nós. É melhor assim, já  
2202tem as emendas aí? Tem. Então, vamos como sempre fizemos, vamos artigo  
2203por artigo, se chegar e tiver novas emendas, ótimo, e nós apreciamos tudo em  
2204conjunto, se não há uma aprovação, para depois haver uma reprovação ou  
2205rejeição daquilo que foi aprovado. Já está escrito aí, porque aí nós incluímos,  
2206abrindo espaço para plenária incluir qualquer emenda em qualquer emenda em  
2207qualquer um dos artigos.

2208

2209

2210A **SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
2211**DCONAMA)** – Nós já estamos no art. 15, eu pergunto à Plenária se vale a  
2212pena repassar do jeito que está até o final, só por uma questão que, agora nós  
2213já estamos no meio da...

2214

2215

2216O **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo/CONAMA)** – Não, por  
2217favor, vamos fazer o seguinte, do art.15 em diante, nós vamos proceder dessa  
2218forma. Vamos só recapitular, então, até o art. 15, quais as emendas de plenária  
2219que teriam para já irmos eliminando esse passivo e depois vamos  
2220prosseguindo da forma ponto a ponto. Os primeiros 14 artigos, artigo primeiro,  
2221alguma emenda? Artigo segundo, alguma emenda? Artigo terceiro, alguma  
2222emenda? Segundo? Por favor.

2223

2224

2225O **SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Instituto do Direito por um Planeta**  
2226**Verde)** – No § único do art. 2º, substituir poderá por deverá, o órgão ambiental  
2227competente deverá, mediante fundamentação técnica, acrescentar as  
2228condições. No dois, exigir a tecnologia mais avançada e aí suprime  
2229economicamente viável. No § único, substituir poderá por deverá.

2230

2231

2232

2233O **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo CONAMA)** – Nós vamos  
2234fazer um intervalo aqui, suspender os trabalhos e depois nós retomamos aí,  
2235para receber a ministra, e depois nós retomamos nesse ponto. Obrigado.

2236

2237

2238A **SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Bom,  
2239boa tarde a todos. Como vão todos? Desculpem, estou aqui, tudo bem, como é  
2240que está o Rio Grande do Sul? Continua chovendo? Quando precisa é ótimo.  
2241Bom, eu primeiro gostaria de me desculpar com os senhores conselheiros,  
2242porque eu não pude está aqui pela manhã, mas é porque eu estava num  
2243compromisso oficial de governo, na cerimônia de missa de corpo presente de  
2244recepção do corpo do ex-vice-presidente José Alencar. Por essa razão, todos  
2245os ministros de Estado estavam convocados e eu não pude estar com os  
2246senhores, como havia sido planejado até então. Por essa razão, eu estou

2247causando o transtorno de interromper a reunião do CONAMA, no momento  
2248único que é votação dos destaques. Confesso que eu tenho saudade, mas  
2249enfim, não vou poder estar com os senhores, aqueles que conviveram comigo  
2250Durant esses momentos, mas tenho certeza que, o Dr. Francisco Gaetani, que  
2251eu já soube que se apresentou hoje de manhã como novo Secretário Executivo  
2252do Ministério do Meio Ambiente vai ter condições de ter um longo aprendizado  
2253com este Conselho e com os debates sobre a questão ambiental, tendo em  
2254vista a característica sempre democrática e estratégica do CONAMA de  
2255recepção das demandas do país num texto comum e as diferenças do país  
2256num texto único, e que legitime a ação da gestão ambiental pública e privada  
2257nesse país e a interlocução na sociedade. E o resultado maior que é a melhoria  
2258de qualidade ambiental, não é Dr. Paulo, e com isso ter um desenvolvimento  
2259mais justo e mais sustentável. Gostaria também, então, eu realmente me  
2260desculpo, não vou poder permanecer com os senhores como eu gostaria,  
2261porque também por conta do falecimento do vice-presidente José Alencar, a  
2262minha agenda não só complicou com os senhores de manhã, como complicou,  
2263eu estou recebendo a visita do Ministro de Meio Ambiente da Noruega, o Brasil  
2264e o ministro de Relações Exteriores, acabei de vir de uma reunião de trabalho,  
2265um almoço de trabalho no Itamaraty e essas negociações prosseguem às 5  
2266horas da tarde e depois à noite lá na embaixada. Além do fato de eu estar  
2267gripadíssima, com febre, quem esteve ontem comigo sabe que o MMA adverte:  
2268a ministra deve estar no devido cuidado, mantenham distância, porque eu  
2269estou causando algum impacto ambiental, não desejado, que é a tal da gripe,  
2270que foi uma consequência das peripécias do Rio de Janeiro, com a hora do  
2271planeta no sábado. Então, eu gostaria, com isso, relamente de me desculpar  
2272de não poder estar com os senhores, durante toda a reunião, mas não perder a  
2273oportunidade de estar com os senhores nessa primeira reunião de 2011 deste  
2274Conselho e um pouco falar dos desafios e das perspectivas da nossa agenda  
2275de trabalho, não só para os conselheiros que eu já conheço e já estiveram no  
2276CONAMA em outros momentos, mas em particular para os novos conselheiros  
2277que aqui chegam e que vão deparar-se com uma agenda certamente complexa  
2278e estratégica para o desenvolvimento do país e para o fortalecimento da gestão  
2279ambiental no Brasil. Bom, um dos esforços que nós estamos pautado, desde  
2280que eu voltei ao Ministério, é o fortalecimento deste Conselho, e esta diretriz  
2281não está alterada, ao contrário, nós, nos últimos 3 anos, nos dedicamos, no  
2282Ministério do Meio Ambiente, a buscar novos caminhos para o fortalecimento  
2283do CONAMA enquanto Conselho maior de meio ambiente desse país e manter  
2284o seu caráter deliberativo, a sua importância enquanto Fórum de formulação de  
2285políticas ambientais e de diálogo com as políticas públicas de desenvolvimento  
2286e também a sua importância enquanto Fórum para deliberação sobre normas  
2287que são tão estratégicas para implementação da Política Nacional de Meio  
2288Ambiente no nosso país. Desculpem, agora vai começar o impacto ambiental  
2289negativo. Bom, então, essa diretriz está mantida, obviamente nós fizemos todo  
2290um trabalho e aqui vem um agradecimento público ao Dr. Nilo, que deixou a  
2291diretoria do CONAMA e assume a diretoria de Educação Ambiental do  
2292Ministério, também recebendo um pouco das críticas observações que  
2293foram feitas por parte dos senhores em relação à necessidade de mudança de  
2294interlocução e de patamar de implementação da Política Nacional de Educação



2295Ambiental. A Dr<sup>a</sup>. Samira propôs essa mudança não só de gente, mas de visão,  
2296de arcabouço e colocou o Nilo com a sua, experiência de interlocução e de  
2297trabalho no âmbito do CONAMA, à frente dessa diretoria e eu quero em público  
2298agradecer todo o esforço dele nos últimos oito anos para manter esta casa,  
2299este Conselho, trabalhando, guardando as prioridades com vistas na  
2300concepção dos objetivos da política de meio ambiente. Então fica aqui os meus  
2301agradecimentos, a paciência, a determinação dele e mais do que isso, ter  
2302resistido aos “chicotinhos”, porque sofreu muito, sem sombra de dúvida, mas  
2303foi uma experiência única trabalhar com o Dr. Nilo, e eu tenho certeza que ele  
2304terá, nós teremos grandes resultados com ele à frente do Departamento de  
2305Educação Ambiental e, portanto, cobrem dele, não cobrem de mim. A  
2306responsabilidade é com ele e com essa senhora que está aqui do meu lado.  
2307Uma segunda questão que, além de priorizar o CONAMA e de fortalecer o  
2308CONAMA, é importante que por intermédio dessa diretriz nós fortaleçamos as  
2309interlocuções com o Sistema Nacional de Meio Ambiente, e as interlocuções  
2310políticas e institucionais, em particular. O SISNAMA precisa e isso é objeto de  
2311reflexão deste Fórum também, precisa de novos caminhos na interlocução  
2312política e institucional no que diz respeito a uma agenda de desenvolvimento. O  
2313Brasil mudou, a nossa sociedade é outra, o desafio de inserção do Brasil no  
2314planeta também se coloca em novos patamares, políticos, a nossa importância  
2315não é só quanto ao meio ambiente, é importância de sermos a 7<sup>o</sup> economia do  
2316mundo, trilhando para ser a 5<sup>o</sup> economia do mundo, e esses desafios políticos  
2317colocam a questão ambiental também na sua centralidade, enquanto novas  
2318formulações, novos papéis que este Conselho, no nosso entendimento, deve  
2319desempenhar. Não é por outra razão que é um Conselho representativo de  
2320todas as instâncias do poder público e de todos os segmentos da sociedade  
2321brasileira e voltando um pouco no tempo, toda vez que eu vejo o D. Paulo  
2322Nogueira Neto, eu me lembro de 84, as sessões do CONAMA, o início do  
2323CONAMA, eu era uma garotinha, (...) precoce, eu sempre falo isso, mas eu me  
2324lembro do Dr. Paulo, e tendo a oportunidade de ler o livro que, aliás, hoje será  
2325lançado aqui em Brasília, vale a pena, é uma bela peça sobre a história da  
2326Política Ambiental no Brasil e relendo as notas e os comentários, confesso que  
2327as pessoas que tiveram oportunidade de vivenciar isso na antiga CEMA ou nós  
2328estados, todos eles que ajudaram a construir o CONAMA e construir a Política  
2329Nacional de Meio Ambiente vão entender porque nós estamos e como estamos  
2330hoje em relação ao meio ambiente no Brasil. Então, são 700 e poucas páginas,  
2331o que significa uma dedicação do tamanho da dele para ler, mas eu sugiro a  
2332todos dos senhores que além de participarem do lançamento, leem o livro, é  
2333uma escola, é uma aula de política pública e política ambiental nos últimos 30  
2334anos do Brasil, além da vida excepcional deste homem, tanto como homem  
2335público, como pai de família, como pesquisador, mas antes de tudo como  
2336marido de dona Lucia, uma pessoa que eu tive o prazer de conhecer, de  
2337conviver, e que tem uma declaração de amor belíssima que ele fez a ela, que  
2338qualquer mulher gostaria de ter sido dona Lucia na vida do Dr. Paulo Nogueira  
2339Neto. Então, eu acho que para nós mulheres que estamos em alta, vale a pena  
2340ler mais uma vez o livro dele, é a minha recomendação, porque é fascinante e  
2341é fantástico e eu tenho muito orgulho de ter participado um pouco dessa sua  
2342trajetória e por conta disso, o senhor é o culpado de eu estar aqui (*Palmas!*).

2343Então, para os mais novos e mais aguerridos, em particular aos mais  
2344aguerridos, leiam, é uma bela aula de como se faz política e como se constrói a  
2345política que nós temos, que começou na ditadura, para consolidar no Estado  
2346democrático que o Brasil é hoje, graças a Deus. Então, é importante guardar  
2347sempre essa imagem, porque o CONAMA recepciona, desde o seu início, essa  
2348leitura política, um espaço democrático, onde se acolhe as diferenças e onde  
2349se constroem os caminhos possíveis para sustentabilidade e para a  
2350consecução de um meio ambiente melhor que tem a ver com a melhor  
2351qualidade de vida em nosso país. Sempre foram esses os preceitos que  
2352orientaram a formulação da política ambiental no Brasil, pelo menos desde que  
2353eu conheço, quando eu comecei a minha vida profissional e tive a honra de  
2354começar com o doutor Paulo Nogueira Neto. Honra e orgulho. Bom, esse  
2355espírito do CONAMA, além da presença dele aqui, a própria presidente Dilma  
2356Rousseff fez questão de reconduzi-lo como Conselheiro, representando a  
2357Presidência da República, então, mantém esse espírito, essa chama do que é  
2358o Conselho Nacional do Meio Ambiente, e que aquelas pessoas que  
2359desconhecem, tentam muitas vezes simplificar o papel e desqualificá-lo às  
2360vezes ou destruir o CONAMA. Não é isso, esse Conselho representa  
2361certamente, do ponto de vista ambiental, o ideal do que foram esses últimos 30  
2362anos para consolidar a democracia em nosso país, está aqui, por todos os  
2363senhores que passaram, com todas as divergências e convergências, é o  
2364exercício democrático de debater meio ambiente e buscar a chamada  
2365sustentabilidade e uma vida melhor. É nesse espaço com diferenças, com  
2366convergências, com estranheza, às vezes, com brigas, nós assistimos coisas  
2367aqui, não é, Dr. Paulo, indescritíveis, mas depois todo mundo se abraça, se  
2368beija e toma um chopp lá fora conversando, não é, Donizete, porque os biomas  
2369falam mais alto, porque a qualidade de vida fala mais alto, porque as mulheres  
2370querendo lutar pela sustentabilidade falam mais alto, porque os homens querem  
2371as Unidades de Conservação, enfim, tem toda uma convergência, uma  
2372comunhão, mesmo daqueles que, às vezes, estão nos setores ditos com maior  
2373impacto ambiental, estão sentados buscando convergência para ter normas  
2374mais efetivas e mais aplicáveis. Então, eu acho que esse espírito do CONAMA,  
2375nós temos que manter e trabalhar duramente para que ele seja mais  
2376compartilhado com a sociedade brasileira. Parte das críticas advém do  
2377desconhecimento sobre o CONAMA e todos nós, cada um de nós, nós somos  
2378responsáveis de compartilhar que CONAMA é esse, quais são as  
2379transformações que nós queremos fazer para que esse CONAMA seja cada  
2380vez melhor e mais receptivo daquilo que a sociedade brasileira deseja sobre  
2381política de meio ambiente nesse País. Nós não estamos vivendo mais uma era,  
2382muitos recentemente, nos últimos anos, tentaram resgatar um conflito que era  
2383um conflito entre desenvolvimento e meio ambiente, fazendo disso uma  
2384bandeira política e com isso querendo esvaziar as conquistas ou muitas  
2385querendo colocar em cheque, avanços que estavam sendo negociados,  
2386inclusive, internacionalmente. Esse espírito não cabe num País que é a 7°  
2387economia do mundo, que conseguiu tirar 30 milhões de pessoas da pobreza,  
2388que tem o desafio ímpar de erradicar a pobreza, que tem o desafio ímpar de  
2389estruturar novos níveis de educação, saúde e segurança e que tem, no meio  
2390ambiente, um ativo não só nacional, mas um ativo econômico e internacional

2391que coloca o Brasil em vantagens comparativas para o diálogo internacional  
2392como nenhum outro País no planeta. Então, isso é algo que nós temos que nos  
2393orgulhar. Os brasileiros devem se orgulhar de possuírem um meio ambiente tão  
2394rico e tão diverso e com tanta experiência democrática e, o CONAMA,  
2395simbolicamente traduz isso. E o que nós devemos ter? É também avançar com  
2396as políticas e com a agenda do CONAMA em função e com a agenda  
2397ambiental em função dos novos desafios que o planeta e que o Brasil  
2398enfrentam em relação a temática ambiental e a temática de desenvolvimento.  
2399Isso está na pauta. Há o desafio de construir uma nova pauta para o CONAMA,  
2400assumir um novo Fórum para debates, como é que nós podemos, além de  
2401discutir normas, implementar aquilo que é o dia a dia da gestão ambiental  
2402pública no País, também usar esse espaço como um Fórum para debates, para  
2403conhecer as diferenças, conhecer o pensamento dos outros. Nós criticamos  
2404muitas vezes sem conhecer o pensamento e muitos deles criticam nos criticam  
2405sem nos conhecermos. Então, isso é um aprendizado, nós temos que aprender  
2406a lidar com essas diferenças e a partir daí buscar convergências. Isso é  
2407maturidade política que a área de meio ambiente e que o Ministério do Meio  
2408Ambiente vem buscando construir e que está entre as prioridades dos próximos  
2409quatro anos. O MMA é um ministério estratégico para o País, para a ação do  
2410desenvolvimento e para ação social de erradicação e pobreza e nós  
2411precisamos dar envergadura política, este ministério, e essa envergadura  
2412política passa por um diálogo mais amplo e uma atuação mais ampla e sólida e  
2413robusta de todos os atores que estão inseridos no Sistema Nacional de Meio  
2414Ambiente e no Sistema Nacional de Recursos Hídricos e no Sistema Nacional  
2415de Unidades de Conservação, e no Sistema Nacional de Floresta, ou seja,  
2416essa pluralidade de arranjos institucionais e arranjos políticos deve ser usada  
2417favoravelmente e não contrária ao que muitas vezes é entendido por várias das  
2418pessoas que conversam sobre meio ambiente nesse País. Temos que buscar  
2419os caminhos de convergência, temos que buscar os caminhos de diálogo e de  
2420negociação política, sem saber ouvir, sem saber entender o que o outro quer, é  
2421impossível convencê-lo sobre o que nós queremos, tenho certeza disso, a não  
2422ser que você não use o meio democrático. E eu sou de uma escola que nós  
2423temos que aprender a ouvir e conversar e tenho feito isso, como todo o  
2424Ministério, todo o meu estafe, procurado ouvir e conversar. Temos que sair da  
2425posição reativa e sermos propositivos, temos que ser pessoas, o campo  
2426estratégico essencial do tamanho que o meio ambiente é no Brasil. Alguns  
2427desafios se colocam à frente, o desafio do próprio Ministério do Meio Ambiente,  
2428de traduzir, na sua estrutura, traduzir na sua representação política, aquilo que  
2429são os desafios da agenda ambiental e é importante que as instituições  
2430também recepcionem nos seus alicerces, esses novos desafios da agenda  
2431ambiental, senão nós ficamos anacrônicos, extemporâneos e continuaremos a  
2432ter uma postura reativa, o que é ruim para a política ambiental e o que é ruim  
2433para as políticas de desenvolvimento desse País. A pior situação que pode  
2434acontecer é não ter interlocução, é você vir de uma área que você olha para  
2435uma determinada instituição e você não encontra o seu par, e o Ministério está  
2436passando por um processo de reflexão estratégica e de revisão de  
2437procedimentos que significa trazer com mais objetividade as suas funções,  
2438seus processos de gestão para interlocução com a sociedade. Então, os

2439 grandes temas estão sendo rearrumados, a nova agenda se coloca, é  
2440 impossível nós avançarmos numa discussão ambiental, se não tivermos uma  
2441 participação estratégica estruturante na discussão climática. Agora, a  
2442 discussão climática é além dos limites da discussão ambiental e esse é um  
2443 desafio que se coloca, como é que se dialoga com a abrangência da discussão  
2444 climática ou com a discussão da biodiversidade, os legados da Rio 92, e ano  
2445 que vem, eu vou falar um pouquinho sobre Rio+20 daqui a pouco, estaremos  
2446 tratando sobre o legado e os próximos anos pós a Rio+20 e esse legado é a  
2447 sustentabilidade, mudanças climáticas, florestas e biodiversidades,  
2448 compreende exatamente esses quatro grandes temas, associado a uma  
2449 agenda 21, a um compromisso do Rio, uma declaração do Rio, que traz todas  
2450 as premissas da sustentabilidade que vai dentro da questão de qualidade  
2451 ambiental urbana, a questão de produção e consumo sustentável, até  
2452 informação, acesso, transparência e os indicadores para você ter uma gestão,  
2453 uma governança ambiental e da sustentabilidade e mais objetivos. Isso tudo  
2454 está na mesa e isso tudo precisa estar devidamente retratado nas instituições  
2455 ambientais. O desafio não é só da área federal, o desafio também se coloca  
2456 nos estados e o desafio também se coloca nos municípios quando começamos  
2457 a ir para a reta final sobre descentralização da gestão ambiental no país e  
2458 cuidado para não polarizarem com a velha agenda, falar que está  
2459 descentralização, está associada, somente ao licenciamento e a fiscalização,  
2460 cuidado com isso, porque se formulamos assim e esquecemos, por exemplo,  
2461 que nas cidades 80% da população brasileira vive em cidades, e que você tem  
2462 um desafio sobre resíduos sólidos ou sobre saneamento ambiental, se não  
2463 colocar isso (...) das questões dos órgãos municipais e dos órgãos estaduais,  
2464 tampouco nós seremos vencedores no combate a erradicação da pobreza e no  
2465 desenvolvimento sustentável. É preciso ter lastro para o debate e para o  
2466 diálogo, não quer dizer que você tem que executar as coisas, mas é necessário  
2467 ter lastro político e capacidade técnica para empreender o diálogo político com  
2468 aqueles que são os responsáveis com a consecução dos objetivos de um  
2469 desenvolvimento sustentável. Não se faz política ambiental sozinho,  
2470 desenvolvimento sustentável não é prerrogativa da área de meio ambiente,  
2471 nunca foi, nunca foi. Eu estou tendo oportunidade agora de, fui convidada e é  
2472 incrível, que eu me lembro do Dr. Paulo Nogueira sendo consultado pela  
2473 primeira-ministra da Noruega, Brundtland, para a discussão do nosso futuro  
2474 comum. Eu me lembro disso, era no antigo Ministério de Desenvolvimento  
2475 Urbano e Meio Ambiente, o primeiro Ministério do Meio Ambiente desse País,  
2476 em 86 para 87, ela fazendo as viagens e uma série de consultas e o Dr. Paulo  
2477 Nogueira Neto foi um dos atores estratégicos da consulta feita sobre o nosso  
2478 futuro comum e, portanto, sobre a consolidação de um conceito chamado  
2479 desenvolvimento sustentável, que balizou, é o novo paradigma do  
2480 desenvolvimento do planeta, eu tive a honra de ser convidada para integrar um  
2481 novo painel que o secretário-geral das Nações Unidas criou para discutir o  
2482 futuro da sustentabilidade, também coordenado pela ex-primeira ministra  
2483 Brundtland e também pelo presidente da África do Sul e pela primeira-ministra  
2484 da Finlândia. Nós estamos discutindo isso de maneira estratégica, não é o  
2485 Brasil, é a Isabela que está convidada, é a única pessoa da América do Sul que  
2486 está participando desse processo e um debate extremamente interessante

2487 porque nós falamos do pós Rio+ 20, sobre os desafios da sustentabilidade e do  
2488 que é a chamada economia verde, e que caminhos são esses, como é que nós  
2489 queremos chegar em 2050, quais são os desafios do século. Esses debates  
2490 devem está recepcionados por este Conselho, por exemplo. Sem uma reflexão  
2491 estratégica, é impossível debater isso de maneira correta ou com a  
2492 abrangência necessária par um País feito o Brasil, considerando os desafios da  
2493 Conferência ano que vem. Então, o Conselho deve, é importante que tenhamos  
2494 um olho na chamada agenda política do dia a dia, que é a agenda que nós  
2495 temos, por exemplo, com o Código Florestal, com a Política Nacional de Clima,  
2496 com a ratificação do protocolo de Nagoya, que é vitória da Conferência de  
2497 Biodiversidade, mas é importante também que tenhamos sempre um olho com  
2498 aquilo que é o conhecimento de fronteira, quais são as bases para discutir uma  
2499 economia verde no Brasil. Esses conceitos não são assimilados diretamente, o  
2500 que significa isso de fato para um País feito o Brasil, que é a sétima economia  
2501 do mundo, quais são as oportunidades? Quais são as vulnerabilidades? Qual é  
2502 o debate que se encerra? Por essa razão, nós estaremos conduzindo o debate  
2503 em torno dessas perspectivas, como também estamos trabalhando, já iniciou  
2504 no ministério, o primeiro passo sobre a iniciativa de valorização da  
2505 biodiversidade, a iniciativa TIB, que foi feita ano passado e lançada em Nagoya  
2506 e nós vamos discutir o TIB Brasil em parceria com o IPEA e outros atores  
2507 econômicos e este CONAMA vai ser objeto de debate sobre isso. O que  
2508 significa trabalhar o valor econômico da biodiversidade feito um País feito o  
2509 Brasil, essas questões são básicas, essenciais para o espaço político deste  
2510 Conselho, para o espaço político do MMA e do Sistema Nacional de Meio  
2511 Ambiente. Com isso, nós temos argumentos tangíveis para o debate, podemos  
2512 elaborar e ter contra argumentos com aqueles que são críticos ou que estão  
2513 pelo menos numa posição mais conservadora. Há capacidade instalada nesse  
2514 Conselho para esse debate, como também os assuntos de emergência ou de  
2515 fronteira que determinam à agenda de desenvolvimento, como aproveitamento  
2516 energético, a fronteira das energias renováveis, a fronteira da erradicação da  
2517 pobreza, a situação florestal do País, são debates extremamente estratégicos,  
2518 o Brasil tem 4% de sua área do PIB dedicado a isso, é um país que tem a  
2519 maior extensão de floresta tropical do planeta e a segunda extensão de floresta  
2520 do planeta e nós temos uma economia muito aquém ao setor florestal. Nós  
2521 podemos, no mínimo, dobrar isso, quais são os requisitos para fazê-lo? Quais  
2522 são os requisitos regionais? Qual é a competitividade que a Amazônia oferece?  
2523 Quais são os custos, externalidades negativas de ausência de infraestrutura  
2524 devidamente desenhada para tornar mais competitivo um setor que é uma  
2525 vocação econômica do País, social e ambiental? Esse debate precisa crescer,  
2526 precisa vir devidamente formulado para que as questões ambientais sejam  
2527 colocadas num outro patamar. Como eu estava dizendo, o Ministério, então,  
2528 caminha para essa nova aparência, eu estou inclusive emagrecendo, segundo  
2529 o Chico, é uma boa sugestão, mas é importante porque nós vamos colocar  
2530 uma formatação que vai desde a questão das mudanças climáticas, olhando  
2531 para, negociações internacionais, mas olhando para a implementação da  
2532 Política Nacional de Clima no País e que essas questões não estão só  
2533 associadas a redução do desmatamento, tem aí um conjunto de planos  
2534 setoriais que devem ser implementados e que têm a ver com a economia. Por

2535 exemplo, a agricultura de baixo carbono, uma coisa é o debate sobre o passivo  
2536 da agricultura, outra coisa é o debate sobre o futuro da agricultura no Brasil e o  
2537 contexto da agricultura brasileira no planeta e as oportunidades econômicas e  
2538 sociais associadas a isso. A agricultura de baixo carbono está com essa  
2539 agenda definida com o Ministério do Meio Ambiente e por essa razão nós  
2540 teremos uma área que procura trabalhar isso, vai procurar trabalhar esse outro  
2541 patamar que vai ser chefiado pelo Dr. Eduardo Assad, que é a nova Secretaria  
2542 de Clima, que vai procurar adensar as discussões de florestas, as questões de  
2543 agricultura, as questões de clima e também as questões de recursos hídricos.  
2544 O País tem um ativo estratégico em recursos hídricos e essa agenda não está  
2545 na agenda climática, não é o único caminho para recursos hídricos, mas é  
2546 importante que comecemos a trabalhar esse debate, tem aí o Fórum Mundial  
2547 da Água ano que vem e que esse assunto está na pauta, e o Brasil é um player  
2548 estratégico nesse debate. Tem ainda a área, Dr<sup>a</sup> Samira, que está aqui ao meu  
2549 lado, que os senhores interagem com ela, não só na questão da articulação  
2550 institucional, na educação ambiental, mas em área de gestão ambiental  
2551 corporativa e financeira. Nos últimos 20 anos, as empresas no Brasil mudaram  
2552 significativamente com a sua agenda ambiental e na agenda da  
2553 sustentabilidade, poucos de vocês, eu tenho absoluta certeza, sabem da  
2554 dimensão disso e de recursos que estão envolvidos, quais são as  
2555 oportunidades e não é fazer um relatório de sustentabilidade e divulgar. Na  
2556 realidade, isso se traduz em competitividade, aperfeiçoamento de  
2557 licenciamento, em relações com a sociedade, em novos requisitos de controle  
2558 de poluição. Enfim, desde a época de Cubatão, que era o controle da boca do  
2559 (...) até a visão estratégica de índice de sustentabilidade, de competitividade  
2560 em Bolsa de Valores. Isso tudo está na mesa, precisamos entender quais são  
2561 as variáveis que influenciam a tomada de decisão, e o Ministério passa, então,  
2562 a trabalhar o setor privado, o setor financeiro, dentro do contexto de  
2563 sustentabilidade no outro patamar, passa a ter um locus para trabalhar isso e  
2564 entender a formulação das políticas privadas e entender as políticas  
2565 financeiras, como é que nós podemos ter um engajamento com esses setores  
2566 para ter uma mudança de patamar em relação a competitividade, em relação a  
2567 sustentabilidade e aos ganhos na agenda ambiental e na agenda de  
2568 desenvolvimento. Mesma coisa em relação à Secretaria de Biodiversidade e  
2569 Florestas é a secretaria que está sendo completamente repaginada, não só  
2570 frente a questão das áreas protegidas, mas fundamentalmente também no que  
2571 diz respeito a uma agenda 20, 20. Depois de Nagoya, a Conferência em  
2572 Nagoya sinalizou um novo contexto na negociação internacional e de  
2573 compromissos formais dos países em relação a conservação da  
2574 biodiversidade. E nós assumimos um compromisso que nós iremos fazer a  
2575 agenda 20, 20, ou seja, não dá 2020, para o Brasil que foi quem mais cumpriu  
2576 as metas estabelecidas de 2002 para cá, o Brasil chegar de maneira reativa.  
2577 Nós temos que construir uma agenda de conservação que seja pactuada com  
2578 a sociedade e ter novos modelos de implementação das Unidades de  
2579 Conservação, como também de pesquisa, é inaceitável que eu não possa ter  
2580 uso econômico de maneira sustentável, que eu tenha uma pesquisa muito  
2581 aquém, que eu poderia ter em áreas protegidas, que eu tenha uma reação  
2582 tremenda para criar novas áreas protegidas e os desafios que eu tenho de

2583 conciliar a agenda de desenvolvimento com agenda de proteção. Então, além  
2584 da questão da nova fronteira, acesso aos recursos genéticos em função do  
2585 protocolo de Nagoya. Então, o Ministério está se revendo, se reorientando,  
2586 verificando as lacunas e verificando quais são os desafios em função dessa  
2587 agenda, que nós temos que chegar na Conferência da Índia em 2012, com  
2588 uma proposta absolutamente bem consolidada, porque ali nós teremos a  
2589 discussão sobre os fundos, sobre os recursos, como serão dirigidos esses  
2590 recursos em todo o planeta e não ter uma situação como nós temos hoje, que é  
2591 multiplicada em vários ativos financeiros e que é certamente sofrer de uma  
2592 ineficiência de gestão que porque é impossível lidar com várias iniciativas  
2593 distintas, sem você ter uma coordenação, um pacto de objetivos comuns. O  
2594 Brasil é carro-chefe desse debate e temos aí também uma grande  
2595 oportunidade de estreitar uma cooperação Sul/Sul e interlocução não só com o  
2596 bioma Amazônico, mas também com os países africanos e alguns outros  
2597 países mega diversos. Essa cooperação se estende e é importante sinalizar  
2598 para todos os senhores que os senhores são parte da construção dessa  
2599 cooperação. Então, o Ministério também vai avançar nesse processo, ou seja,  
2600 além do PP Cerrado, além, tem aqui uma ótima notícia, o Donizete está  
2601 nervoso e está até crescendo os cabelos dele, ele é careca por natureza, mas  
2602 nós conseguimos em função, os senhores sabem que o Ministério do Meio  
2603 Ambiente adotou o monitoramento dos biomas, e nós conseguimos chegar ao  
2604 final do ano passado, eu assumi o compromisso que nós entregaríamos até  
2605 2008 o monitoramento de todos os biomas brasileiros, além da Amazônia que  
2606 tradicionalmente já é feito. Nós divulgamos o Cerrado, tivemos a oportunidade  
2607 de lançar o PP Cerrado com o presidente Lula e a boa notícia é que nós  
2608 fizemos a atualização para 2009 e nós reduzimos o desmatamento no Cerrado,  
2609 então, estamos avançando agora para a Caatinga, lançamos iniciativas com a  
2610 Fundação Caixa Econômica para a Caatinga e para o Cerrado, os projetos e os  
2611 editais estão saindo, é importante que essas oportunidades, esses novos  
2612 modelos, são pactos feitos com a Caixa Econômica, e mostra que é possível  
2613 acessar recursos em linhas prioritárias de conservação ou de consecução de  
2614 (...) sustentabilidade e com engajamento de todas as instituições que possam  
2615 ser parte do processo. Temos que fazer mais, em função desse objetivo de  
2616 2020 e o Ministério vai mobilizar os senhores nesse diálogo e nessa busca de  
2617 uma visão mais estratégica, mudando a escala sobre a conservação dos  
2618 biomas no nosso País. Temos um desafio monumental na Caatinga, não só  
2619 associado a desertificação, mas também à expansão das áreas urbanas, quem  
2620 vive nessa região sabe que o País está voltando a um processo de  
2621 interiorização e o processo de desenvolvimento, como também temos um  
2622 desafio nas cidades amazônicas, às vezes, as pessoas esquecem que tem 25  
2623 milhões de pessoas que vivem nas cidades e por essa razão nós estamos  
2624 também dedicado a uma área de qualidade ambiental urbana, o professor  
2625 Nabil, da USP, está vindo, ele vai ser o secretário, e nós vamos trabalhar a  
2626 qualidade ambiental urbana para falar sim, sobre o meio ambiente para 80% da  
2627 população brasileira, além de falarmos das florestas, dos oceanos, das  
2628 restingas, mas é importante que cada um entenda que a qualidade ambiental  
2629 passa pela qualidade de vida individual de cada cidadão e que uma atitude  
2630 numa cidade, num ano que nós teremos que dar partida, já demos a partida,

2631sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos é absolutamente estratégica a  
2632mudança de comportamento frente ao consumo e frente, por exemplo, ao uso  
2633eficiente de energia. Tudo isso são coisas que estão espalhadas, que vamos  
2634começar a modular e traduzir isso no *men's string* da ação pública, política do  
2635Ministério. É importante aqui ressaltar uma campanha do Ministério que é o  
2636Saco é um Saco, está todo mundo com a sacolinha do Saco é um Saco, do  
2637Carrefour, tem essa é do Carrefour, mas tem tantas outras, Walmart, etc. e em  
2638um ano nós tiramos 5 bilhões de sacolas plásticas do meio ambiente, em um  
2639ano de campanha em um universo de 14. Um ano de informação e de  
2640trabalhar, isso é o trabalho do Ministério do Meio Ambiente, um ano, senhores.  
2641Então, é claro que nós temos aqui desafios em diferentes escalas, como é o  
2642jeito do MMA, não tem jeito a política ambiental vai do cidadão lá na ponta até  
2643os formuladores, negociadores de políticas internacionais e grandes negócios,  
2644como o caso de Davos. A Conferência de Davos esse ano teve um painel  
2645dedicado a Rio+20 e nós teremos um Davosito, como está sendo chamado no  
2646Rio de Janeiro, agora em abril, uma regional de Davos, que terá um painel  
2647sobre Rio+20 e por que disso? Porque a Rio+20, a visão é de que nós não  
2648estaremos olhando para o passado, nós vamos olhar o passado e não  
2649enquanto crítica, mas enquanto aprendizado e temos que pensar além de a  
2650Rio+20, quais são os desafios, o que significa essa questão da economia  
2651verde, que certamente é um dos instrumentos associados a erradicação de  
2652pobreza e a governança sobre a sustentabilidade, que também tem a ver com  
2653a governança ambiental, que modelos são esses, que nós vamos ter que  
2654discutir olhando para realmente, é ter nesse próximo século a consolidação do  
2655paradigma de desenvolvimento sustentável que a Rio 92 nos trouxe. Então, é  
2656um desafio imenso, o Ministério do Meio Ambiente está trabalhando  
2657diretamente com o Ministério das Relações Exteriores, nós teremos um  
2658modelo de governança inovador para a preparação da Conferência, os  
2659senhores serão apresentados brevemente, estamos dependendo apenas de  
2660um discussão ainda com a Presidência da República, mas nós vamos trabalhar  
2661todos juntos, o segmento social, o segmento econômico, segmento ambiental e  
2662as negociações internacionais. É importante que tenhamos uma sinergia nos  
2663processos preparatórios e nos diálogos que cada um, cada segmento vai  
2664querer implementar sobre a Rio+20. O momento é de identificação das linhas  
2665estratégicas, do diálogo com as Nações Unidas e também de início de  
2666mobilização da sociedade e de todos os atores em torno da Conferência. Eu,  
2667sábado, no evento no Rio de Janeiro, eu disse que começou a contagem  
2668regressiva, já me impus aí uma meta e brevemente a Samira, que está  
2669responsável no MMA internamente com outros secretários, nós vamos está  
2670com uma agenda com os senhores, o Dr. Gaetani, como secretário-executivo,  
2671coordenando o diálogo e eventualmente tem até uma sessão no CONAMA  
2672para debater sobre Rio+20. É importante que os senhores, o Ministério já está  
2673preparando um site sobre isso, específico, um espaço no nosso site, para que  
2674possamos compartilhar com os senhores as informações que ainda são  
2675dispersas, ainda não estão totalmente modeladas, e é importante que os  
2676senhores entendam os processos políticos, os processos institucionais, os  
2677processos de diálogo e os processos de fato oficiais, são coisas que se  
2678misturam e aqui uma recomendação ao setor não-governamental *latto sensus*,



2679procurem os caminhos de engajamento, tem pessoas trabalhando nisso, mas  
2680eu acho que não são representativos de todo o segmento. É importante que  
2681entendam porque há países que, como França, Inglaterra, a Noruega,  
2682Alemanha, todos eles querem ajudar no processo de construção da Rio+20, e  
2683certamente o engajamento da sociedade civil é essencial para consecução dos  
2684objetivos da conferência. É o momento de mobilização inicial e de começarmos  
2685a entender como é que se constrói o processo da Conferência, mas, além  
2686disso, um processo pós-conferência. Então, eu acho que tem aí desafios  
2687únicos, como também tem um desafio único com relação ao PPCDAM,  
2688Combate ao Desmatamento na Amazônia. Além da consecução de objetivos  
2689de clima, nós temos que entender e discutir mais sobre as oportunidades de  
2690desenvolvimento sustentável e também de acessar aquelas populações que  
2691muitas vezes estão na fronteira. Muitas das reservas extrativistas na Amazônia,  
2692nas reservas de desenvolvimento sustentável, não têm sequer energia elétrica  
2693e não têm condições de habitação. Então, nós temos que falar sobre  
2694erradicação de pobreza, sobre as condições de competitividade, não adianta  
2695eu ter só a cadeia da sociobiodiversidade identificada se eu não tenho a  
2696infraestrutura para tirar o produto e vender em São Paulo, porque não é  
2697competitivo. Então, não tem acordo que eu faça no setor privado que consiga  
2698fazer isso, consiga mudar a escala e, portanto, mudar a renda. O olhar social e  
2699econômico mais amplo muda o patamar das discussões sobre as questões  
2700ambientais. Esse é um desafio que o Instituto Chico Mendes tem na mesa,  
2701como é um desafio de avançarmos e eu gostaria muito de poder fazer isso, de  
2702acabar com as madeiras apreendidas e transformar isso em habitação para  
2703populações tradicionais. Nós temos condições de fazer isso, eu tenho absoluta  
2704certeza disso, eu tenho condições de dignidade àqueles que defendem as  
2705florestas para nós, porque nós defendemos daqui, mas eles moram lá.  
2706(*Palmas!*). São eles que cuidam da floresta, o Dr. Rômulo tem a obrigação de  
2707trazer isso concretamente para a mesa, obrigação, senão eu não consolo  
2708gestão da Unidade de Conservação. Falar de áreas protegidas, o ARPA, que é  
2709bem sucedida, é falar também das condições das pessoas que vivem nessas  
2710Unidades de Conservação e que nos ajudam a conservar, inclusive a fiscalizar.  
2711Há um outro desafio sobre queimadas, sobre incêndios e queimadas, é  
2712importante trabalhar isso num outro patamar, absolutamente importante, não  
2713pode acontecer o que aconteceu ano passado, não pode (*Palmas!*). Eu não  
2714posso ter um Parque Nacional destruído em um único dia, que foi o Parque  
2715Nacional das Emas. Se nós sabemos, não é possível, por mais que saibamos e  
2716tomemos todas as medidas preventivas e não está funcionando, tem que  
2717mudar a escala do debate, de negociação, temos que achar uma saída. Eu não  
2718vou ficar constatando e os senhores têm que nos ajudar a construir essas  
2719saídas. Não adianta achar que a resposta está só no poder público ou só no  
2720ICMbio ou no gestor do parque. A cobrança será de outro nível, a sociedade  
2721está nos cobrando em outro nível. Então, é inaceitável, impomos, tem inquérito,  
2722penaliza, fiscaliza, o que for, mas o resultado final é que o parque queimou e  
2723isso ninguém vai pagar. Então, eu estou dando esse exemplo, porque faz parte  
2724do desafio de darmos, como diria o poeta, concretude às ações e sair do  
2725discurso, que é muito bonito e de fato ir para prática e mostrar como é que as  
2726coisas funcionam. (*Palmas!*). Tem que sair de Brasília, sentar lá e buscar

2727soluções concretas na ponta. E se quer ser o maior latifundiário com 310  
2728Unidades de Conservação, vamos ter que consolidar as 310 Unidades de  
2729Conservação nesse País e vamos discutir modelo inovador, porque não  
2730achamos que eu vou conseguir colocar 10 mil funcionários, analistas  
2731ambientais, nessas Unidades de Conservação, porque isso é inexequível e,  
2732portanto, a discussão de mosaicos tem que ser recolocada, a parceria com os  
2733estados tem que ser recolocada, isso tem que ser colocado de outro jeito e  
2734este Conselho deve discutir isso, não cobrando, a discussão é construtiva, a  
2735discussão é quais são os novos caminhos, quais são os novos desafios? Eu  
2736acabei de voltar do Quênia e vejo coisas fantásticas sendo feitas no Quênia, fui  
2737lá visitar. Eles querem vir trabalhar conosco, a África do Sul, quais são as  
2738oportunidades e não é mais numa escala de pequeno projeto, é na escala de  
2739ação efetiva, o Brasil é um País estratégico em meio ambiente e nós temos que  
2740compartilhar isso com a Sociedade Brasileira. Só vai cuidar de meio ambiente  
2741quem usa o meio ambiente, isso eu aprendi. Eu tenho no Rio de Janeiro, o  
2742Parque Nacional da Tijuca, é o meu jardim de casa. Então, aquilo ali para mim  
2743tem um valor imenso, não adianta achar que daqui de Brasília nós vamos achar  
2744um valor fantástico, você tem que usar isso, temos que aprender a usar,  
2745inclusive para pesquisa científica. Isso é um desafio e este Conselho tem que  
2746nos provocar, não é questionando a ação do órgão A, B C porque os gestores  
2747já estão nos limites, nós fazemos além do que temos condições de fazer muitas  
2748vezes. Eu vejo muitos analistas ambientais são chefes de Unidades de  
2749Conservação ficam sozinhos com um computador em áreas imensas. Então, o  
2750debate é cria, cria, faz, gere, qual é o desafio? É formular de outro jeito e eu  
2751tenho certeza que nós temos essa capacidade, se nós fomos capazes de tirar  
275230 milhões de pessoas da pobreza, vamos tirar mais 30, então, nós temos  
2753capacidade de fazer um Sistema Nacional de Unidade de Conservação, de fato  
2754sólido como o ativo da Sociedade Brasileira, isso depende de nós e é um  
2755desafio que eu coloco, me ponho e ponho a todos os senhores que esse  
2756Conselho discuta como gente grande, quais são os caminhos que podemos  
2757construir, que novos marcos regulatórios, como finalidade trabalharmos juntos.  
2758Aqui ainda tem uma cultura da União distante dos estados, os estados distante  
2759da União, da União com os municípios, é uma coisa, ninguém trabalha e a  
2760Unidade de Conservação no meio. Essa é que é a grande verdade. Tem que  
2761mudar essa cultura e eu gostaria muito que esse Conselho assumisse isso e  
2762provocasse esse debate num novo patamar, a Rio+20 é uma oportunidade  
2763para nós, pós-Rio+20, oferecermos a Sociedade Brasileira um novo patamar  
2764de gestão de Unidade de Conservação e não na época em que o Dr. Paulo  
2765passeava de avião ou de helicóptero ou fazendo os projetos, ele não se lembra  
2766disso, mas uma vez eu fui à tarde na casa dele, no sábado, para ajudá-lo a  
2767escrever um projeto por o Raso da Catarina para criação do Raso da Catarina,  
2768para ele discuti o Tom (...), que o Tom ia ajudá-lo junto com o Dr. Rogério  
2769Marinho. Então é dessa época que começamos a cuidar de Unidade de  
2770Conservação, eu tinha 26 anos, sentadinha lá e dona Lucia servindo café e  
2771biscoitinho, e o senhor discutindo que ia para o EUA para buscar dinheiro para  
2772criarmos uma Unidade de Conservação e implementá-la. O debate é outro  
2773sobre esse País hoje e nós todos nós somos parte dessa construção. Tem uma  
2774discussão importante sobre pauta urbana, sobre economia, sobre questão

2775social, sobre questão ambiental, sobre economia florestal, sobre clima, sobre  
2776resíduos sólidos, sobre desmatamento, sobre gestão de áreas protegidas,  
2777sobre pesquisa científica e acesso a recursos genéticos. Se eu não esqueci,  
2778tem aí cidadania, transparência e acesso a informação. E o Código Florestal  
2779que está aí na eminência da discussão do Congresso, eu estou muito  
2780esperançosa porque nós tivemos uma capacidade de ter uma interlocução  
2781política abrangente no MMA e o Governo, a presidente pediu que fosse feito  
2782isso e hoje eu acho, estamos chegando na reta final das negociações, o  
2783CONAMA (...) muito positiva, muito diferente do que nós estávamos no ano  
2784passado. Eu quero ainda ter a oportunidade aqui de apresentar o Dr.Curt,  
2785muitos dos senhores conhecem, como novo presidente do IBAMA, a DR<sup>a</sup>.  
2786Gisela, que é a nossa diretora de licenciamento, que é uma pessoa da Agência  
2787Nacional de Recursos Hídricos, mas que ajudou a construir essa casa e que,  
2788portanto, tem a responsabilidade também de juntar recursos hídricos com  
2789água, isso é um desafio, colocar os dois sistemas próximos. Então, o Dr.  
2790Gaetane, que é o secretário-executivo e que tem como grande qualidade não  
2791ser da área de meio ambiente, porque ele puxa a orelha de todos nós para  
2792dizer que estamos esquecendo de ver outras áreas e outras interações e  
2793outras interlocuções políticas, o que dará sustentação estratégica. Ele é o ex-  
2794secretário adjunto do MP, um gestor público, da London School, um homem  
2795com larga experiência na área de formulação de políticas públicas, com trânsito  
2796nas áreas econômicas e sociais e que, portanto, tem certamente um ganho  
2797para o Ministério do Meio Ambiente na sua interlocução, na sua abrangência  
2798hoje de diálogo, não só com o setor público, mas com o setor privado e com o  
2799setor não-governamental. Então, estão todos os estados no MMA a se  
2800repaginarem e esse convite a todos os senhores, esse Conselho será fruto do  
2801nosso trabalho, da nossa dedicação e do nosso esforço de mostrar que o  
2802CONAMA é um espaço legítimo para o debate sobre as políticas ambientais  
2803nesse País e que nós não somos ecoestereos em biodesagradáveis. Nós  
2804estamos lutando para um País melhor, para uma qualidade de vida melhor e  
2805por um planeta mais sustentável. Espero que sejam muito divergidas as  
2806reuniões. Eu me coloco à disposição dos senhores, sempre difícil, mas eu faço  
2807questão de me colocar à disposição. Espero ter a oportunidade de estar com  
2808os senhores nessas reuniões porque são, antes de tudo, muito divertidas. Tem  
2809coisas realmente geniais. E quero sinalizar alguns que conhecem da gestão  
2810passada, Dr<sup>a</sup> Elizabete Lima, que era subsecretaria do Rio de Janeiro,  
2811representante do Rio de Janeiro nesse conselho, agora é assessor, é minha  
2812assessora direta no gabinete. Portanto, Estados, ABEMA, podem cobrar dela  
2813toda a interlocução com o Ministério do Meio Ambiente, além da Samira.  
2814Desejar aos senhores um ótimo, bom trabalho, boas discussões e mais uma  
2815vez, eu tenho certeza, nós temos chance de fazer um trabalho ímpar em  
2816relação à questão ambiental nesse País em parceria com os senhores. Sem os  
2817senhores, sem o CONAMA a política ambiental fica mais pobre e não é por aí  
2818que vamos ter a sustentabilidade e a sociedade trabalhando conosco.  
2819Dependemos de nós, convido a todos que estejamos juntos e vamos trabalhar,  
2820tem muito trabalho para ser feito. Obrigada. Boa tarde. (Palmas!).

2821

2822

2823 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo/CONAMA)** – Vamos dar  
2824 mais uns segundos aí. Uma mudança de clima abrupta. Nós mudamos para  
2825 receber a Ministra e agora nós temos que mudar para retornar a discussão do  
2826 nosso texto. Eu queria aproveitar para dizer que nessa retomada em meu  
2827 nome e no da Adriana nos desculparmos pela nossa inexperiência na forma de  
2828 condução dos trabalhos. Vamos para o ponto que é a forma que vocês já estão  
2829 acostumados, mais objetivo de processar as nossas diferentes visões sobre o  
2830 assunto. Vamos esperar mais um pouquinho. Bom pessoal sem mais demora  
2831 vamos retomar os nossos trabalhos. Nós estávamos no art. 2º com a proposta  
2832 de modificações apresentadas pelo nosso colega de São Paulo.

2833

2834

2835 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Retomando então  
2836 no parágrafo único substitui poderá por deverá. No inciso II, exigir tecnologia  
2837 mais avançada e suprimir economicamente viável. A justificativa dessas  
2838 propostas é no sentido de que o órgão ambiental, mediante fundamentação  
2839 justificada, ou seja, mediante um parecer técnico, ele tem a obrigação, ele  
2840 deverá exigir, dentro das circunstâncias ou condições do corpo de água,  
2841 medidas mais restritivas. No inciso 2 se deixar a tecnologia ambientalmente  
2842 adequada, como foi colocado aqui nas explicações iniciais, isso não é relativo,  
2843 deixar para discricionariedade do Estado ou eventualmente dos municípios que  
2844 estão licenciando saber dizer qual é a tecnologia adequada para aquela  
2845 situação, nós vamos entrar no verdadeiro caos em relação a essas situações.  
2846 Economicamente viável, daria a oportunidade do gestor ou do operador do  
2847 sistema, seja municipal, seja através de concessionária, questionar qualquer  
2848 tipo de exigência de uma tecnologia melhor. Então, deixaria, na verdade,  
2849 dentro a viabilidade do lançamento e tratamento do efluente somente sob o  
2850 aspecto econômico, não tem aqui nenhuma intenção de ter uma visão  
2851 ecológica e, acima de tudo, uma visão de saúde pública. Se a intenção é tirar  
2852 da pobreza extrema 30 milhões de pessoas, isso aqui nós vamos colocar,  
2853 deixando do jeito que está, estarão colocando os miseráveis num poço mais  
2854 profundo ainda de miséria, porque nos municípios em que são mais pobres, aí  
2855 haveria a discussão sobre economicamente viável em relação a taxas a ser  
2856 cobrada.

2857

2858

2859 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Foi  
2860 apresentada a proposta com duas. Vou pedir o Dr. Volnei que coordenou os  
2861 trabalhos da Câmara para coordenar essas discussões, sempre apresentando  
2862 a proposta de alteração e, se houver alguém disposto, apresentar o ponto de  
2863 vista contrário. Pediria apenas que todos que fossem o mais objetivo possível.

2864

2865

2866 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Bom, obrigado secretário Gaetani.  
2867 Nós vamos tentar objetivar alguns aspectos na questão da condução. Nós  
2868 tivemos aí, no art. 2º, uma única proposta apresentada pelo Planeta Verde.  
2869 Tem mais alguma proposta em relação a esse inciso II do art. 2º? OK. Então,

121

2870eu pediria a Dr<sup>a</sup> Zuleica, se poderia fazer um comentário em relação a essa  
2871sugestão de proposta o que Planeta Verde apresenta.

2872

2873

2874**A SR<sup>a</sup> ZULEICA NYCZ (AMAR/PR)** - Bem, eu entendo que a mudança do  
2875verbo de poderá para deverá muda o sentido da proposta porque se a  
2876resolução CONAMA estabelece limites máximos para lançamento e há uma  
2877exigência de que o órgão ambiental estadual deverá estabelecer outros limites,  
2878não teria sentido os limites da resolução CONAMA. Muitas vezes os limites da  
2879CONAMA e do Estado são coincidentes. Nesse caso então, não há  
2880necessidade do órgão ambiental estabelecer outro limite, pois o limite é igual,  
2881idêntico ao da resolução CONAMA. Esse verbo no condicional poderá  
2882estabelecer, caso seja necessário condições mais restritivas, desde que haja  
2883fundamentação técnica, nem sempre isso é necessário. No caso da tecnologia  
2884mais avançada, eu já fiz o comentário, entendo que fica muito vago esse  
2885entendimento. O que é tecnologia mais avançada? O termo usualmente  
2886empregado nos órgãos ambientais é esse que está aí, tecnologia  
2887ambientalmente adequada, ou seja, respeitando os critérios e condições e a  
2888capacidade de suporte do corpo receptor e economicamente viável. Não  
2889adianta exigir uma tecnologia cujo custo de implantação seja inviável para  
2890determinado empreendimento, que possa inclusive inviabilizar o próprio  
2891empreendimento. Então, não há sentido em fazer essa exigência, por isso que  
2892ela deve ser ambientalmente adequada para tratar o efluente aos níveis  
2893desejáveis para aquele lançamento naquele corpo receptor e economicamente  
2894viável, para que o gerador do efluente tenha capacidade financeira e  
2895implementar a tecnologia.

2896

2897

2898**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Bom, vamos  
2899encaminhar a votação dos dois pontos. O primeiro ponto diz respeito ao poderá  
2900versos o deverá. Aqueles que são a favor da manutenção da redação do  
2901poderá, que eu o texto original, por favor, peço que levantem seus braços.  
2902Aqueles que são a favor da substituição do termo poderá pelo termo deverá,  
2903por favor, levantem seus braços. Quatro. Os que se abstém? Então,  
2904mantemos a redação original do poderá. O segundo ponto, aqueles que são a  
2905favor de manutenção de terminologia nas bases exigir a tecnologia  
2906ambientalmente adequada economicamente viável, por favor, elevem seus  
2907braços. Aqueles que são a favor da substituição dessa expressão pela  
2908tecnologia mais avançada, por favor, levantem seus braços. Quatro. Aqueles  
2909que voto se absteve, por favor, levantem os braços. Nos dois casos nós  
2910tivemos 1 abstenções. Nós temos a votação maciça no sentido de manutenção  
2911do termo original. Vamos em frente. Dr. Volney art. 3º. Alguma observação em  
2912relação ao art. 3º? Pois não, Ana Cristina.

2913

2914

2915**A SR<sup>a</sup> ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal)** - Eu  
2916tenho uma observação de um artigo que até já foi comentado e não precisa de  
2917esclarecimento. Na verdade é do art. 23, que tem um conceito indeterminado.

122

61

123

2918 Como ali tem um conceito indeterminado, o que eu queria ressaltar, se nós  
2919 tentarmos defini-lo, ele teria que vir para cá, conceito de baixo impacto. Só  
2920 ressaltar que na discussão do 23 fica ressaltado que talvez tenhamos que  
2921 emendar aqui. Acho melhor chegar lá. É só para ressaltar que se volte ali.

2922

2923

2924 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Art. 4º. Art. 3º a  
2925 modificação de redação já tinha sido aprovada. Alguma emenda em relação ao  
2926 art. 3º? Entendo que não. Por favor.

2927

2928

2929 **O SR. FERNANDO** - Apenas um detalhe técnico onde fala em equilíbrio físico,  
2930 químico, biológico são coisas distintas e que não podem ser tratadas da  
2931 mesma maneira. O equilíbrio físico-químico é atingido naturalmente por uma  
2932 igualdade gradiente. O equilíbrio biológico não necessariamente. Acho que  
2933 tecnicamente tem que fazer esse ajuste, não igualar o equilíbrio físico, químico  
2934 e biológico. Só nesse sentido.

2935

2936

2937 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo/CONAMA)** – Alguma  
2938 proposta de redação? Pessoal, nós temos uma proposta de redação aí.  
2939 Alguma proposta de redação alternativa que está posta ou mantemos a  
2940 proposta aprovada? Bem como equilíbrio biológico? Quem é a favor da  
2941 alteração da redação nos termos propostos pelo Fernando, por favor, ergam os  
2942 braços. Dezesete. Quem é a favor da manutenção da redação original?  
2943 Quatro. Então, nós vamos introduzir o reparo que o Fernando introduziu. Art.  
2944 4º. Alguma proposta de emenda em relação ao artigo quarto 4?

2945

2946

2947 **A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
2948 **CONAMA)** – Gostaria só de fazer uma lembrança a Plenária. Quem usar o  
2949 microfone, por favor, se isso identifique porque isso facilita na estenotipia.

2950

2951

2952 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Art. 4º, sem  
2953 proposta de emenda. Art. 5º. Deseja falar?

2954

2955

2956 **O SR. RAFAEL FERREIRA FILIPPIN (AMAR – Região Sul)** - Senhor  
2957 presidente. Senhoras Conselheiras. Senhores Conselheiros. Meu nome é  
2958 Rafael filipino, da AMAR, representante da região Sul. Nós vamos encaminhar  
2959 uma proposta de emenda supressiva do texto integral do art. 5º, em vista das  
2960 seguintes circunstâncias. A redação apresentada na proposta modifica em  
2961 apenas dois momentos o texto original existente na resolução 357/2005, mais  
2962 precisamente no seu art. 25. Eu gostaria de pedir a atenção dos meus colegas  
2963 do Conselho para a seguinte circunstância: as duas diferenças entre o art. 5º  
2964 quinto e o art. 25 da proposta que hoje está em vigor, da resolução que está  
2965 em vigor são as seguintes. O primeiro inciso do parágrafo único que diz,

124

62

2966comprovação de relevante interesse público devidamente motivado, enquanto  
2967que a proposta ora em avaliação está descrito da seguinte maneira:  
2968comprovação de entidade pública ou interesse social da situação que envolve a  
2969necessidade do lançamento excepcional. Gostaria de salientar com que a  
2970adoção das expressões, utilidade pública em interesse social, não se adequam  
2971à necessidade excepcional de se lançar efluentes. Utilidade pública é para  
2972obras de interesse público e de serviço público. Interesse social é para  
2973exclusão de problemas sociais e não para regularizar eventualmente uma  
2974situação excepcional de um lançamento de efluentes acima dos padrões. Não  
2975há na legislação brasileira uma indicação clara de que isso é possível e,  
2976portanto, por resolução do CONAMA nós estaríamos inovando algo que na  
2977legislação não existe. A segunda circunstância que eu gostaria de mencionar é  
2978com relação ao inciso III. Na redação original da resolução 357 nós  
2979encontramos o seguinte, realização de estudo de impacto ambiental, às  
2980expensas do empreendedor responsável pelo lançamento, enquanto que na  
2981proposta ora submetida a este Plenário está escrito o seguinte, realização de  
2982estudo ambiental. Existe uma diferença semântica entre essas duas  
2983expressões, e não só semântica quanto também técnica porque a própria  
2984Constituição define estudo de impacto ambiental e a resolução 01 de 1986  
2985estabelece uma metodologia para esse estudo. Ou seja, é um estudo mais  
2986completo, que garante mais segurança e qualidade de vida para a sociedade,  
2987como um todo. Enquanto que qualquer estudo ambiental pode ser um relatório  
2988simplificado. Então, nessa circunstância nós estaríamos diante de um nítido  
2989retrocesso, o que a nossa Constituição, em princípio, não permite. O princípio  
2990da vedação ao retrocesso em matéria ambiental é algo que nós não  
2991poderíamos aqui, numa resolução do CONAMA, perpetrar. Então, a  
2992recomendação da nossa bancada seria no sentido de ao invés de alterar esses  
2993dois incisos, fazermos a simples supressão do art. 5º do texto dessa resolução,  
2994porque o texto que já se encontra no art. 25 da resolução 357 já contempla  
2995essa possibilidade, com uma redação jurídica muito mais adequada, de modo  
2996que seria necessário, além da supressão do art. 5º, a modificação do art. 31,  
2997apenas para que o art. 25 da resolução 357 não fosse revogado. É nesse  
2998sentido que nós encaminhamos a emenda de supressão do art. 5º da  
2999resolução ora em debate. Muito obrigado.

3000

3001

3002**A SRª ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal) -**  
3003Primeiramente, queria dizer que concordo com a proposta de supressão a  
3004princípio, porque realmente estamos criando uma norma e abrindo um espaço  
3005para a norma, mas queria ressaltar o seguinte que casos senhores achem que  
3006deve haver uma exceção como essa, é necessário, no mínimo, se exigir,  
3007talvez, uma compensação ou forma de mitigação para isso. Se houver uma  
3008calamidade pública, um Estado excepcional que justifique o não cumprimento  
3009da norma e aí o lançamento de efluentes num valor mais elevado, que esse  
3010empreendedor que perpetrou aquele malefício para o meio ambiente, vamos  
3011dizer assim, não respeitando a norma, que ele tome as medidas necessárias  
3012posteriores para recuperar o meio ambiente. Então, no mínimo deveria ter isso.  
3013Aqui não há nenhum pedido, não há compensação, não há uma tentativa de

127

3014mitigação concomitante ao lançamento do efluente e um prazo indeterminado  
3015ainda por cima. Um prazo que pode ser prorrogado indefinidamente. Então,  
3016gostaria que se pensasse realmente na possibilidade de supressão, mas senão  
3017gostaria de propor que houvesse exigência de compensação e mitigação e  
3018alimentação, quer dizer, um inciso VI aí, o órgão exigindo medidas  
3019compensatórias e mitigatórias que fossem suficiente a reparar os danos  
3020causados pelo lançamento de efluentes pelo lançamento superior ao permitido  
3021e ainda limitar esse prazo. Esse prazo não pode ser *ad eternum*, pela norma,  
3022pelo jeito que está é *ad eternum*, prorrogável por sei lá quantas vezes, ou  
3023prorrogável enquanto a situação que gerasse aquela excepcionalidade tivesse  
3024mantida, mas temos que restringir de alguma forma esse prazo no art. 5º. Peço  
3025a emenda no inciso V e um outro inciso novo.

3026

3027

3028**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Vamos primeiro  
3029ver se a questão da supressão coloca. Cristina, por favor.

3030

3031

3032**A SRª. MARIA CRISTINA YUAN (CNA)** - Boa tarde a todos. Nós, ao contrário  
3033dos colegas que nos precederam, somos favoráveis à manutenção do art. 5º,  
3034principalmente a Zuleica explicitou muito bem as razões e o que nós não  
3035podemos negar é a realidade. Na realidade ocorre a vida no mundo situações  
3036de excepcionalidade e nós não podemos negar isso. Não vai se suprimindo um  
3037artigo que isso vai para de acontecer. Então, o que se procura nesse artigo é  
3038reconhecendo a realidade, é se criar uma série de salva-guardas para que o  
3039órgão, com o poder discricionário que tem, o órgão competente ambiental com  
3040poder discricionário que tem, possa autorizar esse lançamento e que atores  
3041que ainda não tiverem oportunidade de ler em detalhe o art. 5º, realçar que os  
3042diversos incisos criam uma série de salva-guardas para esse lançamento.  
3043Então, é de vital importância que esse artigo seja mantido, porque durante, não  
3044estou falando só de atividade do setor privado, estou falando de atividade do  
3045setor público também, obras de infraestrutura, podem ocorrer eventuais  
3046lançamentos que não vão atender ao padrão de lançamento, mas isso não  
3047quer dizer que ele estará violando a qualidade do corpo receptor porque um  
3048dos incisos estabelece exatamente esta cláusula enquadramento, a não  
3049violação do corpo receptor. Então, o fato de suprimir vai criar um vácuo no  
3050processo e não se considerar essa excepcionalidade. Obrigada pela atenção.

3051

3052

3053**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Alguém deseja  
3054complementar a defesa da manutenção? Depois vamos discutir a questão da  
3055complementação. No momento apenas supressão ou manutenção. Você quer  
3056completar alguma coisa, Zuleica?

3057

3058

3059**A SRª ZULEICA NYCZ (AMAR/PR)** - Só queria também chamar atenção que  
3060nós não podemos analisar o art. 5º destacado do restante da norma. Antes do  
3061art. 5º, tem o 4º, que fala que os efluentes não poderão conferir ao corpo

128

64



3062receptor características de qualidade em desacordo com as metas  
3063progressivas intermediárias e final do seu enquadramento. Esse é o  
3064pressuposto de toda essa norma. Por que esse art. 5º deve permanecer?  
3065Porque nem sempre as coisas acontecem de uma forma tão tranquila, tão  
3066uniforme assim. Há que ter uma possibilidade do órgão ambiental criar essa  
3067questão da excepcionalidade do lançamento, se verificados todos esses itens.  
3068O inciso I foi incorporado pela Câmara Jurídica do CONAMA, pela Câmara  
3069Técnica de Assuntos Jurídicos, ele não saiu do GT. Essa redação é uma  
3070redação jurídica e não técnica. Se os termos utilidade pública e interesse social  
3071não são apropriados, aí é uma outra discussão. No caso do estudo ambiental,  
3072o que nós chamamos atenção é que na resolução 357 está estudo de impacto  
3073ambiental, esse instrumento é um instrumento estabelecido para fins de  
3074licenciamento ambiental da fonte poluidora, degradadora do meio ambiente.  
3075Por que não se aplica ao caso do lançamento excepcional de efluentes?  
3076Porque não é suficiente. Ele tem coisas que não fazem sentido na avaliação  
3077técnica de uma circunstância de lançamento excepcional, como, por exemplo,  
3078a avaliação dos aspectos e impactos sócio-econômicos e não inclui outras  
3079coisas que podem ser importantes na avaliação do lançamento excepcional,  
3080como, por exemplo, os impactos em algum organismo que faça parte daquela  
3081(...) específica daquele corpo receptor, que nem sempre está bem descrito,  
3082bem estabelecido no estudo de impacto ambiental. Por isso, o Grupo de  
3083Trabalho sugere que seja adotada a expressão "estudo ambiental", esse  
3084estudo ambiental obviamente tem que demonstrar que essa questão da  
3085excepcionalidade não vai afetar a qualidade do corpo receptor, ou seja, ele é  
3086capaz de absorver aquela carga. A questão do tempo, eu até entendo a  
3087preocupação que do jeito que está escrito pode dar margem de interpretação  
3088que essa excepcionalidade pode ser estendida *ad eternum*. Aí então nós  
3089poderíamos sugerir uma complementação para esclarecer melhor que não é  
3090para sempre. É em caráter, ou seja, ele tem que ter um tempo máximo para  
3091essa autorização.

3092

3093

3094**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Nós já tivemos  
3095duas manifestações pela supressão e dois manifestações pela manutenção.  
3096Fernando, você vai falar sobre isso? Por favor, muito rápido.

3097

3098

3099**O SR. FERNANDO (FEPAM)** - Só em cima da colocação da colega,  
3100concordando com o argumento dela quanto à manutenção do termo estudo  
3101ambiental ao invés de estudo de impacto ambiental, mas complementando,  
3102estudo ambiental avalizado pelo órgão respectivo ambiental.  
3103Por quê? Porque nós conhecemos hoje que estudo ambiental qualquer picareta  
3104faz. Então que o órgão competente avalize esse estudo ambiental.

3105

3106

3107**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Eu queria propor o seguinte, que  
3108nós fizéssemos uma pequena comissão para tentar acertar a negociação e  
3109negociar este artigo e que nós pulássemos para o art. 6º.

131

3110

3111

3112 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Primeiro vamos  
3113 votar pela manutenção e supressão.

3114

3115

3116 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - E que nós podemos daqui a  
3117 pouco com acordo da redação, os proponentes da retirada, retirarem a  
3118 proposta.

3119

3120

3121 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Eu acho tudo  
3122 isso muito suspeito, mas tudo bem (*risos*). Vocês têm alguns minutos para se  
3123 acertarem. Art. 6º. Pessoal, vamos lá, art. 6º. Alguma emenda em relação ao  
3124 art. 6º?

3125

3126

3127 **A SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - Antes de uma emenda, eu  
3128 só me espanto com a redação do parágrafo quarto do art. 6º. O disposto no  
3129 parágrafo terceiro, o terceiro diz, o empreendedor no processo de  
3130 licenciamento informará ao órgão ambiental as substâncias que poderão estar  
3131 contidas no seu efluente, conforme aquelas listadas. O disposto no artigo  
3132 anterior não se aplica aos casos em que o empreendedor comprove o  
3133 desconhecimento da existência de uma ou mais substâncias nos efluentes  
3134 gerados dos empreendimentos ou atividades. Eu pergunto: como é que se faz  
3135 essa prova? A prova de que ele não sabia? Eu proponho que se exclua esse  
3136 parágrafo quarto.

3137

3138

3139 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Alguém quer  
3140 encaminhar pela manutenção? Zuleica.

3141

3142

3143 **A SRª. ZULEICA NYCZ (AMAR/PR)** - Olha, eu acredito que é importante  
3144 manter esse parágrafo. Há uma proposta do Ministério do Meio Ambiente, da  
3145 ANA, do Ministério da Saúde, IBAMA de mudar um pouco a redação para  
3146 melhorar, que está ali na tela, o disposto no parágrafo terceiro não se aplica  
3147 aos casos que o empreendedor comprove que não dispunha de condições de  
3148 saber da existência de uma ou mais substâncias dos efluentes gerados pelos  
3149 empreendimentos ou atividades. Isso é possível de acontecer sim. Por  
3150 exemplo, os colegas me ajudem, já vivenciei um caso onde o empreendedor  
3151 comprou uma matéria prima importada que entrou no seu processo, foi  
3152 processada e gerou uma substância no efluente. Ele não tinha condições de  
3153 saber antecipadamente que essa substância seria gerada, porque a  
3154 característica da matéria prima importada estava diferente daquela usualmente  
3155 empregada. Então, é possível fazer essa comprovação sim. Às vezes é  
3156 complexo, mais é possível de termos essa situação na prática. Isso é uma  
3157 salva-guarda para que, por exemplo, adoção de novas tecnologias,

133

3158combinação de compostos no próprio efluente, acho que é melhor manter essa  
3159prerrogativa.

3160

3161

3162**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Só um  
3163parênteses. Parece-me que a situação que foi feita não é em relação à  
3164situação, mas à comprovação do desconhecimento. Se há possibilidade. Nós  
3165mudamos, mas permanece a discussão se teria condições de demonstrar que  
3166não tinha condições. Bom, em relação, você quer complementar esse  
3167parágrafo quarto?

3168

3169

3170**A SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – Só uma questão colocada.  
3171Ela diz assim se forem novas tecnologias não tem como saber. Então, ninguém  
3172testa antes? Implementa uma máquina nova e põe? Eu acho que tem que estar  
3173tudo previsto antes e testado.

3174

3175

3176**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Vamos lá. Nós  
3177temos dois pontos colocados. É uma discussão. Não há como resolver esse  
3178problema de forma pacífica. Vou encaminhar pela votação da manutenção ou  
3179da supressão. Peço que os que defendem a manutenção, por favor, levantem  
3180seus braços. Os que são contrários, pela supressão, por favor, se manifestem.  
3181Mais ou menos 3 para um. Vamos manter. O art. 8º, manter a redação nova.  
3182Perdão. O art. 7º. Alguma emenda?

3183

3184

3185**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
3186**DCONAMA)** – Está mantida. A redação já esta modificada. A alteração da  
3187redação já tinha sido aprovada. Agora foi aprovada a manutenção desse artigo.  
3188Em contra posição da supressão desse parágrafo que era a proposta do  
3189Ministério Público Federal, que foi rejeitada. Então, não sei como é que ficou  
3190ali, está certo? Ok.

3191

3192

3193**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Pessoal, art. 7º.  
3194Entendo que não há nenhuma proposta de emenda, é isso? Art. 8º, alguma  
3195emenda? Art. 9º, alguma emenda? Art. 10º, alguma emenda? Art. 11º, alguma  
3196emenda? Art. 12º, alguma emenda? Art. 13º, alguma emenda? Art. 14º, alguma  
3197emenda? Art. 15º. Nós já há uma proposta de revisão da redação, alguma  
3198emenda? Essa nova redação não havia sido ainda votada. Nós encaminhamos  
3199pela avaliação, se podemos aprovar essa nova redação do art. 15º. Os que  
3200forem a favor, por favor, se manifestem. Os que forem contrários, por favor, se  
3201manifestem. Abstenções? Aprovado. Bom, chegamos onde estávamos antes  
3202do problema de encaminhamento, vamos agora passo a passo. Vamos para o  
3203art. 16.

3204

3205

3206 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE Nordeste)** – A questão aqui no  
3207 art. 16º seria mais na tabela do parágrafo segundo, que surgiu uma situação  
3208 nova no Brasil a partir do dia 8 de fevereiro, que no Estado da Bahia foi  
3209 descoberta uma jazida de tálio e tálio não se encontra na tabela e essa jazida,  
3210 qual é a preocupação? Ela está a menos de 200 metros do Rio Grande, que é  
3211 o maior afluente do lado esquerdo do rio São Francisco, está sobre o Aquífero  
3212 do Urucuia, o segundo maior aquífero do Brasil que compõe 4 estados. Então,  
3213 a sugestão nossa seria para se incluir tálio. Como não há tempo de se fazer  
3214 estudo, não pode pedir vista para fazer um estudo qual seria o valor máximo na  
3215 352, no art. 18, parágrafo 2º da 352 que trata de águas salinas, traz o tálio  
3216 somente para águas salinas. Para águas doces também não se fala em tálio, e  
3217 traz o valor máximo de 0,1 micro grama por litro. Então, sabemos que não há  
3218 correlação de água doce com água salgada. O problema é nós não temos  
3219 tempo agora para se fazer esse estudo. Só que assim, é muito perigoso porque  
3220 o tálio já foi abolido, o uso do tálio como veneno para matar rato na década de  
3221 70, devido a inúmeros acidentes que houve de tálio por todo o mundo. O tálio  
3222 foi considerado, na década de 70, o veneno dos venenos. Então, imagina só,  
3223 hoje só existem outras duas jazidas no mundo, uma no Cazaquistão outra na  
3224 China. Agora descobriu uma no Brasil que a capacidade pode abranger o uso  
3225 no mundo inteiro de tálio. Para quem não conhece o tálio, ele é usado em  
3226 componentes eletrônicos de alta definição, é usado para exame de ressonância  
3227 magnética em equipamentos. Então, ele tem um grande poder poluidor. Acho  
3228 que seria muito importante constar dessa tabela o tálio, mesmo que o valor  
3229 depois seja revisto, mais para frente, em alguma outra resolução para mudar  
3230 esse valor, mas que não poderia passar essa resolução sem que o tálio conste  
3231 dela. Obrigado.

3232

3233

3234 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Essa sugestão  
3235 diz respeito ao parágrafo segundo do art. 16. Ainda em relação ao 16, alguém  
3236 tem mais alguma emenda? Nós temos uma proposta de nova redação para o  
3237 art. 1º, que deve estar na tela. Parágrafo primeiro do art. 16, essa nova  
3238 proposta de redação. Zuleica, gostaria que você encaminhasse a proposta de  
3239 redação antes de nós verificássemos se há algum problema na sua aprovação.  
3240 Só o art. 1º.

3241

3242

3243 **A SRª. ZULEICA NYCZ (AMAR/PR)** - Com relação à definição de demanda  
3244 bioquímica de oxigênio. A proposta é melhorar um pouco a redação  
3245 especificando melhor o que está entre parênteses, 5 dias a 20 graus  
3246 centígrados, retirar a expressão carga orgânica, que seria remoção mínima de  
3247 60% de DPO, sendo que esse limite só poderá ser reduzido no caso de  
3248 existência de estudo de alta depuração do corpo hídrico que comprove  
3249 atendimento as metas do enquadramento do corpo receptor. Não temos nada a  
3250 acrescentar, ou seja, o padrão é 60. Se não for o 60% de remoção, se for  
3251 menos do que isso, deverá ser feito **um estudo de auto-depuração** que  
3252 comprove o atendimento aos padrões de qualidade.

3253

137

3254

3255 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** - Alguém tem  
3256 alguma objeção, alguma emenda contrária a esse artigo, esse parágrafo,  
3257 perdão? Todos que estão de acordo com essa alteração, por favor, ergam seus  
3258 braços. Contrários? Abstenções? Então, nós estamos encaminhando já agora  
3259 para o art. 2º, a fala do Daniel, parágrafo segundo. Perdão. Zuleica.

3260

3261

3262 **A SRª. ZULEICA NYCZ (AMAR/PR)** - Essa questão é uma questão relevante,  
3263 importante, poderá acontecer com outros elementos que também não estão  
3264 listados na tabela 1 da resolução. O que nós entendemos é que a própria  
3265 resolução já dá margem ao órgão ambiental, no art. 6º, de estabelecer, no  
3266 processo de licenciamento ambiental do empreendimento, o estabelecimento  
3267 de padrões não previstos aqui, inclusive para substâncias não listadas no art.  
3268 16. Então, nesse caso específico do tálio, como foi levantado, seria impossível  
3269 nessa reunião nós tirarmos um número mágico da cartola para colocar naquela  
3270 tabela ali. Todos os valores que constam na tabela são subsidiados por  
3271 estudos técnico-científicos, inclusive os novos parâmetros de compostos  
3272 orgânicos que foram acrescentados. Como o estudo para o tálio que foi citado  
3273 ainda está em andamento, a minha sugestão é que seja discutido com o órgão  
3274 ambiental do Estado onde esse empreendimento está situado, para que no  
3275 processo de licenciamento possa ser identificado ou definido o padrão de  
3276 lançamento para tálio, que inclusive posteriormente poderá ser agregado à  
3277 resolução CONAMA, a partir da apresentação de um pedido, pelo próprio órgão  
3278 ambiental, até mesmo pelo empreendedor.

3279

3280

3281 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** - Bom, vamos  
3282 encaminhar os fios de manutenção dos elementos atuais ou a emenda no  
3283 sentido de introduzir o tálio. Os que são a favor da manutenção dos elementos  
3284 atuais, sem a introdução de novos elementos, por favor, levantem os braços.  
3285 Os que defendem a introdução do tálio já nessa modificação, por favor,  
3286 levantem o braço. Os que se abstêm? Nós vamos manter a composição, mas  
3287 entendemos que a sugestão da Zuleica deve ser considerada seriamente no  
3288 sentido que seja detalhado posteriormente não só em relação ao tálio, mas os  
3289 demais elementos que não estão contemplados. É de todo interesse nosso que  
3290 isso vá sendo modificado e incorporando elementos à medida que nós  
3291 tenhamos estudos que fundamentem a sua inclusão. Parágrafo terceiro do art.  
3292 16, alguma emenda? Parágrafo quarto? Parágrafo quinto. Nós temos uma  
3293 proposta de alteração que está na tela, uma nova redação. Tem uma proposta  
3294 do Ministério da Saúde e uma outra proposta apresentada pelo Ministério do  
3295 Meio Ambiente, FEAM, pela ANA e também pela Saúde. Encaminhe, por favor.

3296

3297

3298 **O SR. NÃO IDENTIFICADO (MS)** - São duas propostas distintas. Uma é o  
3299 parágrafo quinto e o outro o novo artigo. O parágrafo quinto, eu queria fazer  
3300 uma pequena alteração no texto, que foi discutido agora com a ANVISA,  
3301 poderão ser lançados indiretamente após tratamento específico, e pára por ali.

139

3302 Bom, os efluentes oriundos dos serviços de saúde estarão sujeitos as  
3303 exigências estabelecidas na sessão 3, dessa resolução e...

3304

3305

3306 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** - Vocês fazem  
3307 uma assembleia aí, pensa na redação, pensa o artigo novo que vocês se  
3308 entendam, depois tragam de novo. Nós continuamos e vocês ficam com o  
3309 segundo ou pendurado nessa história. Voltamos daqui a pouco. O artigo novo é  
3310 o mesmo assunto ou é outro.

3311

3312

3313 **O SR. NÃO IDENTIFICADO (MS)** - O artigo novo é outro assunto. Então, é um  
3314 artigo novo com relação à nossa preocupação com a captação para  
3315 abastecimento público, é um dos usos previstos na legislação de recursos  
3316 hídricos e daí nós propomos que o órgão ambiental competente poderá definir  
3317 padrões específicos para o parâmetro fósforo no caso de lançamento de  
3318 efluentes em corpos receptores com registro histórico de floração de  
3319 (siena...) bactérias, em trechos onde ocorra a captação para abastecimento  
3320 público. Isso é importante para a gestão dos recursos hídricos porque nós  
3321 identificamos na saúde que diversos municípios onde há captação de água há  
3322 ocorrência de floração, principalmente no semi-árido do Nordeste, mas tem no  
3323 Rio Grande do Sul, tem em São Paulo, tem em praticamente todas as regiões  
3324 brasileiras há histórico de floração e isso representa um risco grande para o  
3325 abastecimento público. Então, a única colocação é que a norma retirou o  
3326 parâmetro fósforo e para gestão dos nutrientes no ambiente, é importante que  
3327 tenhamos identificados tanto as cargas de compostos nitrogenados como as  
3328 cargas de compostos de fósforo. Com relação a isso é importante que  
3329 levantemos essa questão, tragamos essa excepcionalidade, que em muitos  
3330 lugares não é mais uma excepcionalidade, para que consigamos fazer uma  
3331 recuperação desse ambiente, a exemplo do que ocorreu aqui em Brasília.  
3332 Brasília é um dos poucos exemplos no Brasil onde as emissões, através de  
3333 nutrientes, através dos sistemas de tratamento de esgoto, foi resolvido através  
3334 de uma melhora significativa no tratamento dos efluentes e com isso o lago  
3335 Paranoá hoje tem balneabilidade em grande parte de sua área.

3336

3337

3338 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo/CONAMA)** - Em relação  
3339 a essa proposta do artigo novo, alguém gostaria de encaminhar  
3340 contrariamente?

3341

3342

3343 **A SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF) (Ministério Público Federal)**  
3344 – Não gostaria de encaminhar contrariamente, mas sim só fazer uma correção  
3345 no texto, porque colocando o verbo poderá, isso já cai na norma geral. O órgão  
3346 ambiental sempre pode. Então, é preciso colocar que ele definirá. Nesse caso  
3347 que está bem específico, bem delimitado, ele definirá. É preciso fazer.

3348

3349

3350 **SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria de Portos)** – Exatamente. Eu  
3351 acho que tem que ser deverá, ao invés de poderá, eu sugiro tirar a última parte,  
3352 depois onde ocorra captação de água, porque no caso do Nordeste, onde essa  
3353 situação é mais grave, existem, as únicas fontes perenes são exatamente os  
3354 açudes e essa água é captada por carro-pipa para abastecer população rural e  
3355 encher cisterna. Acho que o risco é muito maior. Acho que não pode ter, onde  
3356 tem cyanobactéria, independente de ter ou não um sistema de captação, teria  
3357 que ter.

3358

3359

3360 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo/CONAMA)** - Daniel, as  
3361 duas propostas vão no sentido de aprimorar o parágrafo. É de suprimir o final  
3362 para ficar mais abrangente e de colocar deverá. Você está encampando as  
3363 duas sugestões?

3364

3365

3366 **SR. ÉRICK FICHER (Ministério da Saúde)** – Não. A retirada só em trecho,  
3367 tem que ter a captação de abastecimento público, é a situação que justifica  
3368 realmente. É um uso nobre e que esse uso seria importante. A justificativa é de  
3369 entrar com esse parâmetro é exatamente nessas situações emergenciais.

3370

3371

3372 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo/CONAMA)** - Ele colocou  
3373 outras situações que não estão contemplados, elas ficariam de fora?

3374

3375

3376 **SR. ÉRICK FICHER (Ministério da Saúde)** – O órgão ambiental pode fazer  
3377 isso, a única coisa que é importante é que quando há risco para saúde, através  
3378 de cyanobactérias, exigimos que o órgão ambiental faça isso. É a única  
3379 colocação. O órgão pode ou não pode fazer. Nessas situações, ele deve fazer  
3380 realmente isso.

3381

3382

3383 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-executivo/CONAMA)** – Então,  
3384 você está incorporando a sugestão da Ana Cristina, deverá definir.

3385

3386

3387 **A SR<sup>a</sup>. ELLEN MATHA PRITSCH (ABES)** - Eu queria só aproveitar para fazer  
3388 alguns esclarecimentos. Primeiro eu acho extremamente importante a  
3389 preocupação da saúde com relação a cyanobactérias, mas isto não deve ser  
3390 pensado exclusivamente aqui, tem que ser pensado resolução, na mudança  
3391 que está sendo feita, na portaria 518 que já está contemplando esse aspecto.  
3392 Quando nós estivermos pensando em saúde pública, é lá que temos que nos  
3393 preocupar com esse assunto. Aqui estamos num Fórum, pensando em meio  
3394 ambiente e aqui a situação, não adianta lincar com a questão da saúde, porque  
3395 o problema de fósforo é da Agricultura e até o exemplo dado com relação ao  
3396 controle do lago Paranoá não foi de fósforo, foi de nitrogênio. Nós temos que  
3397 pensar o seguinte o grande problema de fósforo neste País é a agricultura. O

143

3398problema de cyanobactérias é real neste País, principalmente no Nordeste,  
3399onde temos a questão de insolação. Não é desta forma que vamos cuidar do  
3400meio ambiente. Saúde pública na portaria 518, cyanobactérias é uma  
3401preocupação. Agora, colocar o controle de fósforo lincando a um problema de  
3402saúde numa resolução onde nós estamos cuidando do meio ambiente e a  
3403agricultura não está aqui dentro, que é a grande geradora de fósforo, parece-  
3404me que não tem sentido. Não vejo sentido em ter essa proposta nesse  
3405ambiente aqui.

3406

3407

3408**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (AMAR/PR)** - A 518 é uma portaria de água potável.  
3409Nós estamos tratando aqui de meio ambiente que tem toda relação com saúde  
3410pública. Não dá para separar saúde pública de meio ambiente. Eu sou contra  
3411essa visão. Impossível e a 518 não tem nada a ver com efluente, tem a ver  
3412com água potável.

3413

3414

3415**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Vamos focar no  
3416parágrafo proposto. Zuleica, por favor.

3417

3418

3419**A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA TORKETTI (Diretora de Qualidade e Gestão Ambiental**  
3420**FEAM/MG)** – Vou me manifestar como técnica do órgão ambiental de Minas  
3421Gerais. Eu entendo que colocar isso como uma imposição, o órgão ambiental  
3422deverá estabelecer padrões específicos pode trazer uma grande dificuldade.  
3423Nós não podemos esquecer que o fósforo é um elemento natural, pode fazer  
3424parte do background da região. Em alguns casos pode ser impossível  
3425estabelecer um padrão de lançamento de fósforo porque o fósforo está  
3426presente no meio ambiente. Então, eu acho que deve ser mantido o verbo  
3427poderá em situações específicas. Quais são? No caso de floração de registros  
3428históricos de cyanobactérias e em trechos onde haja captação para  
3429abastecimento público. Isso limita um pouco a exigência de padrões tão  
3430específicos para esse elemento, que é tão complexo, porque ele está no meio  
3431ambiente, ele vem de contribuições difusas como agricultura, que tem uma  
3432prática cujo controle é muito difícil. Então, por isso eu acredito que a imposição  
3433de que o órgão ambiental deverá estabelecer pode trazer várias dificuldades  
3434para estabelecimento dessas normas.

3435

3436

3437**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Gente, vocês  
3438vão agregar elementos novos à discussão? Você vai agregar elementos  
3439novos? Pois não, por favor.

3440

3441

3442**O SR. ÉRICK FICHER (Ministério da Saúde)** – Eu só queria seguir a  
3443orientação da Zuleica pelo Ministério da Saúde, mantendo o texto em poderá.

3444

3445

144

72



145

3446**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Por favor,  
3447elementos novos. Senão vamos em frente.

3448

3449

3450**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** - Só para me  
3451contrapor ao que a Zuleica de Minas Gerais falou, porque nós estamos falando  
3452em caso específico de fósforo nas áreas onde registro de afloração de  
3453cyanobactérias. É um caso muito específico de saúde pública que não está  
3454exatamente incluído, qualquer fósforo que aconteça em qualquer condição.  
3455Vemos isso como uma defesa muito forte de toda a sociedade, uma diminuição  
3456de gastos em saúde pública para toda sociedade que paga isso muito caro. É  
3457uma decisão que temos que pensar e realmente estar ponderando com  
3458clareza.

3459

3460

3461**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
3462**DCONAMA)** – Só uma observação. Eu peço que as pessoas se identifiquem  
3463no microfone porque isso facilita o serviço de estenotipia.

3464

3465

3466**O SR. YURI (Ministério das Cidades)** - Queria falar um pouco sobre o  
3467processo, sob o ponto de vista um pouco mais institucional. O que acontece?  
3468Quando estamos falando de uma obrigação do órgão ambiental de estar  
3469fazendo uma análise específica sobre esse parâmetro fósforo, nós estamos  
3470colocando um elemento novo no processo de viabilização dos  
3471empreendimentos que hoje estamos a todo vapor em termos de apoio com  
3472recursos federais. O Ministério das Cidades recorrentemente tachado que as  
3473obras de saneamento do PAC, por exemplo, não andam ou estão com nível de  
3474execução muito baixa e todo mundo se esquece de analisar qual é o contexto  
3475dessa velocidade. Hoje o Ministério das Cidades é um dos que mais exige  
3476qualidade de projetos e talvez por isso seja o motivo da velocidade reduzida  
3477nesse início de processo de contratação de obras, porque sempre exigimos  
3478uma melhor adequabilidade dos projetos. A partir do momento que pomos  
3479como uma exigência do órgão ambiental que ele deverá, seguramente esse  
3480deverá vai exigir um debruçar do técnico que está analisando esse projeto  
3481mais, com um olhar mais atento, porque no limite ele vai querer aprovar pela  
3482situação mais restritiva e aprovar pela situação mais restritiva significa eu exigir  
3483um tratamento terciário, tratamento de remoção. Imaginam hoje o impacto que  
3484isso tem em relação ao processo de contratação do PAC, onde estamos  
3485investindo 45 bilhões em saneamento. Todos os projetos já foram  
3486selecionados, os projetos já foram selecionados e previamente aprovados.  
3487Uma exigência dessa monta que está se propondo agora com o deverá,  
3488significa a possibilidade muito séria de eu ter que alterar projetos e exigir um  
3489nível de qualificação de projetos que às vezes está acima da capacidade  
3490técnica dos próprios prestadores de serviço, porque um nível terciário de  
3491remoção de fósforo e de nitrogênio exige uma qualificação técnica muito  
3492superior do que a existente hoje. Então, nossa análise do Ministério é que  
3493manter o poder.

146

73

147

3494

3495

3496 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Nós vamos  
3497 encaminhar para a votação. Primeiro concordamos ou não com a introdução do  
3498 novo parágrafo. Depois, o poderá e deverá e depois aquela última frase  
3499 relacionada à questão do onde. Então, primeiro, nós vamos concordar com a  
3500 introdução do novo parágrafo. Os que estiverem de acordo, por favor, elevem  
3501 seus braços. Os que são contrários à introdução do novo parágrafo. A relação  
3502 foi de 2 por 1. Abstenções? Cinco. Por favor, introduzido o novo parágrafo,  
3503 desculpe, novo artigo, muito obrigado. Introduzindo o novo artigo, a palavra  
3504 poderá ou deverá. Os que são a favor da manutenção do termo poderá, por  
3505 favor, elevem os braços. Os que são a favor do termo deverá? Mesma  
3506 proporção, 2 por 1. Aprovado o poderá. Abstenções? Uma. É bom que sempre  
3507 tem alguém que se abstém em cada votação, 2. Bom, em relação ao último  
3508 ponto do artigo, a proposta da Secretaria de Portos é suprimir "em trechos  
3509 onde ocorra captação para abastecimento público". A proposta do artigo é que  
3510 seja mantida essa redação. Os que são a favor da supressão desse trecho, por  
3511 favor, levantem os braços. Nove. Os que são contrários à supressão. Os que  
3512 são a favor da abstenção? *(Risos!)* Contrários à abstenção. *(Risos!)*. Aprovado  
3513 o artigo novo, com a última frase e com a terminologia baseada no poderá. Art.  
3514 17, alguma emenda em relação ao art. 17? Alguma proposta de emenda em  
3515 relação ao art. 17? Art. 18, alguma proposta de emenda em relação ao art. 18?  
3516 Art. 19, alguma proposta de emenda em relação ao...

3517

3518

3519 **SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – 18. Desculpa, só tinha feito  
3520 um questionamento ao Volney se isso era referentemente aos  
3521 empreendimentos específicos ou à tipologia e me disse ele que é tipologia. Se  
3522 é tipologia, eu não entendo porque isso precisa ser uma norma local. Saber  
3523 que há tipologias de empreendimentos que são poluentes suficiente para  
3524 precisar de um estudo de ecotoxicidade, isso pode ser uma norma nacional, ou  
3525 poderia se ter alguma lista mínima nacional podendo os órgãos locais  
3526 acrescentar mais questões específicas do local, mas porque por exemplo, um  
3527 Estado exigiria que se fizesse, nesse Estado a indústria carvoeira eira tem que  
3528 fazer o estudo de ecotoxicidade sei lá o que, mas no Estado vizinho não  
3529 precisa. Eu não entendo muito a lógica disso. Gostaria de um esclarecimento.

3530

3531

3532 **SR<sup>a</sup>. ZULEIKA TORKETTI (Diretora de Qualidade e Gestão Ambiental**  
3533 **FEAM/MG)** – Para efeito de registro, Zuleika Torketi, da FEAM Minas Gerais.  
3534 Eu considero que não há como estabelecer uma lista de empreendimentos ou  
3535 tipologias passíveis dos ensaios de ecotoxicidade, porque dentro de uma  
3536 mesma tipologia podem haver empreendimentos onde não se justifica solicitar  
3537 os ensaios de ecotoxicidade, considerando as características do corpo  
3538 receptor. Acho que ficaria muito exigente listar tipologias industriais ou da  
3539 mineração que pudessem ser passíveis desses ensaios numa norma federal.  
3540 Acho que depende sempre do corpo receptor do efluente, das características  
3541 desse corpo.

148

74

149

3542

3543

3544O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA) – Algum  
3545comentário adicional em relação ao 18º após o esclarecimento? Pessoal,  
3546vamos deixar o púlpito com o trânsito desobstruído constringendo a  
3547participação.

3548

3549

3550O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde) - A Zuleica colocou  
3551que seria considerando as características do corpo receptor, só que aqui a  
3552proposta, as características dos efluentes gerados. Então, a proposta é colocar  
3553as características do corpo receptor ou dos dois.

3554

3555

3556O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA) – Acrescentaria  
3557dos efluentes gerados e do corpo receptor?

3558

3559

3560A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do  
3561DICONAMA) – Seria uma proposta de redação alternativa, é isso  
3562acrescentando?

3563

3564

3565O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA) – Corpo receptor.  
3566Bom, dada a nova redação, o que são a favor da manutenção desse artigo com  
3567a nova redação, por favor, se manifestem. Os que são contrários à manutenção  
3568desse artigo, por favor, se manifestem. Os que se abstém? Vamos em frente.  
3569O art. 19. Está aprovada com a incorporação do corpo receptor. Não sei se é  
3570bem isso. Está bom, é singular. Art. 19, nós temos alguma proposta de emenda  
3571em relação ao art. 19? Nós temos alguma proposta de emenda em relação ao  
3572art. 20? Nós temos alguma proposta de emenda em relação ao art. 21?  
3573Perdão. Temos a proposta de complementação de redação do inciso quarto.  
3574Os que são a favor da manutenção dessa proposta de acréscimo de redação,  
3575por favor, ergam seus crachás. Os que são contrários, por favor, se  
3576manifestem. Abstenção? Vamos em frente, aprovada a proposta de  
3577complementação de redação do inciso quarto. O art. 21, alguma proposta de  
3578emenda em relação ao art. 21?

3579

3580

3581O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORREA (Governo do Estado de Santa  
3582Catarina) - O artigo 21 faz relação direta do lançamento dos efluentes de  
3583esgoto sanitário através de emissários submarinos. O conceito que foi adotado  
3584aqui na norma por emissário submarino ele remete, esse lançamento vai se dar  
3585em águas salinas, porque é na faixa de linha de bases retas e o mar territorial.  
3586O que se observou também aqui na proposta encaminhada é que quando do  
3587lançamento através de emissários submarinos nós teremos somente um  
3588tratamento primário nesses afluentes de esgoto sanitários e a nossa proposta  
3589aqui é que seja incluído um item adicional que é relacionado à questão dos

151

3590coliformes fecais e totais que nos garantam a balneabilidade nessa faixa do  
3591litoral. Somente isso e através daí nós teríamos um tratamento primário e a  
3592desinfecção. Seria a introdução do inciso VI, não sei se de coliformes totais e  
3593fecais ausentes? Faz uma desinfecção. É zero sim.

3594

3595

3596**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Queria só fazer uma sugestão.  
3597No fundo até é uma questão de ordem. Naquela proposta que a saúde fez, está  
3598tratando dessa questão de desinfecção que é no parágrafo, aquele que trata da  
3599remoção de 99,9%, acho que o parágrafo quinto, único que ficou pendente da  
3600saúde, aquele que ficou para discutir depois. Então, eu queria só que voltasse  
3601para mostrar, porque ficou se melhorar a redação. Se contempla a  
3602preocupação que o nosso colega aqui da Fátima está fazendo, porque daí com  
3603isso transportamos essa discussão para dentro daquela.

3604

3605

3606**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Já há  
3607consenso?

3608

3609

3610**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não há ainda porque não  
3611consequimos, mas a ideia é que se faça a discussão deste ponto naquela.

3612

3613

3614**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Vai ficar  
3615pendurada aguardando aquele ponto. Ainda em relação ao art. 21, o rapaz com  
3616aquela camisa cor de rosa. Então, a sua sugestão, nós vamos deixar aqui  
3617pendente da redação do artigo...

3618

3619

3620**O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORREA (Governo do Estado de Santa  
3621Catarina)** - Mas se me permite eu gostaria que ela fosse votada aqui nesse  
3622item porque aqui nós estamos tratando especificamente de emissário,  
3623lançamento de esgoto sanitário emissário, não é de esgoto sanitário lançado no  
3624Rio.

3625

3626

3627**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Eu vou pedir  
3628uma gentileza então. Que o senhor elabora a redação, daqui a pouco voltamos  
3629para introduzir a redação.

3630

3631

3632**O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORREA (Governo do Estado de Santa  
3633Catarina)** - Especificamente um item ali, já está colocado.

3634

3635

3636**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Eu entendi. Só  
3637estou dizendo que precisa ter um texto.

152

76

153

3638

3639

3640 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORREA (Governo do Estado de Santa**  
3641 **Catarina)** - É só um item adicional.

3642

3643

3644 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Estão me  
3645 enganando aqui. Eu estou sendo vendido. Bom, a introdução do inciso VI. Pois  
3646 não. O senhor quer encaminhar?

3647

3648

3649 **O SR. ROBERTO MONTEIRO (Secretaria de Recursos Hídricos)** - A própria  
3650 resolução 274, que trata da balneabilidade tem uma permissibilidade de até mil  
3651 coliformes térmicos tolerantes por 100 ml. Isso no corpo receptor tolerando a  
3652 balneabilidade como água própria para o banho. Então, é totalmente  
3653 improcedente querer se exigir, num sistema de emissários onde há um  
3654 tratamento primário que os coliformes estejam ausentes. Ele provavelmente  
3655 com tratamento primário vai sair com 20, 30, 40 mil células por 100 ml e não  
3656 tem cabimento e nem sentido totalmente ausentes. A própria resolução de  
3657 balneabilidade já tem essa flexibilização.

3658

3659

3660 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** –  
3661 Encaminhamento em sentido contrário ao que foi colocado. Vamos encaminhar  
3662 para votação.

3663

3664

3665 **O SR. LUIZ ANTONIO GARCIA CORREA (Governo do Estado de Santa**  
3666 **Catarina)** - Posso fazer um contraponto se não for ausente então que se  
3667 coloquem os mil. É que vai ficar no 99,99.

3668

3669

3670 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Então faça o  
3671 seguinte. Eu foi suspender isso aqui e vocês conversam, eu vou andar e depois  
3672 vocês votam ou não. Vocês verificam se há possibilidade de entendimento em  
3673 relação ao parâmetro, senão encaminhamos para votação. Peço que os dois  
3674 conversem, Roberto e Luís Antônio, para ver possibilidade de introdução de um  
3675 inciso que possa contemplar, senão houver, encaminhamos para votação.

3676

3677

3678 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
3679 **DCONAMA)** – Eu vou fazer mais um pedido que é de identificação ao  
3680 microfone, toda vez que for falar para efeito de estenotipia não tem jeito, tem  
3681 que se identificar.

3682

3683

3684 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – O art. 22.

3685

155

3686

3687 **O SR. RAFAEL FERREIRA FILIPPIN (AMAR – Região Sul)** – Nós  
3688 gostaríamos de encaminhar uma emenda de supressão de parte do art. 22 em  
3689 vista da necessidade de se manter uma coerência com o que acabou de ser  
3690 deliberado no art. 18. Se no art. 18, Zuleica, por favor, ajude-me. Você acabou  
3691 de falar que não seria adequado discriminar quais as atividades, talvez não  
3692 fosse o caso também de manter a expressão "no caso de interferências de  
3693 efluentes de origem industrial". Supriríamos a partir ecotoxicidade no *caput* do  
3694 artigo e manteríamos a coerência com o art. 18. Desse modo fazemos com que  
3695 a lógica instituída no art. 18 se replique no art. 22 e o órgão ambiental  
3696 continuará determinando quem tem que fazer os exames de ecotoxicidade. Por  
3697 isso a AMAR encaminha pela supressão da expressão no caso de  
3698 interferências de influentes de origem industrial a critério do órgão ambiental  
3699 competente. É isso senhor presidente. Muito obrigado.

3700

3701

3702 **A SRª. ZULEIKA TORKETTI (Diretora de Qualidade e Gestão Ambiental**  
3703 **FEAM/MG)** – Essa questão foi discutida no Grupo de Trabalho. A preocupação  
3704 em se explicitar aqui a exigência dos ensaios ecotoxicológicos para efluentes  
3705 de sistemas de esgoto sanitário é porque o grupo entendeu que se não  
3706 colocássemos ficaria uma dúvida. É preciso fazer sempre o teste de  
3707 ecotoxicidade nesses efluentes ou não? Então, diante dessa dúvida para que a  
3708 norma pudesse estabelecer uma diretriz, foi descrito o art. 22, ou seja, eles só  
3709 seriam passíveis de teste de ecotoxicidade se a ETE receber efluentes  
3710 industriais, porque aí há uma probabilidade maior da presença de substâncias  
3711 que têm efeitos ecotoxicológicos, porque senão alguém poderia interpretar que  
3712 para todo e qualquer sistema de esgoto sanitário que a princípio não apresenta  
3713 características ecotoxicológicas seriam passíveis de ensaios de ecotoxicidade.  
3714 Então, esse artigo é uma precaução para melhor entendimento da norma.

3715

3716

3717 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Faz sentido ou  
3718 você deseja que encaminhe para a votação?

3719

3720

3721 **O SR. RAFAEL FERREIRA FILIPPIN (AMAR – Região Sul)** – Eu gostaria de  
3722 encaminhar para a votação por um único motivo, é que em verdade, como a  
3723 própria ministra nos lembrou agora, mais de 80% das pessoas do Brasil, dos  
3724 cidadãos brasileiros vivem nas cidades e as cidades têm postos de gasolina,  
3725 salões de beleza, clínicas dentárias, calvanoplastia, ou seja, nós temos várias  
3726 atividades cujos efluentes chegam à rede de tratamento esgotos sanitários  
3727 domésticos e que na verdade tem uma profunda toxicidade. Então, nessas  
3728 circunstâncias nós estamos ponderando o seguinte, que retirada essa  
3729 expressão, nós poderíamos ampliar a possibilidade do órgão ambiental achar a  
3730 necessidade ou não de se fazer essa exigência, mesmo porque isso não tem a  
3731 ver só com o art. 18, mas também com o parágrafo primeiro.

3732

3733

157

3734**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Nós vamos  
3735encaminhar a votação, a proposta de retirar do *caput* do art. 22 a expressão  
3736“no caso interferência de origem industrial a critério do órgão ambiental  
3737competente”. Os que estão a favor, os que...

3738

3739

3740**A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA TORKETTI (Diretora de Qualidade e Gestão Ambiental**  
3741**FEAM/MG)** – Eu entendo a preocupação do colega que acabou de se  
3742manifestar aqui. Eu gostaria de fazer uma proposta alternativa. Ao invés de  
3743colocarmos a expressão no caso da interferência de efluentes de origem  
3744industrial, no caso da interferência de efluentes com características  
3745ecotoxicológicas ou com potencial de ecotoxicidade. Alguma coisa nesse  
3746sentido, ou seja, apesar de que a qualquer momento o órgão ambiental poderá  
3747exigir esses ensaios, mas eu entendo que é pertinente a sua preocupação. Isso  
3748pode limitar um pouco a aplicação dos ensaios de ecotoxicidade. Então, para  
3749não especificar só efluentes industriais, mas sim efluentes com características  
3750ecotoxicológicas.

3751

3752

3753**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – A nova redação  
3754atenderia sua preocupação?

3755

3756

3757**A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA TORKETTI (Diretora de Qualidade e Gestão Ambiental**  
3758**FEAM/MG)** – Poderíamos colar o que está no parágrafo primeiro “efluentes  
3759com características potencialmente tóxicas ao corpo receptor”. Fica mais  
3760adequado ainda.

3761

3762

3763**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Nova redação.  
3764*Caput* do art. 22. Essa nova redação nós vamos encaminhar para votação se  
3765todos estão de acordo. Ela elimina a restrição que havia chamado atenção. Os  
3766que são a favor, por favor, ergam seus braços. Os que são contrários à nova  
3767redação? Os que são a favor da nova redação. Os que são contrários à nova  
3768redação, por favor, se manifestem. Os que se abstém? Vamos em frente. Art.  
376922. Aprovado. Além do *caput*, alguma sugestão de emenda em relação aos  
3770parágrafos primeiro e segundo? Art. 23, alguma proposta de emenda?

3771

3772

3773**A SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – Desculpa senhor  
3774presidente. Sai daqui porque o senhor falou para liberar o espaço. Então fiquei  
3775muito longe do microfone. Como eu tinha relatado no começo, esse último  
3776conceito do parágrafo único em que o órgão ambiental pode exigir o  
3777automonitoramento, verificar os resultados do automonitoramento ou dispensá-  
3778los mediante fundamentação técnica para fontes de baixo potencial poluidor.  
3779Esse conceito de fontes de baixo potencial poluidor é que eu sinto que falta  
3780uma definição específica. Foi até colocado que alguns estados regulamentaram  
3781isso, como o Estado de Minas Gerais, mas tem muitos estados que não

158

79

3782regulamentaram e o receio na falta de regulamentação é que haja um  
3783julgamento do caso concreto. Para aquela indústria pode vir com um parecer:  
3784“tudo bem. Isto é baixo potencial e você está dispensado”. Mas para aquela  
3785outra: “não, o seu é alto potencial”, porque não há uma norma. Não se exige  
3786aqui uma norma. Eu entendo pessoalmente que essa norma poderia ser  
3787também nacional. Uma Instrução Normativa do IBAMA poderia resolver isso,  
3788por exemplo. Mas se quer privilegiar a Federação, enfim, eu acho que é preciso  
3789pelo menos vincular isso a uma norma em abstrato. Não um julgamento caso a  
3790caso, ou definir, especificar esse conceito de fonte de baixo potencial poluidor e  
3791colocar lá nos conceitos do art. 2º da norma.

3792

3793

3794**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Zuleica, só uma  
3795pergunta. Aqui na verdade a opção foi deliberadamente permitir que os estados  
3796não tenham legislação parametrizada que isso seja discricionário no âmbito do  
3797órgão estadual. Então, é uma opção deliberada.

3798

3799

3800**A SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – Qual é a vantagem de não  
3801ter um parâmetro. O Estado julgar caso a caso e não ter uma norma como tem  
3802Minas Gerais, só queria entender isso? O ideal é que tenhamos isso, os  
3803julgamentos caso a caso, eu vejo se é ou se não é, ou eu tenho normas com  
3804que o empreendedor, inclusive, pode contar e exigir essa implementação.  
3805Exigir a dispensa porque está dentro de uma norma em abstrato?

3806

3807

3808**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Bom, alguém  
3809deseja complementar essas duas posições? Uma posição demanda maior  
3810especificação por parte dos parâmetros, do órgão estadual e na ausência dele  
3811uma recomendação que o IBAMA parametrize e outra deixa aberta para que os  
3812Estados atuam com certa atitude, discricionariedade, que é a redação que está  
3813posta. Bom, nós vamos encaminhar para votação, a manutenção do texto  
3814original do parágrafo único.

3815

3816

3817**O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA (Ministério Público Federal)** -  
3818Meu nome é Oswaldo José Barbosa Silva. Eu sou representante do Ministério  
3819Público Federal. Vou substituir minha brilhante colega nas próximas reuniões.  
3820Na verdade, eu acho que poderia, em função da indefinição do que seja baixo  
3821potencial poluidor em determinadas unidades da Federação, acrescer à  
3822redação, para fonte de baixo potencial poluidor, conforme for definido na  
3823legislação ou pela autoridade ambiental competente, porque aí você cria a  
3824necessidade dela previamente definir. Isso é uma segurança para o meio  
3825ambiente e também uma segurança para os empresários porque eles vão  
3826querer saber o seguinte: eu não posso estar na sua mão e ter critérios  
3827diferentes para situações diferentes. Seria apenas acrescer conforme por  
3828previamente estabelecido pela autoridade ambiental competente. É a minha  
3829sugestão. Obrigado.



161

3830

3831

3832 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
3833 **DCONAMA)** – Então, conforme for previamente estabelecido pela autoridade  
3834 ambiental. É isso? Pelo órgão ambiental competente.

3835

3836

3837 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria só fazer uma  
3838 observação. Nesse art. 23, parágrafo único ele começa justamente com essa  
3839 redação, o órgão ambiental competente poderá estabelecer critérios e  
3840 procedimentos para execução e averiguação do automonitoramento de  
3841 efluentes, avaliação da qualidade do corpo receptor ou dispensá-las mediante  
3842 fundamentação técnica para fontes de baixo potencial poluidora. Na realidade,  
3843 o órgão ambiental tem que definir os critérios mediante fundamentação técnica.  
3844 O que está discutindo aqui é que tem que ter uma norma, uma Instrução  
3845 Normativa, uma resolução, isso é uma outra discussão, mas o órgão ambiental  
3846 já está, nesse momento aqui, vamos dizer assim, incitado a, em cima de  
3847 critérios de uma decisão fundamentada, apresentar o encaminhamento dessa  
3848 questão.

3849

3850

3851 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (AMAR/PR)** - Eu acho o seguinte, se for mantido esse  
3852 termo que eu perguntei na hora que nós estávamos solicitando os  
3853 esclarecimentos. O que é baixo potencial poluidor? Isso não está nas  
3854 definições dessa resolução e eu perguntei o que era e não me responderam.  
3855 Acho que deixar para o órgão ambiental decidir o que vai afetar a saúde e o  
3856 meio ambiente, daí teria que ter uma Comissão junto com Trabalho e Saúde,  
3857 teria que ser formada uma Comissão em cada Estado, em cada cidade para  
3858 definir o que é baixo potencial poluidor, porque isso afeta também Saúde e  
3859 Trabalho. Então, eu acho que a norma deveria trazer, essa é a minha opinião,  
3860 não sei como é a técnica legislativa, mas tem que ser uma definição clara,  
3861 senão nunca saberemos o que é o baixo, fica a critério de cada cabeça.

3862

3863

3864 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
3865 **DCONAMA)** – E que entraria naquele art. 2º das definições?

3866

3867

3868 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (AMAR/PR)** - Eu acho que tem que ter uma definição  
3869 que assegure a proteção da saúde e do meio ambiente.

3870

3871

3872 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta do**  
3873 **DCONAMA)** – Peço mais uma vez que todos se identifiquem ao microfone.

3874

3875

3876 **O SR. VALTEMIR BRUNO GOLDMEIER (CNM)** - Eu entendo que a redação  
3877 melhor seria no final potencial poluidor, colocar que isto seria, conforme

3878definição do Conselho Estadual de Meio Ambiente, porque nós já temos outras  
3879resolução do CONAMA e aquelas atividades de baixo potencial poluidor e de  
3880baixo impacto são remetidas para uma definição dos conselhos estaduais de  
3881meio ambiente. Então, entendo que a melhor redação é que esta definição seja  
3882tomada pelos conselhos estaduais de meio ambiente.

3883

3884

3885**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (AMAR/PR)** – Nós estamos vindo da base. Nós somos  
3886ambientalistas e estamos lutando pela preservação do meio ambiente, da  
3887saúde pública nos nossos estados. Nós temos feito enfrentamento de  
3888empreendimentos poluidores. Nós temos experiência de campo. Nós também  
3889tentamos participar dos conselhos estaduais e municipais de meio ambiente,  
3890quando existem. Cada Conselho hoje no Brasil tem uma estrutura diferente das  
3891outras. No Paraná, por exemplo, é extremamente autoritário, simplificado, não  
3892tem poder para nada, os Conselheiros só podem falar A ou B, o resto do  
3893alfabeto é proibido. É muito complicado deixar para um Conselho onde não  
3894temos uma estruturação de bons conselhos com poderes de decisão, com  
3895paridade para discutir baixo teor poluidor, principalmente para isso. Nós não  
3896decidimos nada lá no Paraná, nem convocados somos para as reuniões, as 4  
3897reuniões obrigatórios por ano são feitas em 4 dias no final do ano. São  
3898exemplos que estou dando. Provavelmente cada ambientalista pode dizer uma  
3899coisa diferente nos seus estados. Então, pegar um Conselho como modelo,  
3900Conselho bom como modelo é a pior coisa para nós nesse momento. Acho que  
3901a norma tem que ter uma definição.

3902

3903

3904**O SR. MÁRCIO FREITAS (IBAMA)** – Eu só queria salientar que aqui neste  
3905artigo o que está se buscando é exatamente dar discricionariedade ao órgão  
3906ambiental, a partir do automonitoramento. Quer dizer, o órgão ambiental está  
3907acompanhando o empreendimento e chega à conclusão de que é necessário  
3908ou não. Está se dando essa discricionariedade. Se vamos remeter isso a  
3909Conselho ou a uma legislação, não tem sentido o artigo porque nós caímos nos  
3910outros artigos. É exatamente a exceção à regra, onde há discricionariedade  
3911para o órgão ambiental.

3912

3913

3914**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – O que está  
3915ficando claro é a seguinte: nós temos duas visões, a da redação, que vai na  
3916direção que foi reiterada aqui agora que reserva certo grau de  
3917discricionariedade para os órgãos estaduais e um outro entendimento que  
3918sugere de especificação de parâmetros que conceituem o que significa baixo  
3919potencial poluidor. Esse é o primeiro divisor de águas, essa especificação  
3920ficaria a cargo do Conselho, ou do IBAMA, do órgão federal, ou de alguma  
3921outra instância, ou na própria norma. Então, Volney; Zuleica.

3922

3923

3924**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (AMAR/PR)** – Demorei um pouco porque eu estava  
3925procurando a origem disso na resolução 357. No art. 46 trata da declaração de

3926 carga poluidora. Hoje o texto em vigor é o órgão ambiente competente poderá  
3927 estabelecer critérios e formas para apresentação da declaração mencionada no  
3928 *caput* desse artigo, inclusive dispensando-a, se for o caso, para  
3929 empreendimentos de menor potencial poluidor. Então, poderíamos adotar o  
3930 mesmo texto que já está na resolução CONAMA 357, ou seja,  
3931 empreendimentos de menor potencial poluidor, é o que está em vigor, ao invés  
3932 de falar “baixo” “de menor”, deixando claro que o órgão ambiental deverá  
3933 definir o que é menor. Não saímos do problema, mas usamos um termo um  
3934 pouco menos, que pressupõe uma linha de corte. Isso está inclusive repetido  
3935 aqui no tocante à declaração de carga poluidora também. Nós apenas  
3936 colocamos fonte de baixa potencial poluidor, por entendemos que é um termo  
3937 um pouco mais atual, digamos assim.

3938

3939

3940 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Bom, isso é  
3941 uma máscara ou um copo? João de Deus.

3942

3943

3944 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Eu estava prestando atenção e  
3945 como não domino esse assunto, senti-me bastante confuso, mas me parece  
3946 que a formulação realmente não está adequada, porque o *caput* do artigo trata  
3947 do automonitoramento e você traz no parágrafo único que trata de duas  
3948 matérias distintas, uma é do estabelecimento de critérios e outro da  
3949 possibilidade do órgão ambiental dispensar. Creio que seria mais adequado  
3950 fazer essa divisão e transformar isso aí em dois parágrafos, o parágrafo  
3951 primeiro tratando da possibilidade de definição de critérios e um parágrafo  
3952 segundo dizendo que neste casos de menor potencial poluidor, o órgão  
3953 ambiental em decisão motivada poderia dispensar o automonitoramento.

3954

3955

3956 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Mas permanece  
3957 a dúvida sobre as posições em relação, mesmo desdobrando. Nós vamos  
3958 encaminhar a votação aqui.

3959

3960

3961 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A proposta que a Dr<sup>a</sup> Marina já  
3962 vai escrever um substitutivo que nós vamos negociar e depois apresentaremos  
3963 com esse indicativo que o Dr. João de Deus deu em dividir em dois parágrafos.

3964

3965

3966 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Mas eu não  
3967 acredito que a redação vai equacionar o problema de discricionariedade versus  
3968 parametrização, mas vamos dar um tempo para que essa nova redação seja  
3969 submetida ao plenário. Bom, esse é o segundo ponto que vai ficar pendente.  
3970 Vamos em frente, então. No art. 24, alguma proposta de emenda? Art. 25,  
3971 alguma proposta de emenda? Art. 26, alguma proposta de emenda? Vamos lá.  
3972 Nova proposta de redação. O parágrafo único, haveria introdução de um

167

3973aprágrafo único e este parágrafo único teria o texto apresentado aí. Quem  
3974gostaria de relatar.

3975

3976

3977**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** - Boa tarde senhores. Na  
3978verdade, o que nós fizemos foi resgatar o dispositivo que foi discutido dentro do  
3979grupo técnico de trabalho, mas que não foi aprovado dentro da Câmara  
3980Técnica pelo entendimento de que o art. 5º atenderia a questão. Na verdade, o  
3981que a CNI está querendo fazer é dar o recado de que o reuso é muito  
3982importante que deve ser incentivado. O que este parágrafo fala? Na verdade, o  
3983que nós estamos querendo dizer é que na condição de excepcionalidade, onde  
3984possa tratar de efluentes e reutilizá-los em seus processos produtivos,  
3985necessariamente você concentra alguns parâmetros, que num determinado  
3986momento terá que descartar. É bom que se diga que a carga que vai ser  
3987lançada é a mesma, caso você captasse sempre água e não fizesse reuso.  
3988Portanto, é você, no caso específico desse parágrafo, nós estaríamos  
3989incentivando o reuso, em detrimento de estar cada vez mais utilizando, fazendo  
3990pressão sobre o recurso hídrico. O sentido nosso de apresentar esse artigo é  
3991para reforçar esse papel, em detrimento àquelas condições de  
3992excepcionalidade que estão no art. 5º.

3993

3994

3995**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Perfeito. Algum  
3996comentário adicional em relação a essa proposta?

3997

3998

3999**A SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – Eu concordo com a ideia do  
4000texto, só que colocando dessa forma, o órgão ambiental competente poderá  
4001estabelecer. Essa mera faculdade, sem vincular quando houver um risco é que  
4002eu acho perigoso, porque o que pode acontecer? Se vão jogar, vejamos, uma  
4003concentração menor, isso pode ser mais perigoso. Numa vazão menor, isso  
4004pode ser mais perigoso para a natureza e aí só se fala “o órgão ambiental  
4005poderá estabelecer condições quando superadas”. O que eu acho que deveria  
4006se ressaltar, se deve alertar para isso que sempre que houver, gerar perigo.  
4007Enfim, eu pensaria num texto que não fique só uma faculdade que o órgão olhe  
4008e fale: “tudo bem, se está reusando, está aumentando a concentração, está  
4009fora dos padrões, mas eu posso exigir, só que eu não quero hoje”. Então,  
4010precisaríamos ressaltar que isso pode gerar uma carga muito perigosa. É  
4011importante o reuso, só que temos que garantir que o órgão ambiental também  
4012venha a agir quando for superado e que levar a uma condição de perigo  
4013ambiental. Eu só entendo que essa questão do poderá, eu entendo que nem  
4014sempre é necessário. Por isso, que estou tentando não colocar a palavra  
4015deverá, mas gostaria de uma colaboração dos órgãos ambientais talvez numa  
4016redação que vinculasse isso.

4017

4018

4019**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Nós vamos  
4020para uma quarta pendência, pensem numa redação melhor. Gente, o tempo

168

84

4021 está contra nós. Peço que os que estão trabalhando as redações paralelas das  
4022 pendências que acelere porque tão logo nós terminamos, nós temos outros  
4023 assuntos e vai ficar complicado o quorum de amanhã se não conseguimos  
4024 liquidar algumas faturas hoje.

4025

4026

4027 **A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS RÊGO (MME)** - Nós  
4028 entendemos e concordamos com a proposição da CNI de manter o parágrafo  
4029 único por entender que essa situação é pertinente e com relação à questão do  
4030 risco que o Ministério Público citou aqui, eu gostaria de chamar o engenheiro  
4031 Eduardo para dar maiores explicações, talvez possamos chegar a um  
4032 consenso de texto.

4033

4034

4035 **O SR. EDUARDO TORRES (Assessorando o MME)** – Eduardo Torres,  
4036 assessorando o Ministério de Minas e Energia. Eu sou projetista de sistemas  
4037 de efluentes. Essa preocupação com o risco está vinculada ao art. 5º. Portanto,  
4038 o órgão ambiental vai autorizar tendo constatado que não há esse risco. Na  
4039 realidade, como o Wanderley da CNI falou, a carga é sempre a mesma, o que  
4040 acontece é quando eu faço o reuso industrial, eu tiro uma água para reusar de  
4041 um efluente, eu reduza a vazão do efluente e deixo aqueles parâmetros  
4042 dentro do efluente, naturalmente eles se concentram. Antes o efluente já  
4043 estava inteiramente tratado de acordo com os padrões de lançamento. O  
4044 empreendedor vai fazer aquele reuso para fazer um algo mais, deixar de captar  
4045 aquela água e cada metro cúbico de efluente que eu reuso é um metro cúbico  
4046 a menos de água que eu capto. Isso leva, poderá levar a alguns parâmetros, só  
4047 por causa daquela concentração devido ao reuso, aumentar acima alguma  
4048 coisa do artigo correspondente aos padrões de lançamento, mas a carga é  
4049 sempre a mesma. A pluma, inclusive, é indistinguível as duas plumas porque  
4050 antes eu tenho um efluente em maior vazão e menor concentração. Depois eu  
4051 tenho um efluente em menor vazão e maior concentração. A pluma é  
4052 indistinguível. O impacto no meio ambiente não se consegue ter diferença  
4053 nenhuma. Agora, se não tiver esse parágrafo o que acontece? O órgão  
4054 ambiental, eu tenho testemunha disso do órgão ambiental não se sentir seguro  
4055 quando não tem uma norma federal especificando isso, ele se sente inseguro  
4056 de autorizar aquele lançamento mesmo vendo que o lançamento  
4057 ambientalmente consistente, que está fazendo processo de reuso, que está  
4058 demandando menos água do ambiente, mas tem aquele parâmetro, ferro  
4059 solúvel, era 14, o limite é 15 e agora passou para o 17. Mas eu me sinto  
4060 inseguro de autorizar porque o CONAMA não prevê isso. Então, esse  
4061 parágrafo dá segurança ao órgão ambiental, caso ele concorde que o  
4062 lançamento é correto e ambientalmente é seguro, ele tem a cobertura jurídica  
4063 para poder autorizar essa excepcionalidade. Sem isso eu diria que fica muito  
4064 complicado, até inviabilizado o reuso industrial no Brasil, porque o reuso  
4065 doméstico não acontece a concentração. No industrial acontece.

4066

4067

171

4068 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Eu sei, mas vai  
4069 ficar pendente. Então, a princípio nós vamos vincular essa discussão à do art.  
4070 5º, é a nossa quarta pendência. Art. 27.

4071

4072

4073 **A SRª. ZULEIKA TORKETTI (Diretora de Qualidade e Gestão Ambiental**  
4074 **FEAM/MG)** – Existe um representante do CREA de Santa Catarina aqui no  
4075 plenário, senhor João Guilherme, ele trouxe uma observação bastante  
4076 importante e pediu que eu fizesse. No art. 27, mas também tem reflexo nos  
4077 arts. 25 e no 24, onde está escrito profissional tecnicamente habilitado, deveria  
4078 ser profissional legalmente habilitado. O CREA usa essa terminologia porque,  
4079 às vezes, a pessoa pode ser tecnicamente habilitada, mas não está legalmente  
4080 habilitada. A sugestão dele é que troque, onde está tecnicamente habilitado  
4081 para legalmente habilitado. Art. 24, parágrafo segundo do art. 25 e no art. 27,  
4082 no parágrafo terceiro.

4083

4084

4085 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Algum reparo a  
4086 essa observação? Vamos em frente. Tem? Ellen.

4087

4088

4089 **A SRª ELLEN MATHA PRITSCH (ABES)** - Eu faço o reparo com relação ao  
4090 art. 25, quando nós estamos falando de laudos analíticos. Nós não teremos  
4091 profissionais legalmente habilitados porque são técnicos que fazem vinculados  
4092 ao Conselho Regional de Química, normalmente, ou de Biologia, então, não é  
4093 a questão ser legalmente habilitado. Eles são tecnicamente habilitados. Eles  
4094 têm CRQ e...

4095

4096

4097 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Ellen, o CRQ  
4098 estaria contemplado no legalmente. Vamos em frente. No 27. Em relação ao  
4099 27, aparte esse reparo nós vamos substituir o legalmente ao invés de  
4100 tecnicamente. Além disso, algum reparo? Vamos encaminhar na direção do art.  
4101 28, por favor. Nada de pânico. No art. 28, em relação ao art. 28, há uma  
4102 proposta de redação que introduz por igual período. Essa proposta foi  
4103 apresentada aqui pelo Ministério e nós precisamos ver com vocês se há  
4104 alguma objeção em relação a essa redação e diz se há alguma emenda em  
4105 relação ao art. 28. Entendo que não. Vamos em frente. O art. 29. Tem que  
4106 votar, desculpem-me a ansiedade. O art. 28. Os que são a favor da  
4107 manutenção da proposta com a nova redação, por favor, ergam os crachás. Os  
4108 que são contrários à redação dos novos termos propostos, ergam o crachá. Os  
4109 que se abstém? Está aprovada a nova redação. O art. 29, alguma observação,  
4110 alguma emenda em relação ao art. 29? Os que são a favor da aprovação do  
4111 art. 29, por favor, ergam seus crachás. Já foi votado o 28. Gente, cinco de cada  
4112 vez. Está tudo aprovado pelo texto base, 29, 30 e 31? Vamos voltar às  
4113 pendências. Gente, por favor, veja bem, estou com um problema técnico, eu  
4114 tenho que falar daqui. Estou vendo que estamos falando mais que cinco ao  
4115 mesmo tempo. Até cinco ao mesmo tempo ainda dá, mas 18 ao mesmo tempo

172

86

173

4116já não dá. Então, até segunda ordem, nós temos quatro pendências, vamos  
4117retornar a elas com calma, tudo bem? Então, vamos lá.

4118

4119

4120**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Art. 23 já conseguimos uma  
4121redação de consenso, onde se faz aquela separação entre o parágrafo primeiro.  
4122É porque as outras não conseguimos terminar ainda. 23 já está pronto.

4123

4124

4125**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Vamos votar ao  
412623. Só para recapitular os problemas que temos estão no art. 5º, 21, 23 e 26.

4127

4128

4129**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** - Questão de  
4130ordem, senhor presidente. Tem um entendimento de que nós temos um  
4131caminho para percorrer neste penduricalho. Pendências. Nós poderíamos  
4132suspender a sessão que estava prevista até às 18h e voltar amanhã para que  
4133nós concluíssemos essa votação e terminássemos. Nós temos a cerimônia do  
4134Dr. Paulo às 7;30 também para cumprir. Acho que por hoje nós passamos já,  
4135estaria de bom tamanho se nós interrompêssemos a sessão. Seria essa a  
4136minha proposta.

4137

4138

4139**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Perfeito. É uma  
4140proposta, nós estamos uma situação de trabalho, a princípio está previsto a  
4141programação de amanhã de manhã e de tarde, temos vários outros assuntos  
4142para despachar ainda nessa sessão do CONAMA. Vou submeter ao plenário  
4143se nós encerramos agora ou se tentamos encerrar essa discussão das quatro  
4144pendências hoje ainda ou se suspendemos agora. Os que são a favor a partir  
4145de suspensão agora da sessão para retomada amanhã para que possamos  
4146complementar, dar sequência aos trabalhos a partir das quatro pendências.  
4147Suspensão agora, os que são a favor. Acho que são 18. Os que são a favor de  
4148continuidade dos trabalhos para que possamos tentar eliminar esses quatro  
4149pontos hoje? Acho que foi 21 a 18. 22. Então, nós vamos prosseguir nesses  
4150quatro pontos. Verificação de quorum. O velho golpe da verificação de quorum.  
4151Bom pessoal, infelizmente nós não temos quorum, proposta de suspender os  
4152trabalhos para continuarmos amanhã vai prevalecer. Peço a todos só o  
4153seguinte, por favor, pessoal, vamos encerrar direito. Amanhã nós vamos  
4154retomar os trabalhos a partir dessas quatro pendências e dar sequência aos  
4155outros pontos de pauta das sessões do CONAMA. Se todos chegarem amanhã  
4156no horário programado eu tenho certeza que vamos terminarem tempo hábil.  
4157Se nós não chegarmos, vamos estar inviabilizando e dificultando a conclusão  
4158dos trabalhos desta sessão do CONAMA. Peço a colaboração de todos para que  
4159estejam aqui amanhã no horário programado para que possamos programar os  
4160trabalhos.

4161

4162

175

4163 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só peço àqueles proponentes  
4164 das emendas que fiquem aqui para podermos discutir ainda hoje essas  
4165 pendências para minimamente nos próximos 15, 20 minutos conseguir avançar  
4166 na redação. Por favor. Muito obrigado.

4167

4168

4169 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário executivo MMA)** – Muito obrigado  
4170 pessoal. Até amanhã.